



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

**DESCRIÇÃO DIACRÔNICA DA PRESENÇA/AUSÊNCIA DO SUJEITO E DAS
VARIEDADES DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM JORNAIS
CATARINENSES**

AMANDA E SÁ GIACHIN

CHAPECÓ/SC

2016

AMANDA E SÁ GIACHIN

**DESCRIÇÃO DIACRÔNICA DA PRESENÇA/AUSÊNCIA DO SUJEITO E DAS
VARIEDADES DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM JORNAIS
CATARINENSES**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Estudos Linguísticos como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Mestre em Estudos Linguísticos.
Mestranda: Amanda e Sá Giachin
Orientadora: Dr^a Aline Peixoto Gravina

CHAPECÓ/SC

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D CEP: 89802-210

Caixa Postal 181

Bairro Jardim Itália Chapecó - SC

Brasil

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Giachin, Amanda e Sá

DESCRIÇÃO DIACRÔNICA DA PRESENÇA/AUSÊNCIA DO SUJEITO
E DAS VARIEDADES DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM JORNAIS
CATARINENSES/ Amanda e Sá Giachin. -- 2016.

126 f.:il.

Orientadora: Aline Peixoto Gravina.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos (PPGEL), Chapecó, SC, 2016.

1. Linguística Histórica. 2. Diacronia. 3. Sujeito
nulo/preenchido. 4. Objeto Direto Anafórico. 5. Corpus
formal catarinense. I. Gravina, Aline Peixoto, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

AMANDA E SÁ GIACHIN

**DESCRIÇÃO DIACRÔNICA DA PRESENÇA/AUSÊNCIA DO SUJEITO E
DAS VARIEDADES DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM JORNAIS
CATARINENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
da Universidade Federal da Fronteira Sul para obtenção do título de Mestre em
Estudos Linguísticos, defendida perante Banca Examinadora em 05/08/2016

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Morgana Fabiola Cambrussi – UFFS – Presidente da banca

Prof^a. Dr^a. Aline Peixoto Gravina – UFFS – Orientadora



Prof^a Dr^a Ani Carla Marchesan – UFFS – Membro Interno



Prof^a Dr^a Cláudia Finger-Kratochvil – UFFS – Membro Interno



Prof^a. Dr^a Susiele Machry da Silva – UTFPR – Membro Externo

Chapeçó/SC, agosto de 2016

Para Ione, Isadora, Gabriel, Pino e Pini, meus
companheiros em todas as etapas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Aline Peixoto Gravina, por ter aceito o desafio de uma orientação em tempo recorde e pelos inúmeros ensinamentos;

Agradeço aos professores Aroldo Leal e Ani Marchesan pelas valiosas contribuições a este trabalho, e às professoras Ani Marchesan, Susiele Machry da Silva e Cláudia Finger-Kratochvil por aceitarem participar da banca de defesa dessa dissertação.

Agradeço aos professores do PPGEL da UFFS que contribuíram com mais uma etapa da minha carreira acadêmica;

Agradeço aos meus alunos da UTFPR que foram acima de tudo meus amigos, ouvindo, aconselhando e contribuindo de diversas formas para a finalização deste trabalho;

Agradeço à minha mãe e minha irmã pelo apoio incondicional e por toda a ajuda dispensada;

Agradeço a meu namorado, Gabriel, meu amor, meu maior incentivador, por toda a paciência, tolerância e apoio em todos os dias deste período;

Agradeço acima de tudo a Deus, por me capacitar física e mentalmente na realização de mais um grande projeto em minha vida.

*“The best teacher is experience and not
through someone's distorted point of view”*

Jack Kerouac

RESUMO

Essa dissertação investiga dois fenômenos sob perspectiva gerativista diacrônica: o preenchimento/não-preenchimento do sujeito e as variadas formas de realização do objeto direto anafórico em textos diacrônicos do Português Brasileiro (PB), mais especificamente no dialeto catarinense, em textos publicados em periódicos que circularam na cidade de Florianópolis (SC). O *corpus* da pesquisa foi composto por doze jornais, distribuídos em três fases: (1832 a 1850): *O Expositor*, *O Relator Catharinense*, *O Conciliador Catharinense*, *O Novo Iris*; (1897 a 1901): *O Estado*, *A Ideia*, *Mercantil*, *Regeneração*; (1945 a 1950): *Diário da Tarde*, *O Colegial*, *O Mariano*, *A Patrulha*. O estudo do preenchimento do sujeito tomou por base as pesquisas de Duarte (1993;1995), Figueiredo Silva (1996), Barra Ferreira (2000), Rodrigues (2004) e Gravina (2008;2014). Foi feita uma comparação entre a mudança no estatuto do sujeito nulo observada por esses autores e os resultados de nossos dados nesse período histórico, com o intuito de observar se haveria, em um *corpus* formal catarinense, indícios da mudança atestada nas pesquisas anteriores. Já o estudo do objeto direto teve como base as constatações de estudos de Duarte (1986), Corrêa (1991), Magalhães (2006), Cyrino (1994) e Macedo Costa (2012), que afirmam haver um aumento do uso de uma categoria vazia na posição de objeto direto e uma diminuição do uso de clíticos no PB. Nosso objetivo foi investigar as formas de realização do objeto direto anafórico, no intuito de identificar se haveria indícios dessa mudança em um *corpus* formal catarinense. A análise dos dados do sujeito revelou que, no decorrer do tempo, o uso de alguma estratégia de preenchimento (sujeito pronominal ou sujeito lexical anafórico) aumenta. Durante o século 19 verificamos o uso preponderante de sujeitos nulos; contudo, na primeira metade do século 20 há um grande aumento no preenchimento do sujeito. Os dados analisados com foco no objeto direto anafórico demonstram o aumento do uso da categoria vazia, corroborando os resultados dos estudos anteriormente citados. Assim como Gravina (2008) e Macedo Costa (2012), verificamos indícios de mudança na gramática que concerne o sujeito e o objeto direto na diacronia a partir de um *corpus* formal, apesar do seu caráter conservador.

Palavras-chave: Sujeito Lexical Anafórico. Objeto Direto Anafórico. Textos Formais.

ABSTRACT

This dissertation investigates two phenomena under diachronic generative perspective: the fulfillment/non-fulfillment of the subject and the ways to perform the anaphoric direct object in diachronic texts of Brazilian Portuguese (BP), more specifically in Santa Catarina dialect, in newspaper articles published in periodicals which circulated in the city of Florianópolis (SC). The *corpus* of the research was composed by twelve newspapers distributed in three phases: (from 1832 to 1850): *O Expositor*, *O Relator Catharinense*, *O Conciliador Catharinense*, *O Novo Iris*; (from 1897 to 1901): *O Estado*, *A Ideia*, *Mercantil*, *Regeneração*; (from 1945 to 1950): *Diário da Tarde*, *O Colegial*, *O Mariano*, *A Patrulha*. The study of the fulfillment of the subject was based on the researches of Duarte (1993;1995), Figueiredo Silva (1996), Barra Ferreira (2000), Rodrigues (2004) and Gravina (2008;2014). It was made a comparison of the change in the status of the null subject observed by these authors and the results of our data in this historical period, in order to observe whether in a formal *corpus* from Santa Catarina there would be evidence of the change witnessed in previous studies. The study of the direct object was based on the findings of studies such as Duarte (1986), Corrêa (1991), Magalhães (2006), Cyrino (1994) and Macedo Costa (2012), which state that there is an increase in the use of an empty category in the direct object position, while the use of clitics present a decrease in this position. Our objective was to investigate the ways to perform the anaphoric direct object in order to identify whether such a change also would demonstrate in a formal *corpus* from Santa Catarina. The analysis of data concerning the subject revealed that the use of filling strategies (pronominal subject or anaphoric lexical subject) increases over time. During the 19th century we find the predominant use of null subjects; however, in the first half of the 20th century there is a large increase in filling the subject. Data analyzed with a focus on anaphoric direct object demonstrate the increase in the empty category, corroborating the results of the studies cited above. As Gravina (2008) and Macedo Costa (2012), we find evidence of change in grammar concerning the subject and the direct object in diachrony from a formal corpus, despite its conservative characteristics.

Keywords: Anaphoric Lexical Subject. Anaphoric Direct Object. Formal Texts.

LISTA DE ABREVIATURAS

EPP – *Extended Projection Principle*

FF – Forma Fonética

FL – Forma Lógica

GU – Gramática Universal

ON – Objeto Nulo

PB – Português Brasileiro

PON – Parâmetro do Objeto Nulo

P&P – Princípios e Parâmetros

PPE – Princípio da Projeção Estendida

PSN – Parâmetro do Sujeito Nulo

SLA – Sujeito Lexical Anafórico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Decréscimo do uso do sujeito nulo no PB.....	26
Figura 2: Variação do sujeito nulo/sujeito pronominal no corpus.....	34
Figura 3: Distribuição dos sujeitos nulos x sujeitos preenchidos na diacronia.....	34
Figura 4: Marcação das Posições de Caso e Papel Temático	37
Figura 5: Realização dos objetos diretos anafóricos em Macedo Costa (2012) na época 1	49
Figura 6: Realização dos objetos diretos anafóricos em Macedo Costa (2012) na época 2	49
Figura 7: Realização dos objetos diretos anafóricos em Macedo Costa (2012) na época 3	50
Figura 8: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos ao longo do tempo.....	50
Figura 9: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).....	51
Figura 10: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).....	52
Figura 11: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).....	52
Figura 12: Página do Periódico <i>O Expositor</i>	61
Figura 13: Página do Periódico <i>O Relator Catharinense</i>	62
Figura 14: Página do periódico <i>O Conciliador Catharinense</i>	64
Figura 15: Página do periódico <i>O Novo Iris</i>	66
Figura 16: Página do periódico <i>O Estado</i>	67
Figura 17: Página do periódico <i>A Ideia</i>	68
Figura 18: Página do periódico <i>Mercantil</i>	69
Figura 19: Página do periódico <i>Regeneração</i>	70
Figura 20: Página do periódico <i>Diário da Tarde</i>	72
Figura 21: Página do periódico <i>O Colegial</i>	73
Figura 22: Página do periódico <i>O Mariano</i>	74
Figura 23: Página do periódico <i>A Patrulha</i>	75
Figura 24: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Recreador Mineiro (1845 – 1848).....	88
Figura 25: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase	90
Figura 26: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Jornal Mineiro (1898 – 1900).....	93
Figura 27: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase.....	94
Figura 28: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Tribuna de Ouro Preto (1945 – 1948).....	97
Figura 29: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase.....	98
Figura 30: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Recreador Mineiro (sem a primeira pessoa)	105
Figura 31: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Jornal Mineiro (sem a primeira pessoa).....	105
Figura 32: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Tribuna de Ouro Preto (sem a primeira pessoa)	106
Figura 33: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos sentenciais)	110

Figura 34: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (clítico neutro, objetos nulos sentenciais e pronomes demonstrativos sentenciais)	111
Figura 35: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos sentenciais)	112
Figura 36: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (clítico neutro, objetos nulos sentenciais e pronomes demonstrativos sentenciais)	112
Figura 37: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos sentenciais)	113
Figura 38: Figura 39: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (clítico neutro, objetos nulos sentenciais e pronomes demonstrativos sentenciais)	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na primeira fase (1832 - 1850).....	87
Tabela 2: Preenchimento do Sujeito na primeira fase (1832 - 1850)	88
Tabela 3: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na primeira fase (1832 – 1850)	89
Tabela 4: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na segunda fase (1897 - 1901)	91
Tabela 5: Preenchimento do Sujeito na segunda fase (1897 - 1901)	92
Tabela 6: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na segunda fase (1945 - 1950)	94
Tabela 7: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na terceira fase (1945 - 1950)	95
Tabela 8: Preenchimento do Sujeito na terceira fase (1945 - 1950)	96
Tabela 9: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na terceira fase (1945 – 1950).....	98
Tabela 10: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na primeira fase sem a primeira pessoa	106
Tabela 11: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na segunda fase sem a primeira pessoa.....	107
Tabela 12: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na terceira fase sem a primeira pessoa.....	107
Tabela 13: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na 1ª fase sem o clítico neutro "o" e pronomes demonstrativos sentenciais.....	115
Tabela 14: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na 2ª fase sem o clítico neutro "o" e pronomes demonstrativos sentenciais.....	115
Tabela 15: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na 3ª fase sem o clítico neutro "o" e pronomes demonstrativos sentenciais.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Periódicos x Variação do sujeito nulo/preenchido em Gravina (2008)	99
Gráfico 2: Preenchimento do Sujeito na Diacronia	100
Gráfico 3: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos ao longo do tempo em Macedo Costa 2012.....	102
Gráfico 4: Estratégias de Preenchimento do Objeto Direto Anafórico na Diacronia	102
Gráfico 5: Periódicos x Variação do sujeito nulo/preenchido (sem a primeira pessoa) em Gravina (2008).....	108
Gráfico 6: Preenchimento do Sujeito na Diacronia sem a primeira pessoa.....	108
Gráfico 7: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na diacronia sem o clítico neutro, os objetos nulos sentenciais os pronomes demonstrativos sentenciais em Macedo Costa 2012.	117
Gráfico 8: Estratégias de Realização do Objeto Direto Anafórico na Diacronia sem o clítico neutro “o” e sem pronomes demonstrativos sentenciais.....	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1.....	20
1. QUADRO TEÓRICO.....	21
1.1 O Parâmetro do Sujeito Nulo	21
1.1.1 Parâmetro <i>pro-drop</i> no Português Brasileiro	25
1.1.2 Sujeito Nulo Parcial.....	29
1.1.3 O Sujeito Lexical Anafórico.....	32
1.2 O Parâmetro do Objeto Nulo	37
1.2.1 A Categoria Vazia em Posição de Objeto Direto.....	40
1.2.1.1 O Objeto Nulo como Variável.....	41
1.2.1.2 O Objeto Nulo como <i>pro</i>	42
1.2.1.3 O Objeto Nulo como Elipse	43
1.2.2 O Objeto Direto Anafórico.....	46
1.5 Síntese do Capítulo.....	54
Capítulo 2.....	55
2. DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	56
2.1 BREVE HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL E EM DESTERRO	56
2.1.1 OS ANOS INICIAIS DA IMPRENSA NO BRASIL COLÔNIA.....	56
2.1.2 OS ANOS INICIAIS DA IMPRENSA EM DESTERRO/FLORIANÓPOLIS	57
2.2 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	59
2.3 APRESENTAÇÃO DE CADA PERIÓDICO NO <i>CORPUS</i>.....	60
2.3.1 Periódicos da 1ª fase (1832 a 1850)	60
2.3.1.1 O Expositor (1832, 1833).....	60
2.3.1.2 O Relator Catharinense (1845).....	62
2.3.1.3 O Conciliador Catharinense (1849, 1850).....	63
2.3.1.4 O Novo Iris (1850).....	65
2.3.2 Periódicos da 2ª fase (1897 a 1901)	67
2.3.2.1 O Estado (1897, 1898, 1899, 1900).....	67
2.3.2.2 A Ideia (1900).....	68
2.3.2.3 Mercantil (1900).....	69
2.3.2.4 Regeneração (1900, 1901)	70
2.3.3 Periódicos da 3ª fase (1945 a 1950)	71
2.3.3.1 Diário da Tarde (1945, 1948)	71
2.3.3.2 O Colegial (1945, 1946, 1947, 1948).....	73
2.3.3.3 O Mariano (1945, 1946, 1947, 1948).....	74
2.3.3.4 A Patrulha (1950).....	75
2.4 METODOLOGIA	76
2.4.1 Metodologia de classificação dos dados no corpus.....	79
2.4.1.1. Análise do preenchimento ou ausência do sujeito	79
2.4.1.2 Análise das formas do objeto direto anafórico.....	82
2.5 Síntese do capítulo	85
Capítulo 3.....	86
3. Resultados e discussão do <i>corpus</i>	87
3.1 Análise dos fenômenos no corpus.....	87
3.1.1 Primeira fase (1832 – 1850).....	87
3.1.1.1 Resultados da realização do sujeito na primeira fase:	87
3.1.1.2 Resultados da realização do objeto na primeira fase	89
3.1.2 Segunda fase (1897 – 1901).....	91

3.1.2.1 Resultados da realização do sujeito na segunda fase	91
3.1.2.2 Resultados da realização do objeto na segunda fase	93
3.1.3 Terceira fase (1945 – 1950)	95
3.1.3.1 Resultado da realização do sujeito na terceira fase	95
3.1.3.2 Resultados da realização do objeto na terceira fase	97
3.2 Comparando Resultados	99
3.2.1 Análises.....	104
3.2.1.1 A preponderância do uso de primeira pessoa do plural nos dados do sujeito	104
3.2.1.1 O predomínio do clítico anafórico nos dados do objeto	109
3.3 Síntese do Capítulo.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

Algumas características atreladas à gramática do Português Brasileiro (PB), como o parâmetro *pro-drop*, são responsáveis por tornar essa língua distinta das demais línguas românicas. No que concerne o fenômeno do sujeito nulo, essa distinção tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas (DUARTE, 1995; FIGUEIREDO SILVA, 2000; BARRA FERREIRA, 2000, MODESTO, 2000; RODRIGUES, 2004; HOLMBERG, 2005;2010; GRAVINA, 2008;2014; GALVES, 1987; CORRÊA, 1991). Duarte (1993;1995) aponta que o PB não é mais uma língua com características *pro-drop*, ou seja, uma língua de sujeito nulo como é o Português Europeu (PE). Em seu trabalho, a autora analisou peças teatrais do século 19 e 20 e constatou significativa redução no uso do sujeito nulo no PB.

Entre essas características que distinguem o PB das outras línguas românicas, além do parâmetro *pro-drop*, no que diz respeito ao fenômeno do objeto nulo, podemos ainda citar a questão da redução dos clíticos, além da possibilidade menos restrita de ocorrências de objetos nulos. Há na literatura vários trabalhos (GALVES, 1984;1989;2001; CYRINO, 1994;2006; KATO, 1999; MAGALHÃES, 2006; FIGUEIREDO, 2009, entre outros) que têm investigado o PB em comparação ao PE com o objetivo de identificar as diferenças entre essas duas línguas, uma vez que o PE é uma língua considerada tipicamente *pro-drop*. As fontes de dados dos trabalhos mencionados variam entre peças teatrais, obras literárias, transcrições de novelas, entrevistas, textos narrativos e dados de aquisição da linguagem. Embora os autores não sejam unânimes quanto à natureza do objeto nulo no PB, que ora é classificado como *pro* (KATO, 1993; GALVES, 1989;2001, entre outros), ora como elipse de DP (CYRINO, 1994; FIGUEIREDO, 2009; e outros), os resultados das pesquisas anteriormente mencionadas mostram que houve uma diminuição do uso de clíticos na variedade brasileira do Português, bem como um aumento do uso de categorias vazias na posição de objeto direto.

O presente trabalho visa trazer à discussão novos dados acerca do preenchimento do sujeito e da realização do objeto direto anafórico no PB, mais especificamente no dialeto catarinense, partindo do pressuposto que a diminuição do sujeito nulo e o aumento das ocorrências de objeto nulo apontam para uma mudança de gramática. O *corpus* selecionado conta com textos jornalísticos que circularam na cidade de Desterro/Florianópolis, durante o século 19 e início do século 20. Esses textos escritos são classificados como formais, assim, nos baseamos na hipótese de que se há mudança na gramática de uma língua, os dados devem

apresentar pistas dessa mudança, independente do grau de formalidade do *corpus* analisado. Desse modo, esperamos que os textos jornalísticos analisados nesta pesquisa apresentem resultados semelhantes àqueles encontrados pelas pesquisas baseadas em dados de fala ou em textos escritos, e principalmente que nossos resultados corroborem os resultados de Gravina (2008) e de Macedo Costa (2012) que demonstram: diminuição do sujeito nulo e aumento do sujeito preenchido, no que concerne o estudo do sujeito, e uma diminuição do uso de clíticos bem como um aumento do uso de objetos nulos, no que diz respeito ao estudo do objeto.

Destacamos a importância da correlação de nosso estudo com as pesquisas de Gravina (2008) e Macedo Costa (2012) pelo fato de serem pesquisas baseadas em um mesmo tipo de *corpus*, o que nos permitirá avaliar a já atestada assimetria envolvendo as posições de sujeito e de objeto no PB (TARALLO, 1993; MAGALHÃES, 2006), também verificada a partir das análises de Gravina (2008) e Macedo Costa (2012), que demonstram que enquanto o sujeito tende a ser mais preenchido, o objeto tende a ser mais apagado no PB. Nossa principal hipótese é de que o preenchimento do sujeito no português brasileiro tem maior ocorrência a partir da segunda metade do século 19, conforme apontam os principais trabalhos, tais como Duarte (1995), Barra Ferreira (2000), Rodrigues (2004), Gravina (2008) dentre outros enquanto o preenchimento do objeto é reduzido a partir dessa data, como mostram Cyrino (1994) e Macedo Costa (2012). Assim, com nossos resultados, poderemos comparar os resultados do *corpus* catarinense com aqueles já existentes de *corpora* mineiro e baiano. Logo, a presente dissertação fornece novos dados para a discussão sobre a tipologia sintática do PB em relação ao sujeito e ao objeto, além de estabelecer um conjunto de dados importantes para a formação de um *corpus* jornalístico catarinense.

A existência de trabalhos baseados em *corpora* compostos por jornais de épocas e regiões distintas motivou a busca por estes dados na região sul do Brasil, mais especificamente em Santa Catarina. O *corpus* deste trabalho é composto por doze periódicos que circularam na cidade de Desterro/Florianópolis, Santa Catarina, entre o século 19 e primeira metade do século 20, dispostos nas seguintes fases:

-1ª fase (1832 a 1850): *O Expositor* (1832, 1833), *O Relator Catharinense* (1845), *O Conciliador Catharinense* (1849, 1850), *O Novo Iris* (1850).

-2ª fase (1897 a 1901): *O Estado* (1897, 1898, 1899, 1900), *A Ideia* (1900) *Mercantil* (1900), *Regeneração* (1900, 1901).

-3ª fase (1945 a 1950): *Diário da Tarde* (1945, 1948), *O Colegial* (1945, 1946, 1947, 1948), *O Mariano* (1945, 1946, 1947, 1948), *A Patrulha* (1950).

Como mencionado anteriormente, optamos por trabalhar com doze periódicos para construir uma linha diacrônica com jornais que representam as distintas fases. Além disso, trabalhos como o de Tarallo (1993) apontam que o século 19 é a época que reflete essa mudança de parâmetros no PB, logo, justifica-se dessa forma o recorte diacrônico definido nessa pesquisa. Com o intuito de tornar a comparação com outros trabalhos mais fidedigna, seguimos a metodologia, com algumas ressalvas, utilizada por Gravina (2008;2014) e Macedo Costa (2012). Os jornais foram selecionados de acordo com a disponibilidade e praticidade de acesso; estando todos digitalizados pela Biblioteca Nacional Digital e pela Hemeroteca Digital Catarinense e organizados cronologicamente no acervo digital dos sites dos órgãos referidos, permitindo acesso livre ao público em geral.

Essa dissertação está organizada da seguinte maneira:

No capítulo 1 apresentamos o quadro teórico que embasa essa pesquisa, também discorremos sobre os principais estudos relacionados ao preenchimento do sujeito e do objeto no PB.

No capítulo 2, apresentamos o *corpus* da pesquisa, descrevendo os periódicos e apresentando informações sobre seus editores. Na segunda parte do capítulo traçamos a metodologia de pesquisa.

No capítulo 3, expomos os resultados do estudo, juntamente com a análise e a discussão dos dados e comparamos os resultados com Gravina (2008;2014) e Macedo Costa (2012). Por fim, discutimos os resultados e apresentamos as considerações finais sobre os dados obtidos com esta pesquisa.

Capítulo 1

Este capítulo expõe o quadro teórico que embasa esta pesquisa. O fenômeno do sujeito nulo nos leva a um estudo mais detalhado do parâmetro *pro-drop* no português brasileiro, do sujeito nulo parcial até chegar ao sujeito lexical anafórico. Os fenômenos do objeto direto nulo e do objeto direto anafórico também são apresentados, assim como as principais pesquisas sobre estes.

1. QUADRO TEÓRICO

1.1 O Parâmetro do Sujeito Nulo

A partir dos pressupostos da *Teoria de Princípios e Parâmetros*, Chomsky (1981;1986) propõe a existência de uma Gramática Universal (GU), um sistema de princípios universais, que são leis válidas para todas as línguas naturais, inatas no ser humano; e de parâmetros, que são as propriedades que uma língua exibe ou não e que apresentam comportamento binário, recebendo marcação positiva [+ *pro-drop*] como o italiano ou negativa [- *pro-drop*] como o inglês, dependendo da configuração de cada língua. Os princípios e parâmetros constituem a faculdade da linguagem e para o gerativismo, a escolha de um ou outro parâmetro, assumindo essa binariedade, representa a diferença primitiva entre sistemas gramaticais de uma língua em comparação a outras. De acordo com Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2013, p. 21) “uma sentença que não atende a uma propriedade paramétrica pode ser gramatical em uma língua e agramatical em outra”. Assim, podemos afirmar, conforme Simões (1997, p. 108) que “os parâmetros regem as possíveis áreas de variação entre as línguas”. Durante o período de aquisição da linguagem, o indivíduo passa a fixar os parâmetros de sua língua materna através dos dados apresentados pela sua comunidade de fala, ou seja, o *input*, e a partir dele adquire sua gramática.

O parâmetro do sujeito nulo (PSN) é uma dessas propriedades responsáveis pelas diferenças entre as línguas naturais. Esse fenômeno tem sido tema constante na literatura linguística gerativista (DUARTE, 1995; FIGUEIREDO SILVA, 2000; BARRA FERREIRA, 2000, MODESTO, 2000; RODRIGUES, 2004; HOLMBERG, 2005;2010; GRAVINA, 2008;2014) e ainda assim, há muito o que discutir sobre o tema, uma vez que muitas questões encontram-se sem respostas definitivas.

Um exemplo da diferença paramétrica relacionada ao sujeito nulo ocorre com o verbo *chover*. Esse verbo não possui argumentos internos ou externos, porém em línguas de sujeito não-nulo, como o inglês, é necessária a presença de um expletivo lexicalizado na estrutura da sentença; enquanto em línguas de sujeito nulo consistente, como português europeu, doravante PE, e de sujeito nulo parcial, como o português brasileiro, daqui para frente PB, esse expletivo não é necessário.

- (1) a. It rained during their entire 45-minute appearance.¹ (*Times Reporter*, 20 de junho de 2015)
 b. De acordo com Fátima Espírito Santo, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), "em dezembro só *pro* choveu 20 por cento do que é habitual."² (*DN Portugal*, 09 de janeiro de 2015)
 c. Segundo o meteorologista Overland Amaral nos últimos dias *pro* choveu mais que o previsto para todo o mês de maio na capital e na Grande Aracaju.³ (*GI Sergipe*, 27 de maio de 2015)

No exemplo (1a) a existência do expletivo é obrigatória na posição do sujeito, já nos exemplos (1b) e (1c) o sujeito é nulo e não lexicalizado, representado por *pro* para satisfazer o *Princípio da Projeção Estendida* (PPE), do inglês *Extended Projection Principle* (EPP), que garante que toda sentença finita tenha sujeito, mesmo que não esteja lexicalizado. Dentro dessa perspectiva, Rizzi (1982) aponta que ao analisar o parâmetro do sujeito nulo, as línguas seriam divididas em dois grupos: a) as que permitem a não-realização lexical do sujeito, marcadas positivamente para este parâmetro; e b) as que exigem a realização do sujeito, marcadas de forma negativa para o sujeito nulo. As línguas que se encaixam em *b* são consideradas línguas *pro-drop*. Este termo vem do inglês *pronominal dropping* e significa *queda do pronome*, fenômeno que analisaremos com mais detalhes no decorrer deste capítulo.

Segundo Chomsky (1981), a possibilidade da não realização fonética do sujeito existe devido à riqueza flexional de uma determinada língua. De acordo com Rizzi (1982), comparando o paradigma verbal do inglês com o do italiano, nota-se que o italiano apresenta uma forma verbal para cada pessoa de seu paradigma, o que não ocorre no inglês. Dessa forma, a riqueza flexional apresentada pelo italiano seria o que possibilita que essa língua seja marcada como positiva para o sujeito nulo e seja classificada como língua *pro-drop*. Já uma língua como o inglês, por não apresentar riqueza flexional, não apresenta sujeito nulo e não pode ser classificada como língua *pro-drop*. A riqueza flexional foi bastante associada à possibilidade de ocorrência de sujeito nulo em uma língua, porém, após o trabalho de Huang (1984), no qual o autor aponta que existem línguas que possuem sujeito nulo mesmo que seu paradigma verbal não apresente flexões, esta relação entre riqueza flexional e sujeito nulo deixou de ser algo determinante. Existem ainda outros estudos como de McCloskey & Hale (1984) que confirmaram a existência de paradigmas verbais mistos – ora sintéticos, considerados de flexão rica; ora analíticos, considerados de flexão pobre – em línguas como o

¹ Disponível em: < <http://www.timesreporter.com/article/20150620/NEWS/150629972>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

² Disponível em: < http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4331722>. Acesso em 22 de junho de 2015.

³ Disponível em: < <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/05/veja-quais-sao-cidades-onde-choveu-mais-que-media-para-maio.html>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

irlandês, variando de acordo com tempo verbal e pessoa.

Na proposta de Chomsky (1981), existem diferentes tipos de DPs não realizados foneticamente, chamados de *empty category* (ec) ou *categoria vazia*. A **ec** é uma entidade necessária na estrutura da sentença; ela é postulada pois sua inexistência levaria à violação de princípios da gramática, como por exemplo o Critério θ , que é um dos princípios que regulam a atribuição dos papéis temáticos, o qual postula que cada cadeia argumental deve receber um e apenas um papel temático, e cada papel temático deve ser atribuído a um argumento. Sua tipologia é semelhante à dos DPs lexicalizados. Vejamos os seguintes exemplos:

- (2) a. O João_i parece **ec** amar a Maria. [+anafórico, -pronominal] = *t*
 b. A Maria_i disse que **ec** viajou. [- **anafóricos**, +**pronominais**] = *pro*
 c. Quem_i que a Maria disse que o Pedro beijou **ec** na festa?
 [- anafóricos, - pronominais] = *vbl* (vestígios de *Wh*)
 d. Eu quero **ec** comer camarão. [+ anafóricos, + pronominais] = PRO

(MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 2013, p.226)

A **ec** em (2a) representa um *trace*, ou vestígio (*t*), pois é referencialmente dependente de um antecedente que está na posição de Spec IP que c-comanda *t*. O antecedente que corresponde ao índice desta **ec** se move para uma posição A na SS. O sujeito nulo tratado no presente trabalho remete à categoria vazia em (2b), *pro*, que representa um verdadeiro pronome, representado sem matriz fonética. Esta **ec** não necessita de um antecedente, e se houver um na sentença este não vai c-comandar esta categoria vazia estando dentro de sua categoria de regência. Em (2c) a **ec** corresponde à posição A-barra, pois é a posição para onde o DP se move na SS, e por isso esta **ec** é uma variável (*vbl*). Em (2d), o DP “eu” nasce em Spec VP do verbo “querer” e se move para Spec IP; desta forma a **ec** é um PRO.

Decorreram-se mais de três décadas desde a introdução da proposta do parâmetro *pro-drop*, ou parâmetro do sujeito nulo, na literatura gerativista, em Chomsky (1981), e esse continua sendo um dos temas mais discutidos nessa área. A proposta estabelece que todas as línguas naturais devem apresentar uma marcação positiva [+ *pro-drop*] ou negativa [- *pro-drop*] para o parâmetro. Para autores como Chomsky (1981), Rizzi (1982) e Jaeggli and Safir (1989), a possibilidade da omissão do pronome sujeito é vista como uma manifestação do referido parâmetro, o que levaria à marcação positiva para uma língua que possibilitasse tal elipse.

Em línguas tipicamente *pro-drop*, como o italiano, estão presentes propriedades que têm relação entre si (CHOMSKY, 1981):

- (3) (i) Omissão do sujeito:
- a. Ho trovato il libro.
I found the book.
- (ii) Inversão livre em sentenças simples:
- a. Ha mangiato Giovanni.
Giovanni ate.
- (iii) "Movimento longo de *Wh*" sujeito
- a. L'uomo [che mi domando [chi abbia visto]]
(With the interpretation: "the man x such that I wonder who x saw")
- (iv) Pronomes resumptivos nulos em sentenças encaixadas:
- a. Ecco la ragazza [che mi domando[chi crede[che possa VP]]]
"This is the girl who I wonder who thinks that she may VP"
- (v) Aparente violação do filtro *[that-t]: (leia-se that-trace = que-vestígio):
- a. Chi credi [che partirà]
("who do you think [(that) will leave]")

(CHOMSKY, 1981. p. 240)

As sentenças em italiano opõem-se às sentenças em inglês em decorrência das diferentes propriedades que cada língua exhibe. As línguas marcadas negativamente para *pro-drop*, como o inglês e o francês, não apresentam as propriedades supracitadas.

Estudos recentes demonstram que o PB, por sua vez, possui um comportamento distinto com relação a essas propriedades. As sentenças representadas abaixo em (4) – (8), muito frequentes no PB, ilustram o comportamento dessa língua no que diz respeito a cada uma das propriedades elencadas por Chomsky (1981):

- (4) Eu encontrei o livro
- (5) **O Giovanni** comeu isso/ **O Giovanni** que comeu isso / Foi **o Giovanni** que comeu isso.
- (6) **O homem_i que_i** eu me pergunto quem **ele_i** teria visto
- (7) Eis **a moça_i que_i** eu me pergunto quem acredita que **ela_i** tenha
- (8) **Quem_i** você acredita que _____i vai embora / ***Quem_i** você acredita que **ele_i** vai embora

(MARINS 2009, p. 22)

No exemplo em (4) observamos que, no que se refere à propriedade (i), o PB demonstra preferência pelo preenchimento da posição de sujeito (DUARTE, 1995). No exemplo (5), referente à propriedade (ii), nota-se uma aparente preferência pela ordem SVO em PB. Nos exemplos em (6) e (7), em relação às propriedades (iii) e (iv) respectivamente, parece haver no PB uma preferência por pronomes resumptivos em orações encaixadas, o que parece representar uma consequência da remarcação do parâmetro do sujeito nulo. No exemplo (8), correspondente à propriedade (v), o PB apresenta comportamento similar ao italiano, desrespeitando o filtro *that-t*. A leitura correferencial do pronome *ele* expresso com o pronome *quem* seria agramatical (MARINS, 2009).

Esse comportamento diferente expresso pelo PB nos leva a crer que ele não se encaixa nas definições clássicas de língua de sujeito nulo [+ *pro-drop*] ou de língua de sujeito não-nulo [- *pro-drop*], logo, em função dos avanços na teoria de *P&P*, encontra-se em um meio termo entre tais definições⁴, rejeitando o parâmetro e sendo classificado como língua de Sujeito Nulo Parcial. Essa proposta é discutida mais detalhadamente na subseção 1.1.2.

1.1.1 Parâmetro *pro-drop* no Português Brasileiro

Os estudos de Duarte (1993;1995) sobre o parâmetro *pro-drop* no PB são muito significativos na literatura linguística. A autora (1993) afirma que o PB sofre a perda de algumas propriedades que caracterizam uma língua como *pro-drop* e atribui tal perda à simplificação no seu quadro pronominal. Em seu artigo, a pesquisadora analisa o sujeito nulo do PB na diacronia, entre os anos de 1845 e 1992, levando em consideração a substituição das formas pronominais *tu* e *vós*, por *você/vocês* e da forma *nós* por *a gente*. Duarte aponta uma mudança no parâmetro através da diminuição do uso do sujeito nulo no PB no decorrer dos anos.

⁴ Ou há uma hierarquia de parâmetros, como diz Ian Roberts (2010).

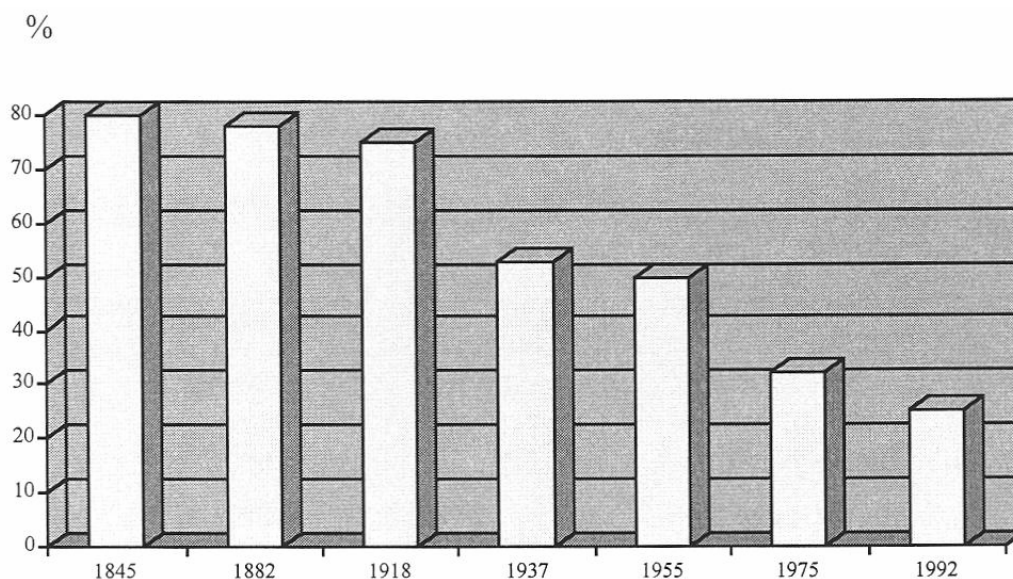


Figura 1: Decréscimo do uso do sujeito nulo no PB
 Fonte: Duarte, 1993

A autora afirma que essa diminuição gradual do sujeito nulo pode ser atribuída à redução gradual dos paradigmas flexionais, uma vez que nas três primeiras épocas, quando a ocorrência do sujeito nulo variava entre 75% e 80%, as formas pronominais ainda tinham grande número de ocorrências. Outro ponto salientado pela autora é que essa redução de sujeito nulo não é uniforme em todas as pessoas gramaticais, sendo que primeira e segunda pessoa têm menos ocorrências do que a terceira.

De acordo com Duarte, essa diminuição acontece devido à perda do Princípio *Evite Pronome*⁵ (CHOMSKY, 1981), estabelecido da seguinte maneira:

(9) *Evite Pronome*

Sempre que a alternância pronome nulo/pronome lexical for possível, deve-se utilizar o pronome nulo.

Esse princípio induz a não representação fonológica do sujeito quando sua identificação estiver clara na sentença. A perda desse princípio faz com que o sujeito nulo deixe de ser obrigatório e passe a ser uma opção menos utilizada. Duarte (1995) investiga essa perda com os objetivos de identificar os contextos que foram vencidos pela variante do pronome pleno, assim como os que ainda resistem a ele; confirmar a prática da mudança através da comparação entre três grupos etários; encontrar evidências do encaixamento da mudança no sistema, representada pelo uso irrestrito das construções de deslocamento do sujeito; e defender o estatuto de *pro* para a categoria vazia sujeito.

⁵ Avoid Pronoun: Empty categories have preference over overt pronoun (CHOMSKY, 1981, p. 65)

Anterior a Duarte, Galves (1987) já apontava algumas diferenças semânticas entre o sujeito nulo do PB em comparação com o sujeito nulo do PE. A autora afirma que a interpretação no sujeito nulo de terceira pessoa do singular entre essas duas línguas exibe diferenças, e as relaciona no uso do clítico *se* e do pronome pessoal *ele*, no que diz respeito à alternância determinação/indeterminação nas duas línguas, conforme exemplos em (10):

- (10) a. PE Determinado: Usa saia.
 b. PE Indeterminado: Usa-se saia.
 c. PB Determinado: Ela usa saia.
 d. PB Indeterminado: Usa saia

A autora argumenta que o fato de o sujeito indeterminado no PB não utilizar o clítico *se*, não significa que todo sujeito nulo de terceira pessoa deva ser considerado como indeterminado.

Ainda dentro do quadro gerativista, autores como Figueiredo Silva (1996; 2000), Negrão (1997), Barra Ferreira (2000), Modesto (2000), Kato (1999) e Rodrigues (2004) discutiram a questão da identificação/interpretação do sujeito nulo no PB. Esses autores afirmam que o PB não possui o mesmo tipo de sujeito nulo encontrado no PE, que as ocorrências de sujeito nulo no PB estão restritas a contextos específicos, como os ambientes sintáticos de orações encaixadas com sujeito nulo. Figueiredo Silva (2000), Barra Ferreira (2000) e Rodrigues (2004) concordam que a categoria vazia encontrada nesses contextos possui um antecedente, ou seja, tem características anafóricas, por exemplo.

Figueiredo Silva (2000) afirma que existem dois posicionamentos diferentes na literatura a respeito do sujeito nulo no PB. Um aponta o PB como língua de sujeito nulo, mesmo com todas as restrições de uso de uma categoria vazia na posição de sujeito; e o outro vê o PB como uma língua que se aproxima cada vez mais de línguas de sujeito não-nulo, pelo fato de um pronome lexical aparecer na posição de sujeito mesmo quando sua interpretação é definida. Em seu estudo, a autora busca responder quais são as condições estruturais que restringem a distribuição de pronomes lexicais e categorias vazias na posição de sujeito de sentenças finitas; e, a partir dos dados analisados, propõe que a marcação de sujeito nulo no PB é diferente das demais línguas que apresentam a mesma parametrização, por ser esta uma língua de sujeito nulo parcial que faz uso de estratégias especiais para identificar a categoria vazia quando o sujeito nulo precisa ser interpretado referencialmente. Para a autora, a presença do sujeito nulo não está relacionada à concordância verbal – riqueza flexional – mas depende da presença de um antecedente na sentença. A autora afirma ainda que o sujeito nulo

em uma oração encaixada será sempre correferente ao sujeito de uma oração mais alta ou a um tópico.

- (11) a) * A Maria disse que_{cv1} vendi o carro muito caro.
b) Eu₁, a Maria disse que _{cv1} vendi o carro muito caro.

Assim, a sentença (11a) seria agramatical. Ao fazer referência com um tópico, como na sentença (11b), a mesma sentença torna-se gramatical na proposta da autora. No entanto, para Rodrigues (2004) uma sentença como (11a) é gramatical, pois o sujeito nulo de primeira pessoa ainda ocorre no PB. Para Gravina (2014), esse aspecto tem sido relacionado com a caracterização do PB como língua de tópico direcionada ao discurso, conforme Pontes (1987), Galves (1987) e Negrão e Müller (1997), haja visto que quando o tópico está realizado é possível fazer esta relação. Ou seja, o uso do sujeito nulo no PB não está ligado a questões de licenciamento, mas sim a questões de identificação.

Segundo Barra Ferreira (2000), a possibilidade de ocorrência de uma categoria vazia na posição de sujeito de uma oração finita foi restrita pelas significativas mudanças ocorridas no PB, e essas mudanças o tornaram uma língua com propriedades distintas das línguas verdadeiramente *pro-drop*, como o italiano, assim como das línguas não *pro-drop*, como o inglês. O autor afirma que em algumas sentenças do PB as ocorrências da categoria vazia na posição de sujeito são vestígios resultantes do (hiper)alçamento de um sintagma que ocupava essa posição originalmente; e julga como agramatical qualquer sentença matriz que apresente sujeito nulo. Assim, na visão do autor, os sujeitos nulos presentes no PB são ambientes sintáticos de realizações específicas, que não contemplam as categorias vazias com um pronome nulo – *pro*. As categorias vazias encontradas são vestígios de movimento, portanto, variáveis ou anáforas.

Modesto (2000) também entende que o PB levanta dúvidas quanto à sua condição em face da classificação binária entre língua *pro-drop* ou não *pro-drop*. A língua apresenta um sistema de flexão verbal que já foi rico, com formas únicas de flexão para cada pessoa, e que passou a ser considerado pobre, apresentando distinção apenas entre a primeira pessoa do singular e do plural. Contudo, ainda assim permite a realização do sujeito nulo referencial em alguns ambientes. O autor reconhece que há relação entre concordância verbal e o licenciamento do sujeito nulo em muitas línguas, mas afirma que este é apenas um parâmetro e não algo universal; tendo em vista que algumas línguas podem considerar outros parâmetros para identificação pronominal da categoria vazia. Modesto também discute a questão da

interpretação do sujeito nulo no PB, apontando para o fato de que o PB atual não possui o mesmo tipo de sujeito nulo encontrado no PE. As ocorrências de sujeito nulo no PB estariam condicionadas a contextos específicos, conforme exemplos do autor:

- (12) a) O Paulo_i convenceu o Pedro_j *pro*_{i/*j/*k} que tinha que ir embora. (PB)
 b) O Paulo_i convenceu o Pedro_j que *ele*_{i/j/k} tinha que ir embora. (PB)
 c) O Paulo_i convenceu o Pedro_j *pro*_{i/j/k} que tinha que ir embora. (PE)

(MODESTO, 2000, p. 152)

Modesto aponta que na sentença (12a), a única interpretação no PB para a categoria vazia na sentença encaixada é o antecedente *Paulo*. Já na sentença (12b) existe ambiguidade de interpretações, considerando que o sujeito da sentença encaixada pode ser interpretado como *Paulo*, *Pedro* ou como um terceiro referente. Em línguas de sujeito nulo consistente, como o PE, a única interpretação para a categoria vazia na letra (12b) seria a de um terceiro referente, diferente de *Paulo*. Para que fizesse referência a *Paulo*, obrigatoriamente o sujeito deveria ser nulo, assim como na sentença (12a), pelo fato de que, no PE, o preenchimento do sujeito com o pronome *ele* na oração encaixada resulta na interpretação de um sujeito referencial fora do contexto apresentado.

1.1.2 Sujeito Nulo Parcial

Após o estudo de diversas línguas na tentativa de apurar se elas apresentavam valor positivo ou negativo para o parâmetro *pro-drop*, as análises dos resultados de estudos dos autores supracitados sobre o fenômeno apontam que a binariedade proposta em Chomsky (1981) referente à marcação desse parâmetro foi abandonada. Segundo Gravina (2014), várias são as línguas que apresentam condições e contextos específicos para ocorrência ou não ocorrência do sujeito nulo, tais como o islandês, o português brasileiro e o finlandês. Essas línguas são denominadas línguas de sujeito nulo parcial.

Conforme Rodrigues (2004), Holmberg (2010), Gravina (2014), dentre outros, a caracterização do parâmetro *pro-drop* com marcação positiva ou negativa para a ocorrência de sujeito nulo em uma língua não é a mais apropriada na atualidade. Segundo esses autores, esse parâmetro teve seu conceito modificado no decorrer dos avanços da teoria, portanto, ao tratar de línguas de sujeito nulo atualmente, não se concebem apenas duas possibilidades:

sujeito nulo (*pro-drop*) e sujeito não nulo (não *pro-drop*); existe ainda o Sujeito Nulo Parcial (RODRIGUES, 2004; HOLMBERG, 2005; 2010; ROBERTS, 2010).

De acordo com Rodrigues (2004), a manifestação do parâmetro *pro-drop* ocorre através da queda do pronome sujeito em línguas de sujeito nulo consistente, como o italiano e o português europeu, nas quais os expletivos e sujeitos referenciais podem ser nulos. Línguas de sujeito nulo parcial também permitem a realização do expletivo nulo, no entanto, se diferenciam das línguas de sujeito nulo consistente. Nestas, o sujeito nulo referencial de terceira pessoa ocorre apenas em sentenças encaixadas, comportando-se como anáforas e exigindo uma sentença antecedente:

- (13) a. *Embarcou no trem (PB)
b. * Nousin junaan (Finlandês)
- (14) a. Ele₁ disse que e_{1/*2} embarcou no trem (PB)
b. Hän₁ kertoi että e_{1/*2} nousin junaan (Finlandês)

(RODRIGUES, 2004, p. 74)

Em seu estudo, a autora compara o português brasileiro com o finlandês, língua que também é considerada de sujeito nulo parcial. Em gramáticas de sujeito nulo consistente, o sujeito nulo referencial é um pronome nulo (*pro*), enquanto em línguas de sujeito nulo parcial ele é uma anáfora nula. Por esta razão, a autora afirma que para considerar o Finlandês e o PB como línguas de sujeito nulo parcial é necessário entender o modo como um parâmetro fixo pode ter diferentes resultados: sujeito nulo pronominal, apresentado por Rizzi (1986) em italiano e PE; e sujeito nulo anafórico, como em PB e finlandês. Por esta razão, Rodrigues levanta questionamentos sobre a natureza sintática do sujeito nulo referencial em ambos os idiomas, e conclui que PB e finlandês não são línguas de sujeito nulo consistente, pois na gramática dessas línguas o sujeito nulo referencial é um vestígio (t) e não um pronome nulo. A autora sugere que a disponibilidade de um vestígio na posição de sujeito de uma sentença finita é o resultado de uma morfologia de concordância verbal fraca.

Holmberg (2010) diferencia línguas de sujeito nulo parcial, de línguas de sujeito nulo consistente. O autor afirma que o sujeito nulo tem menos ocorrências em línguas de sujeito nulo parcial do que em línguas de sujeito nulo consistente. Afirma ainda que existem contextos nos quais o sujeito nulo é obrigatório nas línguas de sujeito nulo consistente e opcional em línguas de sujeito nulo parcial, assim como situações em que a ocorrência do

sujeito nulo não é possível em línguas de sujeito nulo parcial e possível em línguas de sujeito nulo consistente. Nos exemplos em (15) ilustramos algumas dessas possibilidades:

- (15) a. O suspeito disse que *pro* pretendia lançar uma "guerra racial" ao disparar contra um grupo de pessoas que participavam numa sessão de leitura de textos sagrados na Igreja Africana Metodista Episcopal (AME) de Charleston.⁶ (*TSF Radio Notícias Portugal*, 20 de junho de 2015)
 b. He said **he** wanted to start a civil war. He said **he** was going to do something like that and then kill himself.⁷ (*The Guardian*, 19 de junho de 2015)
 c. Ele disse que *pro* queria começar uma guerra civil. Ele falou que *pro* ia fazer algo assim e depois se matar.⁸ (*Estado de Minas Digital*, 20 de junho de 2015)

Nos exemplos acima pode-se observar que em línguas de Sujeito Nulo Consistente, como PE, em (15a), o pronome tem de ser nulo, satisfazendo o Princípio da Projeção Estendida (PPE) com o *pro* inserido na posição de sujeito da sentença. Em (15b), observa-se que em línguas de sujeito não-nulo como o inglês, o sujeito deve ser lexicalizado e por isso ocorre a repetição do pronome *he*. Em (15c) o pronome pode ser nulo no PB por opção do falante, por esta ser considerada uma língua de Sujeito Nulo Parcial.

A fim de exemplificar a existência de dois tipos de línguas de sujeito nulo, apresentamos as propriedades de Holmberg (2010) sobre ambas as possibilidades:

- (16) a. Línguas de sujeito nulo consistente: sujeito nulo pronominal definido e sujeito nulo pronominal indefinido;
 b) Línguas de sujeito nulo parcial: sujeito pronominal definido, apenas nos casos em que há um antecedente c-comandando o sujeito localmente e sujeito pronominal indefinido.

Para as línguas em (16a), línguas de sujeito nulo consistente tais como italiano e PE, consideraremos as explicações de Holmberg (2010) aqui explanadas por Gravina (2014), que afirma que o sujeito pronominal é um ϕ P, ou seja, um pronome sem traços D é incorporado em T como resultado de concordância (Agree). Portanto T é o membro mais alto da cadeia e como tal é pronunciado, embora apenas como um afixo do verbo finito, enquanto a cópia em SpecvP não é pronunciada. A cadeia tem um traço-D não interpretável fornecido por T. Então o traço é valorado por um tópico temático nulo de mesmo índice de correferência no domínio-

⁶ Disponível em < http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=4635692>. Acesso em 30 de junho de 2015.

⁷ Disponível em < <http://www.theguardian.com/world/2015/jun/19/dylann-roof>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

⁸ Disponível em < http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/06/20/interna_internacional,660171/atorador-que-matou-nove-em-igreja-nos-eua-queria-criar-uma-guerra-rac.shtml>. Acesso em 30 de junho de 2015.

C. Dessa forma, o EPP da sentença também é satisfeito. Isso tem como resultado um sujeito nulo consistente na sentença:

- (17) Ha comprato una macchina nuova. (italiano)
 Has bought a car new
 $[_{CP} < DP_1 > [_{TP} ha + T_{[D1, 3SG, EPP]} [_{VP} < \phi P_{[3SG, NOM1]} > comprato \dots]]]$

(HOLMBERG, 2010, p. 105)

No que se refere às línguas em (16b), línguas de sujeito nulo parcial como PB e finlandês, Holmberg afirma que o sujeito não pode ser incorporado em T e ser interpretado como um sujeito definido, pois nessas línguas, T não apresenta traço-D não interpretável. Nessas línguas, um sujeito pronominal definido deve ter seus traços-D valorados em uma posição de especificador. A sonda T não é capaz de incorporar os traços-D do sujeito pronominal e então para satisfazer o EPP, o pronome é atraído para SpecTP.

Neste caso o pronome, por se encontrar na parte mais alta da cadeia, será pronunciado:

- (18) Hän on ostanut uuden auton. (finlandês)
 He has bought new car
 $[_{TP} hän_{[D1, 3SG, NOM]} [_{T'} on + T_{[3SG, EPP]} [_{VP} < hän_{[D1, 3SG, NOM]} > ostanut \dots]]]$

(HOLMBERG, 2010, p.106)

Adotaremos as definições desses autores neste trabalho, considerando o PB como um exemplo de língua configurada como sujeito nulo parcial por ser uma língua que licencia sujeito nulo com restrição de contextos, que de acordo com Holmberg (2010), podem variar de acordo com cada língua que se insere nesta classificação.

1.1.3 O Sujeito Lexical Anafórico

O Sujeito Lexical Anafórico (SLA) representa um sujeito que pode ser substituído tanto por um sujeito nulo quanto por um pronome lexical realizado em contextos como o apresentado a seguir:

- (19) **Charlotte** é docente do curso de Linguística na Universidade Estadual de Campinas. **A pesquisadora** trabalha essencialmente na área de Linguística Histórica. **Esta** é sempre solicitada nos mais diversos congressos de sua área.

(GRAVINA, 2014, p. 28)

No exemplo em (19) tanto “A pesquisadora” quanto “Esta” fazem referência a “Charlotte”. Nos ambientes sintáticos em que essas variantes aparecem, podemos substituir esses sujeitos tanto por um sujeito nulo quanto por um pronome lexical realizado (ela), como dito anteriormente. Logo, os ambientes que demonstraram tais especificações foram classificados por Gravina (2008;2014) como *Sujeito Lexical Anafórico*.

Esse termo foi escolhido por Gravina para demonstrar que a alta porcentagem de sujeitos nulos encontrada nos dados de seu *corpus* escondia, na verdade, uma estratégia de preenchimento de sujeito, confirmando sua presença ainda que de forma anafórica. O *corpus* da autora é formado por periódicos que circularam na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais em três épocas diferentes: O Recreador Mineiro (1845 a 1848); Jornal Mineiro (1897 a 1900) e Tribuna de Ouro Preto (1945 a 1948). Segundo a autora,

ao realizar a classificação dos ambientes sintáticos nesse corpus percebeu-se a diminuição de sujeitos nulos e pronominais no decorrer do tempo, assim foram levadas em consideração todo tipo de estratégia de preenchimento do sujeito. Além dos pronomes, quantificamos outras expressões nominais anafóricas. Portanto, o uso de estratégias de preenchimento de maneira mais frequente nos evidenciou que os redatores dos jornais, principalmente, os redatores da primeira metade do século 20, utilizavam uma gramática com o sujeito mais preenchido (2008, p. 02).

Os dados brasileiros inicialmente apresentaram uma alta porcentagem de sujeito nulo em todos os períodos analisados pela autora (1845 – 1848; 1897 – 1900; 1945 – 1948), não apresentando qualquer tipo de mudança no decorrer do tempo. Ou seja quando foi feita uma análise comparando apenas sujeito nulo *versus* sujeito pronominal nos textos de jornais não se viu qualquer mudança, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

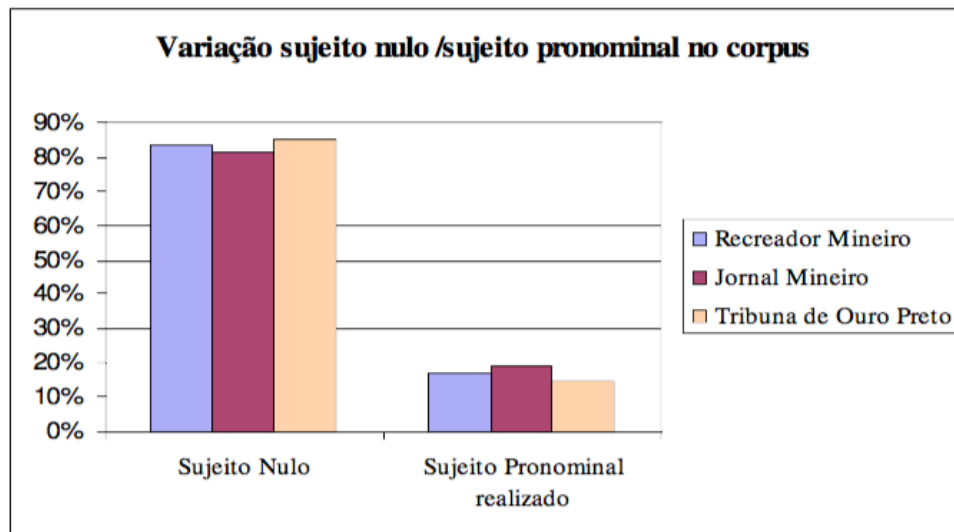


Figura 2: Variação do sujeito nulo/sujeito pronominal no corpus
 Fonte: Gravina, 2008 p. 88

No entanto, a partir do momento em que se considerou na análise o estudo de sujeitos que fossem lexicais e referenciais, ou seja, após fazer a metodologia com um sujeito lexical anafórico, observou-se uma diferença nos dados, como pode ser visto a seguir:

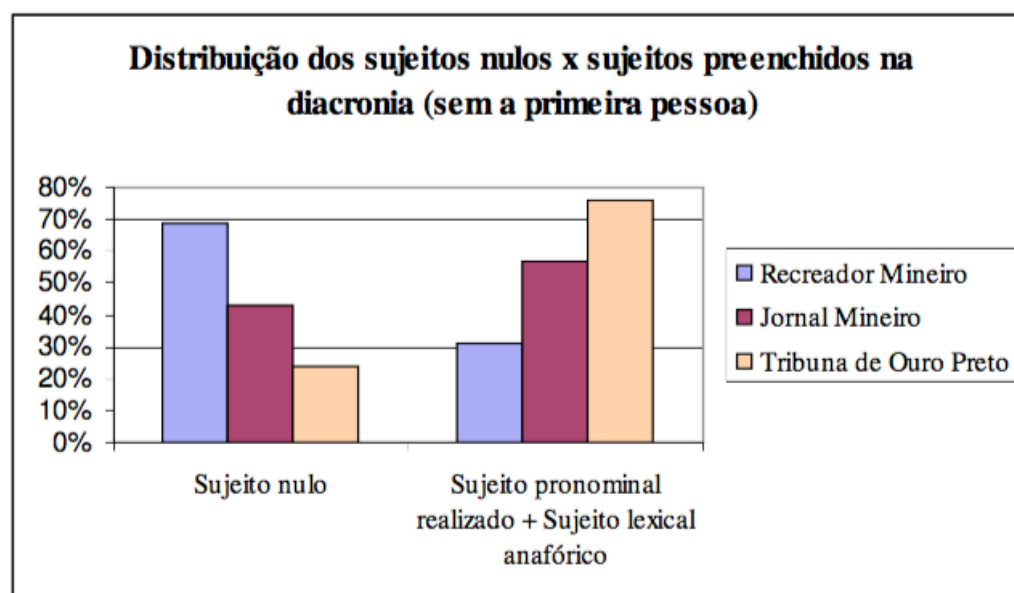


Figura 3: Distribuição dos sujeitos nulos x sujeitos preenchidos na diacronia
 Fonte: Gravina, 2008, p. 103

Nas definição da autora, o Sujeito Lexical Anafórico é “uma estratégia de preenchimento do sujeito para evitar que este fique nulo ou se utilize um pronome realizado no contexto, uma vez que o pronome pessoal tem um caráter menos formal [...] que um item

lexical” (GRAVINA, 2014, p. 126). A autora entende que essa presença ampla de *SLA* ocorre em textos jornalísticos por se tratar de um estilo mais formal que utiliza itens lexicais no lugar de pronomes pessoais realizados para referenciar algo ou alguém já mencionado no texto e por isso é chamado de anafórico.

Em seu corpus, Gravina (2008) encontrou três tipos de sujeito lexical anafórico, sendo eles: a) *Retomada anafórica do nome*; b) *Repetição* e c) *outro tipo de retomada anafórica*. O primeiro, *Retomada anafórica do nome*, foi a classificação mais recorrente. Segundo a autora, “o redator usava um sinônimo, um epíteto ou mesmo substantivava algum adjetivo para retomar a palavra utilizada anteriormente, de forma a manter a mesma referência, mas com o sujeito lexical realizado” (GRAVINA 2008, p. 93).

- (20) a) *Maria Santíssima, a creatura privilegiada de Deus, desde o nascimento predestinada a ser Mãe de Jesus, não podia, pela linhagem donde descendia, ocupar um lugar desconhecido entre os mortais.* (Tribuna de Ouro Preto Sob os Auspícios da Sociedade de Ouro Preto Ano 1 - NUM. 11 Ouro Preto, 21 de outubro de 1945 REDAÇÃO – Rua Tiradentes, 19 Diretor - Luis Ferreira da Silva GERENTE – Benedito dos Santos Saraiva p.01).

A Mãe do Verbo Incarnado não seria, então a creatura humana todavia divinizada pela aureola imaculada, que a elevava acima de todas as grandezas e dignidade da terra. (Tribuna de Ouro Preto Sob os Auspícios da Sociedade de Ouro Preto Ano 1 - NUM. 11 Ouro Preto, 21 de outubro de 1945 REDAÇÃO – Rua Tiradentes, 19 Diretor - Luis Ferreira da Silva GERENTE – Benedito dos Santos Saraiva p.01)

(GRAVINA, 2008, p. 93)

Nos exemplos em (20) *a mãe do verbo incarnado*, presente na segunda parte da sentença, representa o sujeito lexical realizado e faz referência a *Maria Santíssima*.

O segundo sujeito anafórico, *Repetição*, ocorre quando o redator usa a repetição literal do vocábulo, como pode ser visto em (21):

- (21) a) *Ocupa a atenção dos presentes o Dr. Gerardo Trindade em nome da Sociedade dos Amigos de Ouro Preto," não obstante se tratar de um orador já consagrado nossa opinião foi a de que o Dr. Gerardo Trindade desempenhou, de maneira impecável e com grande felicidade, sua missão de orador oficial da solenidade, havendo produzido magnífica peça oratória e sendo que ao terminar referiu-se a D. Helvécio, chamando-o de pelo titulo , Arcebispo de Mariana , mas, pelo coração, Arcebispo de Ouro Preto.* (Tribuna de Ouro Preto Sob os Auspícios da Sociedade de Ouro Preto Ano 1 - NUM. 06 Ouro Preto, 3 de Junho de 1945 REDAÇÃO – Rua Tiradentes, 19 Diretor - Luis Ferreira da Silva GERENTE – Benedito dos Santos Saraiva p.01).

(GRAVINA, 2008, p. 93)

No exemplo, o autor da sentença em (21) se utiliza da repetição do sintagma *Dr Geraldo Trindade* ao retomar o que havia sido dito anteriormente.

O terceiro tipo de sujeito anafórico, *outro tipo de retomada anafórica*, ocorre quando a referência é feita a partir de algo diferente de um nome, principalmente a partir de pronomes demonstrativos. No exemplo a seguir, o pronome demonstrativo *este* retoma o sintagma nominal *Mr. Currau*:

- (22) a) *Quando a lista foi apresentada a Mr. Currau, perguntou este para que era; respondeo-se-lhe que era para o enterro de Mr. O'Brien, escrivão.*? (Recreador Mineiro Tomo 1, 1 de Janeiro de 1845 N 1 Pág.14).

(GRAVINA, 2008, p. 93)

A partir das constatações de Gravina (2008), consideraremos em nossa análise de dados a presença/ausência do sujeito nulo, levando em conta o sujeito lexical anafórico, pelo fato de estarmos trabalhando com o mesmo tipo de *corpus*: textos jornalísticos.

1.2 O Parâmetro do Objeto Nulo

Nas definições da gramática tradicional, os objetos direto e indireto são complementos verbais, sendo o objeto direto o complemento do verbo transitivo direto, que se liga diretamente ao verbo sem auxílio de preposição; e o objeto indireto o complemento do verbo transitivo indireto, que se liga indiretamente ao verbo por meio de uma preposição. Para a gramática gerativa, os objetos direto e indireto são argumentos dos verbos e têm participação na atribuição de caso, uma categoria das línguas naturais que se manifesta no PB não através de morfemas específicos, como no Latim, mas sim através da posição que os constituintes ocupam na sentença.

O objeto direto recebe o caso acusativo do radical do verbo; o objeto indireto, recebe o caso oblíquo da preposição que o une ao verbo, conforme ilustrado por Mioto e Quarezemin (2012) a seguir⁹:

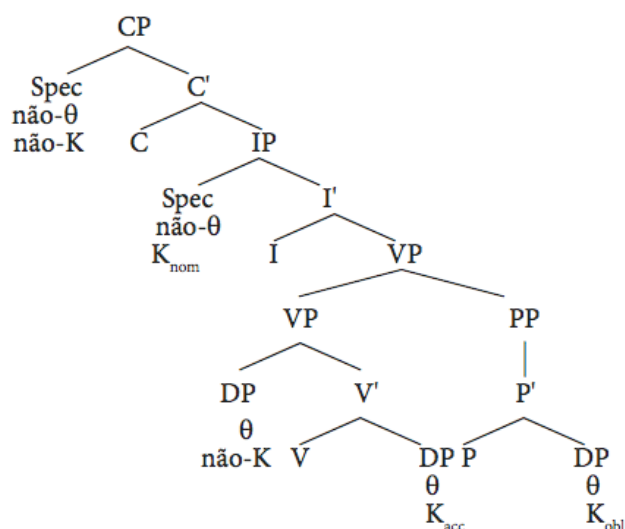


Figura 4: Marcação das Posições de Caso e Papel Temático
Fonte: Mioto e Quarezemin, 2012.

No que diz respeito ao preenchimento e apagamento de posições, de acordo com o modelo de Princípios e Parâmetros, a principal referência é a tipologia estabelecida em Chomsky (1982) acerca das categorias vazias, que se aplica tanto para as lacunas na posição de sujeito, quanto para as lacunas na posição de objeto.

A partir da identificação da possibilidade sujeito ser nulo em algumas línguas, na

⁹ A marcação de papéis temáticos aparece na projeção na Figura 1, no entanto, não descrevemos sua ocorrência por não estar no escopo de nosso trabalho.

década de 80, e após a postulação do Parâmetro do Sujeito Nulo, logo se percebeu que, da mesma maneira, o objeto poderia ser nulo (WHEELER, 1981; HUANG, 1984; RAPOSO, 1986; GALVES, 1989; FARREL, 1990). O parâmetro do objeto nulo seria responsável pela variação entre línguas que permitem o apagamento do objeto, como o PB, e línguas que não o permitem, como o Inglês, como pode ser visto no exemplo a seguir:

- (23) a. “A história da compra dessa **casa** foi muito engraçada porque eu tinha visto essa **casa**, mais ou menos há uns três anos atrás, ou quatro... Quer dizer, agora já fazem quatro, quando, quando eu comprei ____ fazia três anos”.
 b. *(...) I mean, there are already four now, when I bought ____ there were three years.

(MACEDO COSTA, 2012. p. 33,34)

As sentenças no exemplo anterior demonstram que a questão do preenchimento ou não do objeto é uma questão paramétrica; em (23a) a sentença é gramatical, confirmando a possibilidade de uma categoria vazia na posição de objeto direto no PB. Já em (23b) a sentença é agramatical, isso porque o inglês não admite estruturas com objeto nulo no contexto apresentado.

A posição de objeto direto pode ser ocupada de diversas formas, conforme apontam estudos diacrônicos (CYRINO, 1994) e sincrônicos (DUARTE, 1986; GALVES, 1989;[2001]; CORRÊA,1991; FIGUEIREDO, 2009):

- Clítico acusativo¹⁰:

- (24) Ele veio do Rio só pra me ver. Então fui ao aeroporto buscá-**lo**.

- Pronome lexical:

- (25) Esse carinha, ele morava umas duas, três quadras acima, sabe? E todo mundo conhecia **ele** lá.

- Categoria vazia:

- (26) O Arnaldo leu a peça e aprovou (____).

- Outras:

Sintagma Nominal Lexical:

¹⁰ Exemplos de Duarte (1986).

- (27) Eu vou me casar com o seu pai. Eu amo **o seu pai**.

Sintagma Nominal Lexical com determinante modificado:

- (28) (E o dinheiro?) Se pelo menos eu soubesse onde ele escondeu **esse dinheiro**...

Pronome demonstrativo *isso*:

- (29) No cinema a ação vai e volta. No teatro você não pode fazer **isso**.

A Tipologia das Categorias Vazias proposta em Chomsky (1986) foi e continua sendo amplamente discutida também no que diz respeito à lacuna na posição de objeto direto. Sintaticamente, esta lacuna tem sido classificada de diversas maneiras: epíteto nulo (HUANG, 1991), como variável (RAPOSO, 1986), como pronome nulo (FARRELL, 1990 e GALVES, 1989), como clítico nulo (KATO, 1993), e outros. Nota-se, então, que esta categoria vazia não tem ocorrências e análises uniformes para todas as línguas e esse é um dos motivos para tantas pesquisas ainda darem foco ao assunto.

O objeto nulo, de agora em diante ON, pode ser uma posição de objeto foneticamente nula, mas que apresenta conteúdo sintático e semântico. O conteúdo semântico pode ser recuperado por meio de um antecedente expresso no discurso (30a), sendo o tipo mais restrito entre as línguas, no contexto pragmático (dêitico), como em (30b) e (30c) ou, ainda, por meio de uma leitura genérica do tipo “as pessoas” (31):

- (30) a. – Comprou guaraná zero também? – Comprei __, uai.
b. – Pega __ aqui, Maria.
c. – Push __!

(CYRINO, 1997, p.39)

- (31) a. La música relaja __. (LANDA, 1991, apud CYRINO, 1997, p.45)
b. Wild Guns est un jeu qui défoule __. (CUMMINS & ROBERGE, 2004, p.3)
c. Questo conduce __ alla seguente conclusione. (RIZZI, 1986, p.501)
d. This leads __ to the following conclusion. (RIZZI, 1986, p.501)
e. Esse remédio deixa __ tonto. (MAIA, 1990, apud CYRINO, 1997, p.45)

(VALVERDE-HÜBNER, 2012. p.12)

Todos os exemplos em (30) e (31) ocorrem no PB, contudo, ocorrências como em (30), em que o ON tem antecedente definido e interpretação específica (ON anafórico), é que

distinguem o português (brasileiro e europeu) das demais línguas românicas. No geral, o ON é mais frequente no PB, já que o PE, assim como as demais românicas, costuma optar pelo clítico, como pode ser visto no exemplo a seguir:

- (32) a. Inglês: You have to wash **it** before you put it!
 b. Alemão: Du mußt(**ih**)**n** waschen bevor du(**ih**)**n** reinschüttest!
 c. Espanhol: Tienes que lavar**lo** antes de poner**lo**!
 d. Francês: Tu dois **le** laver avant de **le** mettre!
 e. Italiano: Debi lavar**lo** prima di metter**lo** dentro!
 f. Romeno: Trebuie să-**l** speli înainte de a-**l** pune!
 g. PE: Tu tens que lavá-**lo** antes de pô-**lo**.
 h. PB: Cê tem que lavar __ antes de pôr __! (Falando para alguém querendo pôr o arroz na panela)

(CYRINO & REICH, 2002, p.9-10)

A particularidade do PB está em construções do tipo (32h), que em alemão, inglês e todas as outras línguas românicas levam ao emprego de um pronome objetivo, enquanto no PB este pronome é nulo. A possibilidade de ocorrência de uma categoria vazia na posição de objeto ocorre de forma pouco restrita no PB, fazendo com que essa estratégia seja considerada uma particularidade que o distingue do PE. Segundo Galves, “no grupo das línguas românicas, o português parece ser a única língua que admite um objeto nulo do mesmo tipo do objeto nulo do chinês, que pode receber uma interpretação específica definida” (1989;2001, p. 73).

É possível notar que diferentes pesquisadores têm definições específicas com relação à natureza desta categoria vazia. Sendo assim, trataremos com mais detalhe da visão de cada um na subseção que segue.

1.2.1 A Categoria Vazia em Posição de Objeto Direto

Como mencionado anteriormente, o objeto nulo é um tipo de categoria vazia que se caracteriza de diferentes maneiras conforme o idioma e o tipo de antecedente que ele apresenta. Além do objeto nulo com antecedentes sentenciais (quando o clítico neutro “o” pode preencher a lacuna), há objetos nulos com antecedentes cuja interpretação é genérica (RIZZI 1986 para o italiano), com antecedentes cuja interpretação é não específica/ indefinida (Campos 1986 para o espanhol) e com antecedentes cuja interpretação é específica/ definida (Huang 1984 para o chinês). O grupo dos objetos nulos com interpretação específica/ definida

ainda se divide em dois: aqueles com antecedentes específicos e [+ animados] e aqueles com antecedentes específicos e [- animados] (MACEDO COSTA, 2012).

O uso de uma categoria vazia na posição de objeto no PB ocorre de forma pouco restrita, fazendo com que essa estratégia de anaforização seja considerada como uma particularidade que o distingue do PE. Por esta razão, diversos estudos (GALVES, 1989;2001; CORRÊA, 1991; CYRINO, 1994; BARRA FERREIRA, 2000; FIGUEIREDO, 2009) buscaram compreender a natureza desta categoria vazia, assim como os contextos em que ela ocorre.

1.2.1.1 O Objeto Nulo como Variável

A partir do trabalho de Huang (1984), que investiga o objeto nulo no chinês, a pesquisa sobre a natureza da categoria vazia na posição de objeto direto teve mais destaque na teoria gerativa. Para esse autor, o objeto nulo do chinês é uma variável ligada por um tópico nulo, ou seja, um operador que pode ser foneticamente não realizado, mas cujo conteúdo pode ser recuperável no discurso, conforme exemplo do autor:

- (33) [TOP Oi], Zhangsam shuo Lisi bu renchi e_i ¹¹
 Zhangsam diz Lisi não conhece.
 “[TOP]_i Zhangsami disse que Lisi conhece e_i ”

(HUANG, 1984, p.542)

O autor ainda classifica o português, chinês, japonês, coreano e o quéchua como “línguas orientadas para o discurso”, que podem apresentar tanto a posição de sujeito como a de objeto nulas, e apresenta uma análise de condicionamentos sintáticos e da teoria do *pro drop* para a posição do objeto (VALVERDE-HÜBNER, 2012).

Em concordância com Huang (1984), Raposo (1986) analisou o objeto nulo no PE, estendendo a análise daquele autor para esta língua. Para Raposo (1986), a categoria vazia na posição de objeto em PE também pode ser classificada como uma variável, um vestígio deixado pelo movimento para a posição de COMP de um operador nulo coindexado ao tópico nulo do discurso, com base no fato de que sentenças contendo objetos nulos dentro de ilhas são inaceitáveis no PE:

¹¹ e = categoria vazia.

- (34) a. *O rapaz que trouxe __ mesmo agora da padaria era o teu afilhado.
 b. *Que a IBM venda __ a particulares surpreende-me.

(RAPOSO, 1986, p. 382)

Contudo, no PB essas sentenças são gramaticais e, portanto, o ON não será considerado variável nessa língua, e sim analisado por autores como Galves (1989) [2001], Farrell (1990), Barra Ferreira (2000) como tendo caráter pronominal no PB, conforme veremos na próxima subsecção.

1.2.1.2 O Objeto Nulo como *pro*

A diferença entre o objeto nulo do PB e o objeto nulo do PE consiste no fato de que os exemplos apresentados em (34) que representavam violação de ilhas no PE são gramaticais no PB. Isso comprova que o PB não apresenta restrições quanto ao fato de ocorrer ou não no interior de uma ilha, segundo Galves (1989), e leva esta autora a classificar o objeto nulo do PB como um *pro*.

Para esta autora, o único contexto em que o PB e o PE apresentam a mesma restrição sobre o objeto nulo é em sentenças em que o antecedente do objeto nulo é o sujeito da frase principal, como podemos ver em seus exemplos:

- (35) a. *O José_i impediu a esposa de matar e_i
 b. *O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer e_i
 c. O José_i impediu a esposa de matar **ele**_i
 d. O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer **ele**_i

Nos exemplos (35c) e (35d) o preenchimento da posição de objeto em PB faz com que a correferência deixe de ser problemática, mostrando que aparentemente o pronome nulo e o pronome lexical não estão em variação livre neste caso. De acordo com Galves (1997) [2001], a agramaticalidade de (35a) e (35b) está baseada em restrições semântico-discursivas, em que o fato de o sujeito dessas sentenças ser o sujeito da fala as torna agramaticais, pois não é natural que o mesmo sujeito de uma fala seja o tópico dela. Contudo, quando os sujeitos das sentenças não são agentes, estas se tornam gramaticais. Segundo Macedo Costa (2012), a categoria vazia em PB é classificada por alguns autores como Farrell (1987), Galves (1989) [2001] e Barra Ferreira (2000) como um *pro*, vinculado a um tópico do discurso, e não como

uma *variável* da mesma forma que o PE, pelo fato de essa categoria vazia ser possível em contextos de ilhas mostra uma restrição de ordem gramatical.

De outro modo, quando o sujeito da sentença não é o sujeito da fala, como em (36) a sentença se torna gramatical:

- (36) a. Esse tipo de garrafa_i impede as crianças de abrirem _____i sozinhas.
b. Esse prato _i exige que o cozinheiro acabe de preparar _____i na mesa.

(MACEDO COSTA, 2012. p. 48)

Baseada em Farrell (1987), Galves aponta que determinadas sentenças que aparentemente seriam agramaticais em PB, quando encontram-se dentro de um contexto apropriado, tornam-se gramaticais. Isso favorece a hipótese de que parece haver uma restrição semântico-discursiva no que concerne ao licenciamento das categorias vazias em PB e não somente uma restrição gramatical:

- (37) a. *Ele_i insiste que ninguém beijou _____i.
b. Todo mundo diz que Maria beijou Pedro_i depois do baile. Mas ele_i insiste que ninguém beijou _____i.

Sendo assim, a categoria vazia em PB é classificada como um *pro*, vinculado a um tópico do discurso por autores como Farrell (1987), Galves (1989, 2001) e Barra Ferreira (2000). O fato de essa categoria vazia ser possível em contextos de ilhas mostra uma restrição de ordem gramatical o que torna impossível classificá-la como uma variável, tal como acontece no PE.

1.2.1.3 O Objeto Nulo como Elipse

O objeto nulo também é classificado como elipse. De acordo com Figueiredo (2009, p.29) “De forma diferente das CVs, uma elipse é motivada por fatores discursivos a fim de evitar redundâncias e sua interpretação se dá no contexto discursivo ou no contexto situacional”.

O objeto nulo seria o resultado de um processo semelhante ao processo da elipse de

VP, conforme Cyrino (1994) e a sua interpretação aconteceria mediante o processo de reconstrução do que foi suprimido na forma lógica (FL). Em outras palavras, mediante esse processo, o objeto nulo do PB é interpretado em FL como uma cópia do seu antecedente. Seria algo como uma interpretação do que já foi dito sem reflexo na forma fonética (FF). Segundo Cyrino (1994, p.138), “o objeto nulo do português do Brasil é resultado de reconstrução, e se tornou assim devido à existência de estruturas de elipse sentencial, em que há reconstrução de um DP/NP antecedente”. Pelo fato de alguns pronomes estarem em uma posição baixa na escala de referencialidade, eles podem ser nulos. Seria o que acontece com o “it” do inglês e o “o” do português, que apesar de apagados são interpretados devido à presença de um antecedente que recupera o seu conteúdo, o que justifica a hipótese de reconstrução em FL. Assim, o objeto nulo se caracteriza como uma elipse de DP na posição de complemento verbal que exprime uma entidade com os traços [-animado; +/- específico] (MACEDO COSTA, 2012).

Cyrino (1994) justifica esta proposta de que o objeto nulo do PB é um caso de elipse devido ao fato de que nos dados da sua pesquisa, a estrutura com elipse proposicional aumenta no decorrer do tempo, em detrimento da estrutura com o clítico neutro. Esta constatação levou a autora a levantar a hipótese de que o objeto nulo do PB seja uma reanálise diacrônica, uma vez que estendeu-se a possibilidade da elipse para as estruturas com clíticos cujos antecedentes se assemelham ao clítico neutro ([-animado], [-específico]).

O principal argumento sintático utilizado por Cyrino (2006) está baseado na constatação de que o objeto nulo em PB suscita a mesma ambiguidade de leituras (estrita e imprecisa) que se encontra nos casos de elipse de VP, “que não existem quando o pronome que retoma o antecedente está presente” (CYRINO, 2006: 58), tal como tal como se pode verificar no exemplo (38) abaixo:

- (38) a. João espera ganhar seu carro_i no natal, mas Pedro [vai comprar _____i] antes.
b. João espera ganhar seu carro_i no natal, mas Pedro vai comprá-lo/**ele** antes.

(CYRINO, 1994, p.148)

A lacuna em (38a) pode ser interpretada tanto pelo carro de João quanto pelo carro de Pedro. Porém, quando ocorre o preenchimento, como em (38b) apenas uma leitura é possível. Isso leva a autora a propor que essa lacuna não pode ser um *pro*, pois se fosse, a presença do pronome não restringiria a dupla possibilidade de interpretação da lacuna.

Cyrino (1994) considera o fato de haver duas leituras em sentenças como a apresentada em (38a) uma evidência para a classificação do objeto nulo do PB como elipse em FF e reconstrução em FL, pois a categoria vazia sugere uma leitura imprecisa, o que não acontece quando há o preenchimento de um pronome (MACEDO COSTA, 2012).

A análise de Cyrino baseada na ambiguidade de leitura de sentenças para classificar o objeto nulo como elipse foi contestada por Barra Ferreira (2000). O autor apresenta a seguinte sentença como forma de contestação:

(39) a. João publicou [seu livro]_i pela editora A antes da Maria enviar _____i para a editora B.

(BARRA FERREIRA, 2000, p.85)

Segundo este autor, a sentença em (39) apresenta somente uma possibilidade de leitura, que é a leitura estrita, em que João publicou o seu livro pela editora A, antes da Maria enviar este mesmo livro para a editora B. Esta única possibilidade de leitura é o que se espera se a categoria vazia for um pronome, o que se verifica, pois se preenchermos a posição vazia com um pronome lexical, somente a leitura estrita continua a ser possível:

(40) João publicou [seu livro]_i pela editora A antes da Maria enviar ele_i para a editora B.

(BARRA FERREIRA, 2000, p.86)

O autor conclui que não se pode generalizar a explicação da reconstrução a todas as sentenças, pois as categorias vazias presentes em (38a) e em (39) não são da mesma natureza em FL e que há razões para acreditar que se trate de um pronome.

Percebe-se, deste modo, que não há consenso entre os pesquisadores quanto à representação da categoria vazia na posição de objeto direto. Os trabalhos mencionados indicam que o PB tem se constituído como uma língua de objeto nulo, e que há um decréscimo no uso de clíticos na posição de objeto, sendo esse substituído ou por uma categoria vazia, ou por um sintagma nominal anafórico, também ocorrendo nessa posição o uso de pronomes lexicais. Macedo Costa (2012) em seu estudo tem objetivo de verificar se os resultados encontrados por meio da análise dos artigos jornalísticos estão no caminho daqueles apontados pelos estudos sincrônicos e diacrônicos citados anteriormente. Suas constatações serão apresentadas na seção seguinte.

1.2.2 O Objeto Direto Anafórico

Diversos estudos analisam a posição de objeto direto anafórico no PB, bem como seu preenchimento ou não (DUARTE, 1986; GALVES, 1984;1988;1989;2001; CORRÊA, 1991; CYRINO 1994; BARRA FERREIRA, 2000; FIGUEIREDO, 2009). De acordo com Macedo Costa (2012, p. 32) isso acontece porque “esta variedade do Português apresenta peculiaridades que a distinguem das outras línguas românicas no que concerne ao licenciamento de uma categoria vazia e quanto à presença de um pronome lexical nessa posição”. Além disso, as constatações de Tarallo (1993) sobre as posições de sujeito e objeto no PB, que alegava que com o decorrer do tempo a posição de sujeito tende a ser mais preenchida e a de objeto direto anafórico tende a ser mais apagada, despertaram ainda mais o interesse dos linguistas sobre esse tópico.

Na pesquisa de Macedo Costa, o *corpus* é constituído por sete jornais que circularam na Bahia durante os séculos 19 e 20, divididos em três fases distintas, sendo eles:

- 1833 a 1850 - Diário da Bahia, Novo Diário da Bahia e O Atheneo
- 1898 a 1900 - Correio de Notícias e Jornal de Notícias
- 1945 a 1948 - Diário da Bahia e Diário de Notícias

Cada época conta com aproximadamente 70.000 palavras, resultando em um corpus de aproximadamente 210.000 palavras. Nos dados da autora, foram computadas 1.460 ocorrências envolvendo as variadas formas de realização do objeto direto anafórico, distribuídas uniformemente entre as três fases mencionadas: 496 na primeira, 488 na segunda e 476 na terceira. O objetivo da autora é comparar seus dados com os resultados de diferentes estudos sincrônicos (DUARTE, 1986; CORRÊA, 1991; AVERBUG 2000; MAGALHÃES 2006; e diacrônicos (CYRINO, 1994) que apontam um aumento do uso de uma categoria vazia na posição de objeto em PB em decorrência da diminuição do uso de clíticos.

Macedo Costa (2012) classifica e quantifica as diversas possibilidades de realização do objeto direto anafórico já citadas anteriormente, afirmando que além do uso de categorias pronominais, tais como o preenchimento por clíticos ou o preenchimento por pronomes lexicais, há ainda a possibilidade de realização desta posição por meio de sintagmas nominais anafóricos, pronomes demonstrativos, além do uso de uma categoria vazia, como pode ser

visto nos exemplos a seguir¹²:

- Uso de uma categoria vazia (____):
- (41) *“E ja se não chora de dor - chora-se de prazer: porque o homem com o praser tambem chora com a differença que o chorar do prazer **faz expandir o coração e a alma**, e o da dor **opprime** (____)”* (O Athêneo – 1949).
- Uso de um sintagma nominal anafórico:
- (42) *“Qual é o estudo mais bello, e interessante, e sublime do que o do homem? - E pois quem mais sabio do que o Medico que estuda **o homem**, tanto material como moral, e que além de estudar **o homem**, estuda a natureza toda porque no estudo da natureza, e **do homem** se baséa a Medicina?!.. porque ella abrange em sua vasidão immensa o estudo de toda criação?!...”* (O Atheneo – 1849)
- Uso de um clítico:
- (43) *“Já por entre os Navios mercantes se dirigiam cinco lanchões carregados de homens armados, quando de Palacio se ouviu distinctamente uma lesina da Fortaleza, que **a** declarava rendida e á descpção, precedendo esse acto a elevação de uma bandeira branca em um resto de pão de bandeira, e outra em uma das janellas da Fortaleza”.* (Diário da Bahia – 1833-1838)
- Uso de um pronome demonstrativo:
- (44) *“Quanto á insinuação relativa aos melhoramentos da ladeira de S. Gonçalo, devo dizer-lhe: **ninguem mais competente que o sr. para arranjar isso**”* (Jornal de Notícias – 1898 - 1900).

Em sua pesquisa, a autora analisa todos os complementos dos verbos transitivos e bitransitivos, levando em conta todas as suas formas de realização: gerúndio, particípio, infinitivo, além dos complementos de verbos finitos, metodologia que aplicaremos também na análise de nossos dados referentes ao preenchimento do objeto. Os verbos que selecionam uma sentença como complemento tiveram suas ocorrências nulas contabilizadas separadamente, pois esse objeto apresenta características distintas daquele em que o complemento do verbo apagado é um DP, tal como pode-se verificar no exemplo abaixo:

- (45) *“E' claro, que se utiliza desse serviço. Portanto, os moradores que paguem uma*

¹² Todos os exemplos da seção foram retirados de Macedo Costa (2012)

*pequena contribuição para remoção do lixo. Mesmo porque accumulando-o em casa, ha de naturalmente fazer despeza para removel-o, além do prejuizo á saúde; **atiral-o** na rua, não, porque a postura **prohibe** (___), o arrematante não recebe porque não é pago para isso, e o que fazer? Pagar uma pequena contribuição para remoção do lixo”.* (Correio de Notícias – 1898 – 1900).

É válido observar também que a autora, no que se refere ao sintagma nominal anafórico, opta por considerar os casos de retomada anafórica do nome, por meio do preenchimento por um sinônimo (46) ou por um epíteto (47) para retomar uma palavra já utilizada no texto, de forma a manter a mesma referência. Além disso, são contabilizados também os casos de repetição literal (48) ou repetição do nome com alteração apenas em seu modificador e/ou determinante (49). Esse destaque é importante, pois em nossa metodologia seguiremos também essas definições para nossas análises.

- (46) *“Lembrae-vos dos ardores da vossa juventude! Ah! que de incendios... si não lhe sentis **o calor** ainda.... é que o gelo dos annos já o tem roubado....”* (O Atheneo – 1849).
- (47) *“Cansado de ser victima de clamorosas injustiças, oriundas da inqualificavel prepotencia com que age no cargo de juiz de direito da Cachoeira - o dr. José Machado Pedreira, cujo menospreso pela lei attinge a proporções inverosimeis; depois de ter procurado por todos os meios e recursos, de que me era dado lançar mão, para chamar **esse juiz** ao cumprimento dos seus deveres”* (Jornal de Notícias – 1898-1900).
- (48) *“O pedaço de fidalgote he destes figurões, que não gostam de palliativos e pannos quentes: decide as questões com a espada e morraõ, invoca **a espada e morraõ** nas discussões, um pouco calorosas, e só governa as armas com a espada e morraõ”* (Novo Diário da Bahia – 1837-1838).
- (49) *“Um vasto silencio cercava a natureza toda, quando o relógio da torre do Carmo fez soar no bronze sagrado dose badaladas, que **este silencio** interromperão* (O Atheneo – 1849).

Com relação à realização da posição do objeto direto na primeira fase (1833 – 1850) os resultados encontrados por Macedo Costa estão representados na seguinte figura:

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	48	9,7%
Clíticos acusativos	346	69,7%
Ø (Objeto Nulo)	89	18%
Pronome demonstrativo	13	2,6%
Pronome lexical	0	0%
Total	496	100%

Figura 5: Realização dos objetos diretos anafóricos em Macedo Costa (2012) na época 1
 Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 112

Os resultados da realização do objeto na primeira época apontam para uma predominância no uso do clítico, cuja frequência é de 69.7% em relação ao total de dados encontrados nessa fase. A segunda estratégia mais utilizada foi o uso de uma categoria vazia, seguida do uso de sintagmas nominais anafóricos, apresentando, respectivamente, as frequências de 18% e 9.7%. O uso de pronomes demonstrativos corresponde a 2.6% das ocorrências.

Na segunda fase (1898 – 1900) os resultados de Macedo Costa são os seguintes:

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	36	7,4%
Clíticos acusativos	310	63,5%
Ø (Objeto Nulo)	136	27,9%
Pronome demonstrativo	6	1,2%
Pronome lexical	0	0%
Total	488	100%

Figura 6: Realização dos objetos diretos anafóricos em Macedo Costa (2012) na época 2
 Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 113

O uso do clítico acusativo de terceira pessoa na posição de objeto novamente supera as outras estratégias de preenchimento com frequência de 63.5% em relação ao total de ocorrências encontradas nessa fase. O uso de uma categoria vazia apresenta uma frequência 27.9%, maior do que aquela encontrada na primeira fase (18%). Já o índice encontrado para o uso de sintagmas nominais anafóricos é de 7.4%, frequência baixa em relação às outras duas estratégias descritas. O uso de pronomes demonstrativos na posição de objeto corresponde ao índice de apenas 1.2% das ocorrências.

A figura 7, a seguir, demonstra as estratégias de preenchimento do objeto na terceira fase (1945 – 1948):

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	44	9,2%
Clíticos acusativos	270	56,7%
Ø (Objeto Nulo)	157	33%
Pronome demonstrativo	5	1,1%
Pronome lexical	0	0%
Total	476	100%

Figura 7: Realização dos objetos diretos anafóricos em Macedo Costa (2012) na época 3
Fonte: Macedo Costa (2012, p. 115).

Nessa fase, o uso de clíticos acusativos de terceira pessoa na posição de objeto apresenta o índice de 56.7%. O segundo maior índice corresponde ao uso de uma categoria vazia, cuja frequência de ocorrências foi de 33%. O uso de sintagmas nominais anafóricos na posição de objeto direto corresponde a 9.2% das ocorrências, seguido do índice de 1.1% apenas para o uso de pronomes demonstrativos.

No geral, os resultados da autora indicam um acréscimo das ocorrências de objetos nulos e uma diminuição das ocorrências de clíticos ao longo do tempo. Já o uso de sintagmas nominais anafóricos, assim como o uso de pronomes demonstrativos não apresentaram grande variação entre os períodos estudados, conforme figura a seguir:

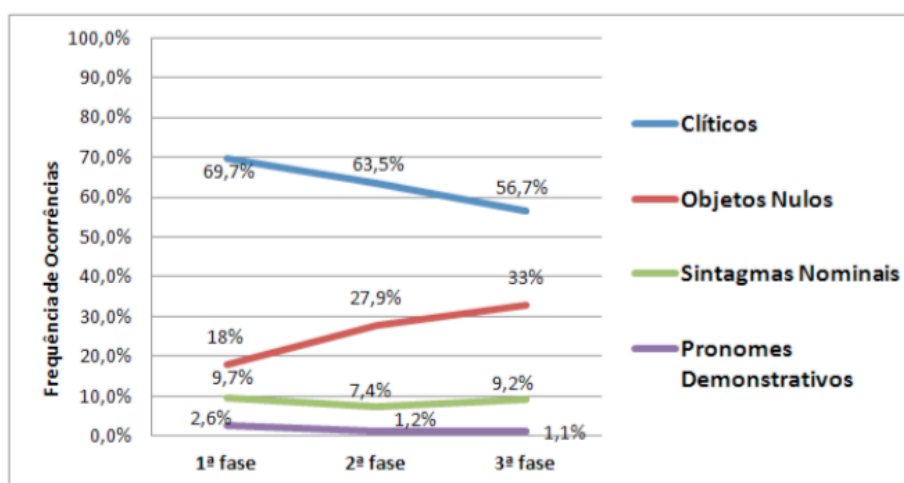


Figura 8: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos ao longo do tempo.
Fonte: Macedo Costa (2012, p.117).

Nos dados ilustrados até agora, correspondentes às ocorrências de clíticos de terceira

pessoa, de sintagmas nominais anafóricos, de objetos nulos e de pronomes demonstrativos cujos antecedentes são correspondentes a um DP, Macedo Costa ressalta que as últimas apresentam um comportamento distinto em relação às primeiras, e por esta razão apresenta os resultados de forma pormenorizada, em que exclui as ocorrências do clítico neutro ‘o’, do objeto nulo sentencial e do pronome demonstrativo cujo antecedente é uma sentença. Ao comparar as ocorrências dessas três formas de realização previamente excluídas com a ocorrência de uma categoria vazia, a autora constata, nas 3 fases, a predominância da categoria vazia, conforme figuras a seguir:

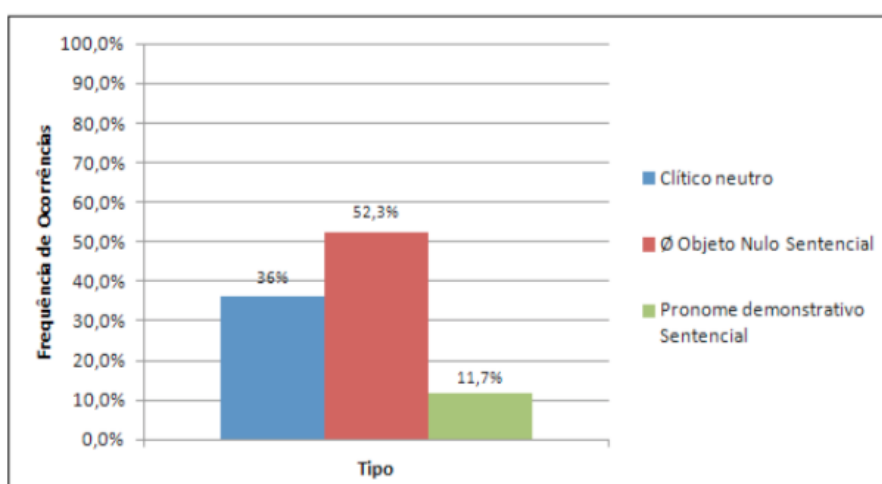


Figura 9: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).

Fonte: Macedo Costa (2012, p. 122).

A partir dessa nova análise a autora constata que as ocorrências de clíticos neutros já em meados do século 19 são inferiores às ocorrências de objetos nulos sentenciais. Ao levar em consideração também o uso de pronomes demonstrativos sentenciais e somá-las ao uso do clítico neutro, ainda assim acontece a predominância do objeto nulo sentencial com uma frequência de 52.3% contra 47.7% das ocorrências de clíticos neutros (36%) e dos pronomes demonstrativos sentenciais (11.7%). Segundo a autora, esses resultados evidenciam que essa análise mais criteriosa permite que se chegue a resultados semelhantes aos encontrados em estudos baseados em textos escritos numa modalidade menos formal da língua, como na pesquisa de Cyrino (1994).

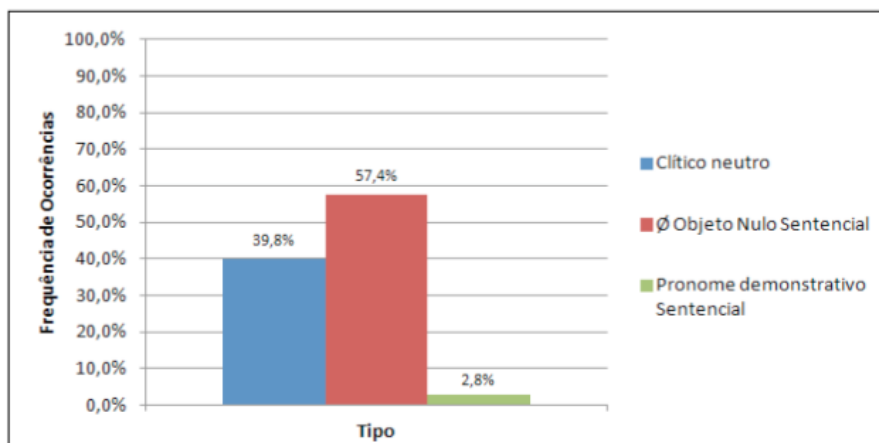


Figura 10: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).

Fonte: Macedo Costa (2012, p.124).

Os dados da segunda fase mostram que o uso de um clítico neutro nos dados do final do século 19 se mantém de certa forma estável quando comparado com o seu índice nos dados do início deste século. Por outro lado, o uso de um pronome demonstrativo sentencial nesse mesmo período apresenta uma queda em relação ao período anterior, de 11,7% para 2,8%. Quanto às ocorrências de objetos nulos sentenciais, verifica-se o contrário, com um aumento de 52,3% no início do século 19 para 57,4% no final do mesmo século.

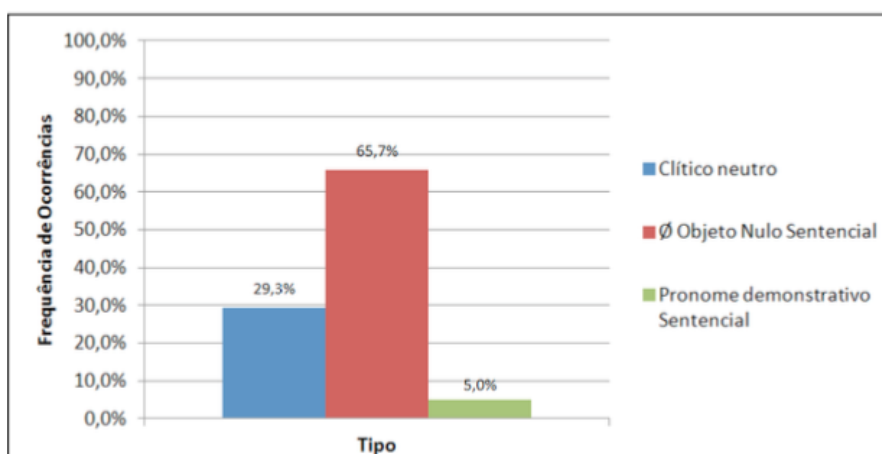


Figura 11: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração)

Fonte: Macedo Costa (2012, p.127).

É possível observar na terceira fase que também há uma preferência pelo uso de um objeto nulo sentencial ao invés do uso de um clítico neutro e do uso de um pronome demonstrativo sentencial. Contudo, de acordo com a autora:

apesar da diminuição no uso do clítico neutro ‘o’ com antecedentes sentenciais, cumpre ressaltar que ainda é possível encontrar ocorrências desse clítico nos dados de meados do século XX, evidenciando a manutenção do seu uso na modalidade formal da língua. Este fato é interessante, uma vez que estudos baseados em textos que representam uma modalidade menos formal da língua, como as peças de teatro, evidenciam que ocorrências de clíticos neutros com antecedentes sentenciais não são encontradas em dados desse século (MACEDO COSTA, (2012, p. 127).

Em suma, o estudo de Macedo Costa afirma que a mesma mudança atestada nos estudos anteriormente citados também se verifica na análise do seu *corpus*, embora este seja formado por textos formais, que podem ter sua escrita influenciada por questões de norma culta. A autora constatou em seu *corpus* o aumento dos objetos nulos e a diminuição do uso dos clíticos.

A partir da observação e análise dos dados de nosso *corpus* pretendemos verificar se esse fenômeno também ocorre na escrita de jornais catarinenses no decorrer do tempo, para desenvolver uma análise comparativa com os resultados do estudo de Macedo Costa (2012).

1.5 Síntese do Capítulo

Este capítulo trouxe um levantamento geral do quadro teórico que embasa esta pesquisa, destacando o parâmetro do sujeito nulo e do objeto nulo e o comportamento desses fenômenos no PB. Foi observado que autores como Rodrigues (2004), Modesto (2008) e Gravina (2008; 2014) entendem que o PB tem propriedades que o colocam em uma classificação distinta de língua *pro-drop* ou língua não *pro-drop*, sendo esta uma língua de sujeito nulo parcial, por permitir a realização do sujeito nulo em contextos específicos. Também discutimos o parâmetro do objeto nulo, constatando que esta categoria vazia na posição de objeto não apresenta uniformidade em sua interpretação, haja visto que pode ser definida de formas distintas para diferentes autores, como variável para Huang (1984) e Raposo (1986), como *pro* para Farrell (1987), Galves (1989, 2001) e Barra Ferreira (2000) e ainda como elipse para Cyrino (1994). Ficou claro que, assim como o fenômeno do sujeito nulo tem ocorrências distintas em diferentes línguas, o fenômeno do objeto nulo também tem definições que se alteram em função da língua em questão.

Além disso, sintetizamos as pesquisas e resultados de Gravina (2008) e Macedo Costa (2012), uma vez que são os trabalhos que norteiam nosso estudo. Gravina (2008) apresenta o fenômeno do sujeito lexical anafórico na busca pelo preenchimento do sujeito na diacronia. Macedo Costa (2012) analisa o objeto direto anafórico e classifica as estratégias usadas nesta posição, também na diacronia.

Capítulo 2

Este capítulo trata da chegada da imprensa no Brasil e em Santa Catarina. Os periódicos catarinenses selecionados para compor o *corpus* da pesquisa são apresentados, descritos e situados cronologicamente. Também apresentamos nossa metodologia de análise dos dados relacionados aos fenômenos observados no textos jornalísticos.

2. DESCRIÇÃO DO *CORPUS* E METODOLOGIA DE ANÁLISE

Nas próximas subseções apresentamos um panorama geral dos anos iniciais da imprensa no Brasil e em Desterro, hoje Florianópolis; também definimos a composição do *corpus* desta pesquisa e por fim demonstramos nossa metodologia de análise.

2.1 BREVE HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL E EM DESTERRO

A censura imposta aos livros impressos em Portugal e a dependência de autoridades civis para sua publicação no século 17 contribuíram para o atraso da chegada da imprensa naquele país (SODRÉ, 1999). Se na metrópole colonizadora o atraso era eminente, no Brasil colônia cada tentativa de instalação da imprensa era censurada por Portugal, a quem não interessava a propagação de cultura e informação na colônia.

2.1.1 OS ANOS INICIAIS DA IMPRENSA NO BRASIL COLÔNIA

No Brasil colônia (1500 – 1822), livros eram vistos com extrema desconfiança, de acordo com Sodré (1999), e aceitos apenas quando portados por religiosos. As bibliotecas só existiam em colégios e mosteiros, tendo aparecido em casas particulares apenas no fim do século 18, quando já não era mais colônia e teve início o comércio de livros no país. Livrarias e livreiros eram fiscalizados pela polícia e o contrabando era uma forma comum de entrada de livros no país. No Rio de Janeiro, havia venda de livros, papéis e gazetas por marinheiros ingleses na chegada de navios vindos da Europa. Em Recife, no ano de 1706, e no Rio de Janeiro, em 1746, foram instaladas pequenas tipografias as quais imprimiram alguns trabalhos, tipografias estas que logo foram perseguidas e desmontadas pela metrópole para não “propagar ideias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado” (SODRÉ, 1999, p. 17), pois não convinha a Portugal que o Brasil tivesse acesso à cultura e ao conhecimento.

A imprensa surgiu no Brasil “por iniciativa oficial – com o advento da Corte de D. João Antônio de Araújo, futuro conde da Barca” (SODRÉ, 1999, p.19). O primeiro folheto impresso no Brasil foi *Relação da Entrada* e o primeiro livro em língua portuguesa foi o *Luzeiro Evangélico*, do frei João Batista Morelli de Castelnuovo. De acordo com Matos (2005), a primeira tipografia oficial do Brasil foi instalada após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, no ano de 1808. A tipografia publicava documentos e livros

didáticos, assim como livros de prosa ficcional. Os dois primeiros jornais brasileiros surgiram no Rio de Janeiro, sendo eles o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de acordo com Fernandes (2007). A segunda tipografia foi a de Manoel Antônio da Silva Serva que surgiu na Bahia em 1811. O surgimento da imprensa nos demais estados foi encorajado pelas tensões políticas durante o período da Independência; o objetivo das tipografias era a impressão de jornais políticos (MATOS, 2005).

2.1.2 OS ANOS INICIAIS DA IMPRENSA EM DESTERRO/FLORIANÓPOLIS

Antes da chegada da imprensa em Santa Catarina, circulavam em Desterro jornais provenientes de outras localidades, trazidos pelos navios que ancoravam na cidade. De acordo com Pedro (1995) os jornais eram Aurora Fluminense, de Evaristo Ferreira da Veiga, a Astréia, do Rio de Janeiro, o Farol, de São Paulo e o Universal, de Ouro Preto. A primeira tipografia surgiu no estado apenas em 1831, um prelo de madeira no qual Jerônimo Coelho, o fundador da imprensa catarinense, escreveu, compôs, imprimiu e lançou o primeiro jornal de Desterro, chamado *O Catharinense*, em 1831, segundo Matos (2005). Jerônimo Coelho fundou também a Loja Maçônica *Concórdia* e a *Sociedade Patriótica de Santa Catarina*, que publicou o jornal *O Expositor* entre 1832 e 1833.

Acredita-se que o prelo trazido por Jerônimo Coelho foi o mesmo que imprimiu os jornais *O Brasil*, em 1831, e que após ser vendido ao governo provincial publicou *O Benfazejo*, em 1836 (PEDRO, 1995). Outros jornais ligados ao poder público eram *O Mercantil* e *O Relator Catarinense*. Ainda segundo Pedro (1995, p. 21), os jornais cuja tipografia pertencia ao governo provincial publicavam “leis, decretos, mensagens e atas das Assembléias Provinciais”, doutrinando o pensamento do público leitor.

Foi somente em 1849, com a chegada de Emilio Grain, relojoeiro francês que trazia consigo um prelo, que Desterro recebeu outra tipografia. O governo provincial inicialmente não se interessou pelo prelo de Grain, por já possuir sua própria tipografia, ao que o francês ofereceu seus serviços à oposição e foi aceito. O prelo de Grain passou então a servir ao partido conservador, publicando o periódico *O Progresso Catarinense*, mas após as primeiras edições os governistas reconsideraram a proposta e ofereceram um contrato ao relojoeiro, que imediatamente passou a defender o partido liberal e publicar o periódico *O Conciliador Catarinense*. Os periódicos que circulavam em Desterro voltaram então a publicar apenas aquilo que era de interesse do governo (PEDRO, 1995).

Desde o nascimento da imprensa em Desterro até meados de 1849, o jornal era, segundo Pedro (1995, p.26), “um instrumento do poder público”. Sua existência estava atrelada às publicações de interesse do governo, objetivando formar um único pensamento de massa. Segundo a autora, foi só a partir da segunda metade do século 19 que surgiram os periódicos ligados à oposição. Sua duração era geralmente inferior àqueles editados pelo governo, mas permitiam a veiculação de diferentes opiniões.

Com a vitória do partido conservador, a partir de 1850 o periódico *O Conciliador* foi substituído pelo *O Novo Iris*, cuja “sobrevivência estava garantida pelo contrato de publicações de atos oficiais e das reuniões da Assembléia Provincial” (PEDRO, 1995, p. 38). Outros periódicos surgiram em 1852 para defender os interesses do partido conservador, sendo eles *A Revelação* e *O Conservador*. O segundo substituiu *O Novo Iris* na publicação dos atos oficiais, existindo até 1855 e sendo substituído no ano seguinte pelo *O Argos*. Defendendo os interesses do partido liberal estava *O Correio Catarinense* e *O Futuro*. O primeiro sobreviveu até 1854 e no ano seguinte foi substituído por o *O Mensageiro* (PEDRO, 1995). Entre 1856 e 1858 surgiram novos periódicos, saciando o interesse dos partidos em tornar suas ideias mais combativas. De cunho liberal, os periódicos eram *O Cruzeiro do Sul* e *O Chaveco*. e defendendo os interesses conservadores, *Bota-fogo* e *Santelmo*. (PEDRO, 1995).

Nos anos 1860 e 1861 surgiram 10 periódicos. Acredita-se que as motivações para tal aumento foram a morte do líder liberal Jerônimo Coelho e a possibilidade de eleição de dois deputados, ao invés de apenas um, na Assembleia Geral. Nesta época surgiu o Partido Progressista, composto por ex-integrantes dos partidos conservador e liberal. Como era de se esperar, com a função de defender e disseminar as ideias do partido foi fundado o periódico *O Progressista*.

Entre 1863 e 1868 outros periódicos surgiram, alguns adotando clara postura conservadora, como *O Despertador*, de 1863 e *O Constitucional*, de 1868; e também os que se diziam imparciais, como *A Lealdade*, de 1868. O proprietário do jornal liberal *A Regeneração*, José da Silva Cascaes, fundou em 1880 o *Jornal do Comércio*, que dizia em sua epígrafe ser imparcial. Havia também jornais que se autodenominavam literários, como *A Perseverança* e *Beija Flor*, jornais que tipicamente não possuíam anúncios e eram impressos nas tipografias do *Mercantil*.

Durante os anos de 1884 e 1885 até 1889 houve grande fertilidade da imprensa em Desterro, por tratar-se de um período de eleições e mudança de ministério na Corte (PEDRO, 1995). Durante a campanha abolicionista, os novos periódicos que defendiam esta ideia eram

Tribuna Popular, de 1885, *O Vigilante*, de 1887, *Revista Typográfica*, de 1887, *A Liberdade*, de 1888, *Cidade de Desterro*, de 1888; além dos antigos *Regeneração* e *Jornal do Comércio*.

2.2 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

O *corpus* deste trabalho é composto por doze periódicos que circularam na cidade de Desterro/Florianópolis¹³, Santa Catarina, entre a primeira e a segunda metade do século 19 e primeira metade do século 20, dispostos nas seguintes fases:

-1ª fase (1832 a 1850):

O Expositor (1832, 1833)

O Relator Catharinense (1845)

O Conciliador Catharinense (1849, 1850)

O Novo Iris (1850)

-2ª fase (1897 a 1901):

O Estado (1897, 1898, 1899, 1900)

A Ideia (1900)

Mercantil (1900)

Regeneração (1900, 1901)

-3ª fase (1945 a 1950):

Diário da Tarde (1945, 1948)

O Colegial (1945, 1946, 1947, 1948)

O Mariano (1945, 1946, 1947, 1948)

A Patrulha (1950).

Optamos por trabalhar com doze periódicos para construir uma linha diacrônica com jornais que representam as distintas fases. Também, para tornar a comparação com outros trabalhos mais fidedigna, selecionamos períodos aproximados aos escolhidos por Gravina

¹³ A alternância do nome ocorre devido aos períodos escolhidos para investigação dos periódicos. O nome da cidade foi Desterro até o fim da Revolução Federalista, em 1894, quando o governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, decidiu mudar o nome da cidade para Florianópolis em homenagem ao então presidente da República, Floriano Peixoto. Assim, os periódicos analisados até 1894 têm Desterro como nome da cidade, enquanto os subsequentes apresentam Florianópolis neste campo.

(2008) e Macedo Costa (2012), além disso, como mencionado anteriormente, trabalhos como o de Tarallo (1993) apontam que o século 19 é a época que reflete essa mudança de parâmetros no PB, logo, justifica-se dessa forma o recorte diacrônico definido nessa pesquisa. Os jornais foram selecionados de acordo com a disponibilidade e incomplexidade de acesso; estando todos digitalizados pela Biblioteca Nacional Digital e pela Hemeroteca Digital Catarinense e organizados cronologicamente no acervo digital dos sites dos órgãos referidos, permitindo acesso livre ao público em geral. Dadas as diferentes datas de cada periódico, e mesmo entre os periódicos provenientes da mesma época, não existe uma semelhança ideológica marcante entre eles, exceto entre *Mercantil* e *Regeneração*, da primeira época, e *O Mariano* e *O Colegial*, da terceira.

Após seleção e impressão dos artigos desejados, iniciou-se a leitura e transcrição destes para análise do fenômeno investigado e montagem de *corpus*.

2.3 APRESENTAÇÃO DE CADA PERIÓDICO NO CORPUS

Visamos trabalhar com artigos escritos por redatores brasileiros para garantir uma representação fidedigna do que se passava na língua àquela época. As próximas subseções apresentam os jornais e seus redatores.

2.3.1 Periódicos da 1ª fase (1832 a 1850)

2.3.1.1 O Expositor (1832, 1833)

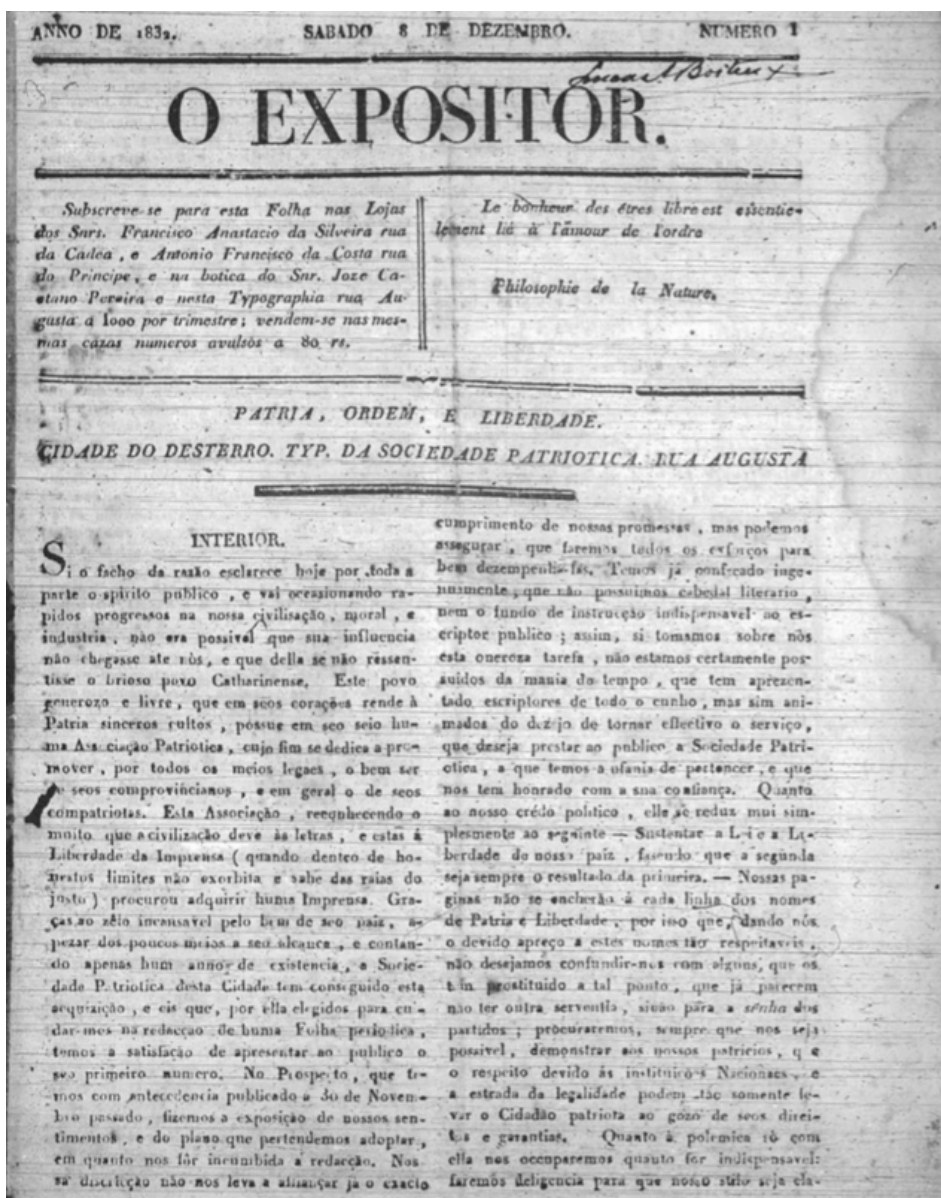


Figura 12: Página do Periódico *O Expositor*

O Expositor circulou na cidade de Desterro entre dezembro de 1832 e dezembro 1834. O periódico tinha frequência semanal e sua assinatura trimestral custava Rs1000 contos de réis, enquanto números avulsos podiam ser comprados na tipografia pelo valor de Rs80. Através das publicações n'*O Expositor* a Sociedade Patriótica da Rua Augusta, uma sociedade política com fins liberais, defendia, conforme Matos (2005, p.21), “o fim da escravidão e engajava-se em prol de melhorias nas vias de transporte e na educação”.

No quadro de redatores estava Jerônimo Francisco Coelho; político, militar e jornalista nascido na cidade de Laguna – SC em 30 de setembro de 1806, conhecido como o fundador da imprensa catarinense por ter trazido, em 1831, um prelo de madeira no qual escreveu, compôs, imprimiu e lançou os primeiros jornais do estado. Coelho deixou a redação d'*O*

Expositor em 3 de março de 1833 “devido a divergências quanto à linha editorial, já que alguns colegas de redação insistiam em publicar notas ofensivas”, conforme Fernandes (2007, p. 127). O jornalista foi ainda deputado da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina entre os anos de 1835 e 1847.

Os artigos do periódico eram assinados por *Os redactores*, e alguns deles por D.; não há detalhes sobre os participantes do quadro de redação, porém mantemos nossa afirmação de que a gramática apresentada aqui é brasileira, pois o dono do jornal, Jerônimo Coelho, que incluía o quadro de redatores, era nascido em Laguna – SC.

2.3.1.2 O Relator Catharinense (1845)



Figura 13: Página do Periódico *O Relator Catharinense*

Em 15 de Outubro de 1845 foi lançado o primeiro, de oito números e um suplemento, do periódico *O Relator Catharinense*. O jornal relatou a visita de Dom Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina à Capital catarinense entre outubro e novembro de 1845.

O prelo trazido anteriormente por Coelho havia sido comprado pelo Estado em 1936 e transformado na Tipografia Provincial (MATOS, 2008), a qual antecedeu a Imprensa Oficial no Estado e que foi usada para edição e impressão do jornal *O Relator Catharinense*. Os artigos não eram assinados por nenhum redator.

2.3.1.3 O Conciliador Catharinense (1849, 1850)



Figura 14: Página do periódico *O Conciliador Catharinense*

O prelo trazido em 1849 por Emilio Grain, foi oferecido ao governo, nesta época presidido por Antônio Pereira Pinto do partido liberal, para fazer a redação e edição do jornal do partido pela sua tipografia, mas o governo já dispunha de seu próprio prelo e declinou a oferta. De acordo com Fernandes (2007), Grain então passou a publicar o periódico *Progresso Catarinense*, o qual servia à oposição do partido liberal, até que o governo, insatisfeito com a possibilidade de um veículo de informação estar nas mãos da oposição, renegociou as publicações com Grain. Em 1849 o periódico *Progresso Catarinense* tornou-se *O Conciliador Catharinense*, jornal oficial, noticioso e literario, com ideologia liberal (BALTHAZAR & SHERER, 2010) editado pela Tipografia Catarinense de Emile Grain.

Este periódico era publicado duas vezes por semana, às quartas e sábados. Sua assinatura custava 8,000 rs por ano e 5,000 rs por semestre, pagos com antecedência. Números avulsos poderiam ser comprados por 120 reis no escritório da tipografia, situado na rua Aurea número 3. As assinaturas eram feitas nas casas de: Comendador Marcos Antonio da Silva Mafra, Tenente Coronel Francisco Duarte e Silva e Joaquim José Teixeira Guimarães.

A maioria dos artigos não era assinada por nenhum redator; nos poucos artigos em que há uma assinatura, esta é do próprio presidente da província, Antonio Pereira Pinto, nascido no Rio de Janeiro em 20 de março de 1819; sendo algumas eventuais publicações assinadas por Eliseu Antunes Pitangueira (deputado da província) e José Agostinho Alves de Araújo (administrador do correio da província), José Pereira Sarmiento (presidente do colégio eleitoral da capital), Sergio Lopes Falcão (juiz municipal), sobre os quais não há informações.

2.3.1.4 O Novo Iris (1850)



Figura 15: Página do periódico *O Novo Iris*

O periódico *O Novo Iris*, autointitulado *jornal político, literário, industrial e mercantil*, foi publicado entre 1850 e 1851 e representava, conforme Fernandes (2007), o interesse de defender as matizes do Partido Conservador. Com periodicidade semanal, publicava novas edições às terças e sextas-feiras, a assinatura anual custava 6\$000 rs enquanto a semestral tinha o custo de 4\$000 rs; números avulsos podiam ser adquiridos por 100 rs.

O editor responsável pela publicação e edição era Antônio Francisco Vianna. A décima edição de 1850 contou com um artigo assinado pelo secretário da Câmara Municipal

nascido em Desterro, 9 de novembro de 1792¹⁴, que foi também escritor e historiador brasileiro. Trazia em seu Folhetim publicações de Antonio Gonçalves Teixeira e Souza, escritor nascido em Cabo Frio, em 28 de março de 1812. Os demais artigos, quando assinados, traziam siglas como H. e M.P.P.

2.3.2 Periódicos da 2ª fase (1897 a 1901)

2.3.2.1 O Estado (1897, 1898, 1899, 1900)



Figura 16: Página do periódico *O Estado*

¹⁴ Buscamos dados relacionadas à data de nascimento dos redatores cujos nomes eram publicados, pois esta informação nos remete ao reflexo de qual gramática encontraremos em uso nos jornais.

Com tipografia e redação situadas na Praça XV de Novembro, o periódico *O Estado* intitulava-se “Órgão do Partido Republicano Federalista” e era publicado seis vezes por semana. O jornal foi fundado em 04 de novembro de 1892. Em 1897 sua assinatura anual custava 15\$000 para a capital e 16\$000 para ser enviado por correio, enquanto a assinatura semestral tinha custo de 8\$000 para a capital e 9\$000 para outras localidades; números avulsos podiam ser adquiridos por 100 rs. Cada edição era composta por quatro páginas.

Não contava com assinatura dos artigos que o compunham, exceto na seção *Palestras* que, quando publicada, era assinada por Zulu, e em raras ocasiões algum artigo era assinado pelas iniciais L.B. O diretor do jornal em 1950 era o Sr. Dr. Rubens de Arruda Ramos, nascido em Lages – SC, em 3 de janeiro de 1913, que também foi um advogado brasileiro.

2.3.2.2 A Ideia (1900)

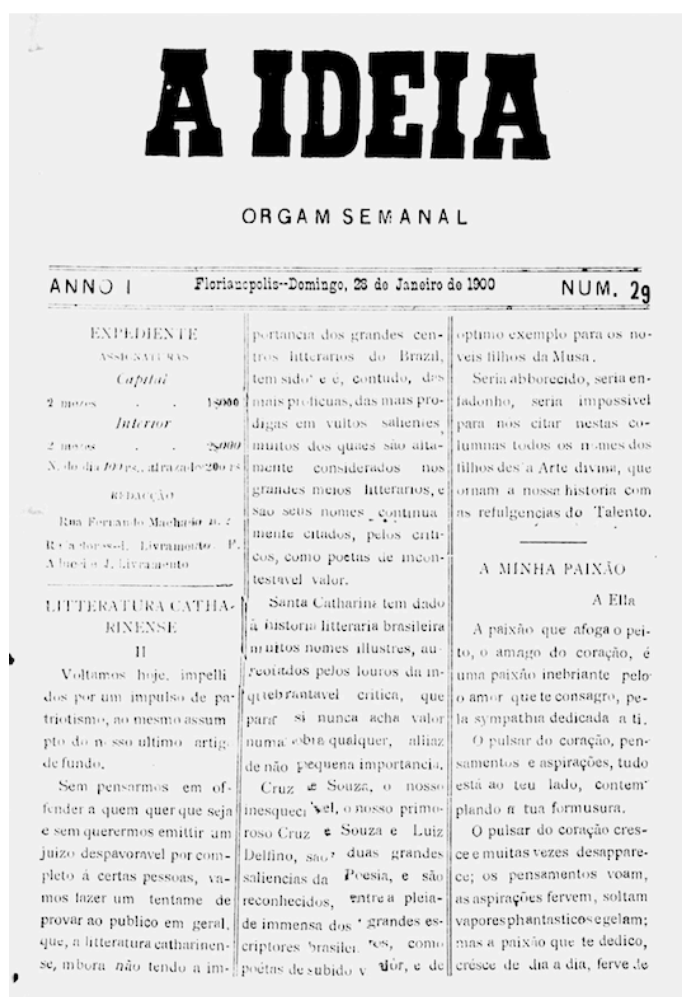


Figura 17: Página do periódico *A Ideia*

Com publicações semanais, *A Ideia* tinha redação com sede na rua Fernando Machado, número 2. A assinatura bimestral do periódico custava 1\$000 para a capital e 2\$000 para outras localidades, enquanto números avulsos custavam 100 rs. A partir da edição de número 34 a informação era de que a correspondência deveria ser dirigida ao Gabinete Tipográfico do Sr. Martinho Callado, situado ao número 18 na rua João Pinto. A assinatura passou a custar 2\$000 o trimestre, para a capital, e 5\$000 o semestre para o interior.

Nas primeiras edições os redatores citados eram L. Livramento, F. Aducci e J. Livramento. Acreditamos que J. Livramento corresponde a Joaquim Augusto do Livramento, político e advogado nascido em Desterro, em 14 de fevereiro de 1820; F. Aducci seria seu neto, o também político e advogado Fúlvio Coriolano Aducci, nascido em Desterro, em 8 de fevereiro de 1884. Sobre L. Livramento não há informações exatas, apenas especulações de que possa vir a ser o irmão de J. Livramento, o político e militar Francisco Luís do Livramento, nascido em Desterro em 15 de agosto de 1844. Já a partir da 34ª edição a informação era de que havia *redatores diversos* escrevendo para o jornal, normalmente identificados por suas iniciais.

2.3.2.3 Mercantil (1900)



Figura 18: Página do periódico *Mercantil*

Com publicação quinzenal, o *Mercantil* intitulava-se “Órgão do Grêmio I. E B. Dos Empregados no Comércio”, o que, de acordo com Silva Junior (2012, p.15), “parece ser um dos casos raros em que o órgão de imprensa parece manter uma clara conduta de subordinação às diretorias do órgão mantenedor”. O periódico tinha redação situada na praça XV de novembro e diversos redatores, como Fontoura, Senna Pereira, D.R., Damasio, Zico, Romulo Orém, Ambrosio, Buarque Mendes, sobre os quais não há informações.

Sua assinatura semestral custava 3\$000 e números avulsos 300 rs. O jornal era composto por quatro páginas e impresso pelo *Gabinete Tipográfico Sul-Americano* situado na rua Trajano, número 10.

2.3.2.4 Regeneração (1900, 1901)



Figura 19: Página do periódico *Regeneração*

Com redatores diversos e publicações quinzenais, *Regeneração* – “Órgão da Augusta e Respeitável e Sublime Loja Capitular Regeneração Catharinense” – recebia correspondências na rua Trajano número 14, e reclamações ou pedidos de assinatura na Rua da República, número 10, impresso pelo “Gabinete Tipográfico Sul-Americano” assim como *O Mercantil*. O Ir. Francisco de Almeida Machado era o responsável pelas assinaturas, cujo custo anual era de 8\$000 e semestral 4\$000. Seus motes eram “Respeito Mútuo e Liberdade de Consciência” e “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Informações obtidas sobre a “Associação Regeneração Catarinense” – loja Maçônica – levam a crer que esse periódico foi anteriormente *A Regeneração*, até meados de 1886, tendo a partir daí passado a se chamar *Regeneração*. O jornal *A Regeneração* aparecia como “Órgão do Partido Liberal” para não demonstrar seu vínculo com a loja Regeneração Catharinense em função de situações religiosas e políticas. Foi um periódico lançado em 1868 por Duarte Paranhos Schutel, político, médico, jornalista e poeta nascido em Desterro em 8 de junho de 1837.

2.3.3 Periódicos da 3ª fase (1945 a 1950)

2.3.3.1 Diário da Tarde (1945, 1948)

Fundado em 30 de julho de 1935, o *Diário da Tarde* tinha redação situada na rua Cons. Mafra, número 82, oferecia assinaturas anuais por Cr\$ 50,00, semestrais por Cr\$ 30,00, trimestrais por Cr\$ 15,00 e mensais por Cr\$ 5,00 para a capital; já para o interior a assinatura anual custava Cr\$ 60,00 e semestral Cr\$ 35,00. Números avulsos podiam ser adquiridos por Cr\$ 0,30. Em 1948 as assinaturas anuais, semestrais e mensais para a capital passaram a custar Cr\$70,00, Cr\$42,00 e Cr\$25,00, respectivamente; e para o interior Cr\$85,00 pela assinatura anual e Cr\$50,00 pelo semestre. Números avulsos custavam Cr\$0,50.

O jornal pertencia ao Dr. Adolfo Konder, nascido na cidade Itajaí em 16 de fevereiro de 1884, que foi governador de Santa Catarina de 1926 a 1930. Em 1945 o diretor do periódico era Pedro Carneiro da Cunha e o secretário da redação era José Medeiros Vieira. Já em 1948 o diretor gerente do jornal era Moacyr Iguatemy da Silveira, jornalista e atleta

brasileiro, e o redator político era Dr. Oswaldo Bulcão Viana, nascido em Florianópolis em 15 de fevereiro de 1906.

2.3.3.2 O Colegial (1945, 1946, 1947, 1948)



Figura 21: Página do periódico *O Colegial*

O Colegial teve seu primeiro número publicado em janeiro de 1945 pelos alunos do Colégio Catarinense, que era dirigido por padres jesuítas. O segundo número foi publicado apenas em abril do mesmo ano, passando, a partir daí, a ter publicações mensais durante os

seis anos seguintes, deixando de publicar edições apenas nos meses de janeiro e fevereiro, provavelmente em função das férias escolares.

A redação do jornal era aberta a todos os alunos do colégio e incentivava a contribuição de todos em artigos dos mais variados temas; no entanto, a edição cabia apenas à direção do colégio. Segundo Dallabrida (2008, p. 144), “uma das principais atividades desenvolvidas pela direção do colégio foi dar visibilidade aos alunos egressos, especialmente àqueles que ocupavam lugar de destaque em instituições sociais”. Os responsáveis pelo jornal eram Cid Gomes, o diretor, e Alfredo Zimmer, o gerente.

2.3.3.3 O Mariano (1945, 1946, 1947, 1948)

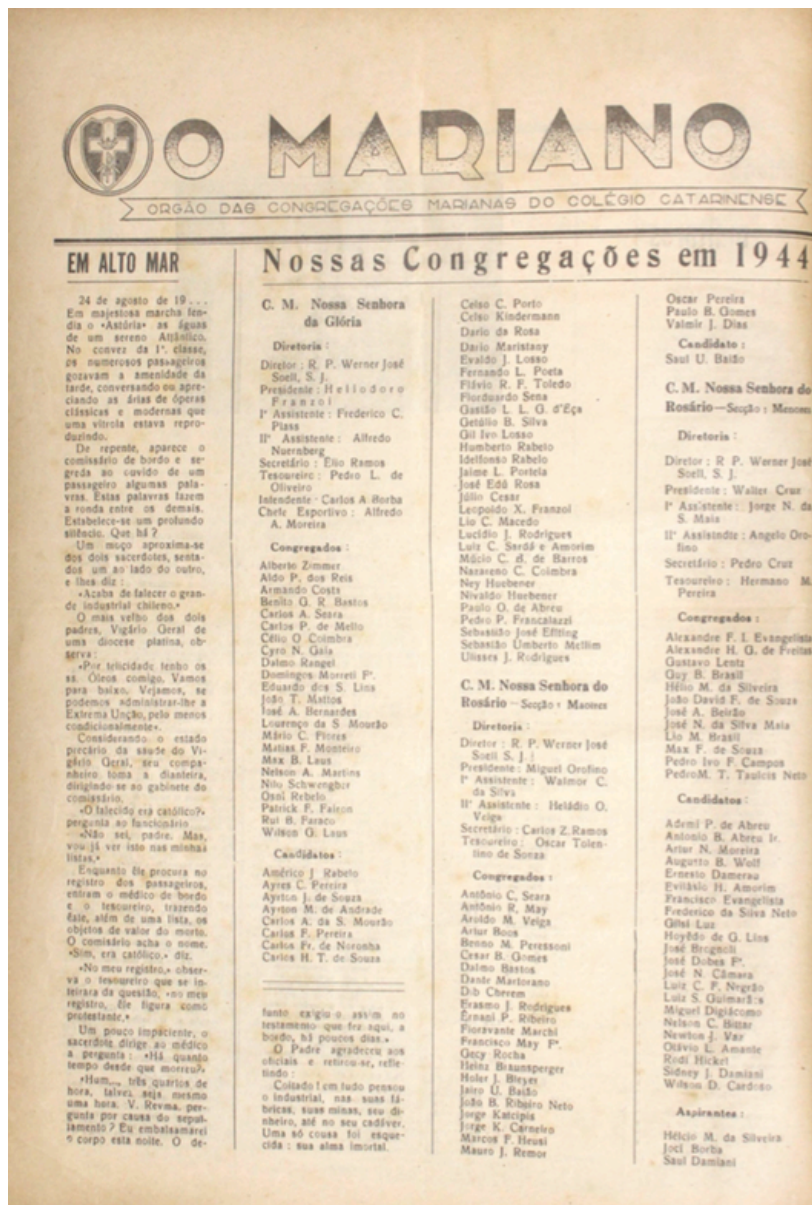


Figura 22: Página do periódico *O Mariano*

O *Mariano* era um *Órgão das Congregações Marianas do Colégio Catarinense*. O ano de 1945 já era seu terceiro ano de publicação e suas edições foram mensais durante os anos observados, exceto pelos meses de janeiro e fevereiro.

Algumas publicações eram traduzidas de outras línguas para serem incluídas no jornal e por esta razão serão desconsideradas em nossa análise. Os demais artigos eram assinados por siglas, outros levavam o nome completo e ano cursado pelo aluno que o havia redigido. Alguns nomes que aparecem nas assinaturas das edições de 1945 são: do Padre Charles A. Imbs; de Abdon Luiz Schmitt, aluno do primeiro ano; de Gil Ivo Losso, aluno do terceiro ano e natural da cidade de Lauro Muller (SC), que em 1957 viria a ser vereador daquela cidade e seu prefeito em 1971; e de Lincoln F. Mendes, aluno do terceiro ano ginasial.

2.3.3.4 A Patrulha (1950)



Figura 23: Página do periódico *A Patrulha*

A Patrulha – Órgão de circulação interna entre os elementos das instituições Policiais do Estado – foi um jornal mensal que iniciou suas publicações em janeiro de 1950 e tinha sede no Quartel da Polícia Militar, situado na rua Visconde de Ouro Preto, 101. As assinaturas anuais custavam Cr\$15 para Oficiais, Cr\$12 para alunos do Curso de Formação de Oficiais, Subtenentes e Sargentos, Cr\$6 para Cabos e Soldados, e Cr\$12 para funcionários da Polícia Civil.

Apresentava o Major Demerval Cordeiro como diretor-redator, o 1º Tenente Líbero de Camilo como secretário redator e o subtenente Amintas Melo como secretário auxiliar. O jornal aceitava a colaboração de membros da Polícia Civil e Militar do estado.

2.4 METODOLOGIA

Após as discussões iniciais sobre o parâmetro do sujeito nulo e do parâmetro do objeto nulo dentro do quadro da teoria gerativa e após exibirmos o processo de construção do *corpus* desse trabalho, nesse momento, apresentaremos a metodologia utilizada em nossos dados para a realização das análises.

Conforme apontado por Macedo Costa (2012), o uso do jornal como fonte de pesquisa histórico-linguística apresenta vantagens e desafios para o pesquisador. Um dos pontos positivos do trabalho com o jornal é que ele abrange diferentes tipos de gêneros textuais, como artigos, anúncios, notícias, crônicas, que são datados e localizados no espaço. Isso o torna um *corpus* bastante rico, uma vez há diferentes subgêneros em funcionamento em um mesmo lugar. Por outro lado, trabalhar com jornais de outros séculos representa um desafio a mais para o pesquisador, uma vez que nem sempre se encontram exemplares preservados integralmente, mesmo os que já se encontram em sua forma digitalizada. Ainda assim, conforme os próprios editores em nosso *corpus* já mencionavam, o jornal é

“[...] o mais eficaz doutrinador dos princípios sobre que assentam os fatores concorrentes para o verdadeiro progresso, pois, ele mais do que o livro ou a palavra, penetrando em todas as camadas sociais, nelas exerce a mais extraordinária influência: é por seu intermédio que as inteligências esclarecidas operam verdadeiras conversões para o bem” (O Mercantil, Ano 1, Número 1, Florianópolis, 20 de setembro de 1900).

Outro desafio na escolha de textos de jornais para um estudo de fenômenos de mudança está na metodologia. Por ter um caráter mais formal e por, inclusive, passar por revisões, os

textos jornalísticos refletem construções mais conservadoras da língua. Geralmente, os estudos diacrônicos que buscam encontrar variação/mudança desenvolvem suas análises a partir de *corpora* que possam refletir uma linguagem escrita mais informal e mais próxima possível da fala, tal como cartas pessoais e peças de teatro, especialmente, os diálogos das peças de teatro. Duarte (1995) e outros pesquisadores direcionaram seus estudos a partir dessa premissa. Ciente desse caráter mais conservador da língua, nosso estudo busca encontrar nos textos jornalísticos indícios e/ou pistas, nos termos de Galves (2012), da mudança linguística. Assim, mais importante do que os valores quantitativos encontrados em textos jornalísticos, são os tipos de construções encontradas e como elas se desenvolvem no decorrer do tempo.

A partir do desafio metodológico, apontado acima, justificamos a escolha de efetuar um estudo comparativo com Gravina (2008; 2014) e Macedo Costa (2012), uma vez que ambas pesquisadoras desenvolveram metodologias e formas de análises para textos jornalísticos. O quadro teórico em que essa pesquisa está inserida também justifica o estudo de textos mais conservadores: se há estudos atestando que houve mudanças linguística no PB entre os séculos 19 e 20, essa mudança deve apresentar resquícios e/ou indícios de sua ocorrência independente do gênero analisado, uma vez que as mudanças linguísticas estão ligadas a uma nova construção sintática na mente/cérebro do falante. Portanto, nesse trabalho, as análises estarão em busca dessas pistas de mudanças e não apenas restritas aos resultados quantitativos.

Esse estudo baseou-se em textos jornalísticos que circularam no Brasil no século 19 e na primeira metade do século 20, tendo sido este o período escolhido para que os dados pudessem ser comparados aos encontrados nos estudos de Gravina (2008;2014) e Macedo Costa (2012); trabalhos que servem de base comparativa para esta pesquisa. A partir dessa referência de temporalidade, buscamos jornais catarinenses de períodos parecidos para que assim, se pudesse fazer um estudo paralelo tanto de preenchimento de sujeito quanto de estudo sobre as possibilidades de objetos na língua.

Como foi apresentado no decorrer dessa dissertação, inicialmente tivemos a preocupação de selecionar os jornais que comporiam esse estudo. A escolha por esses jornais foi feita de acordo com a temporalidade escolhida nos estudos de Gravina (2008) e Macedo Costa (2012) para efetuar um estudo descritivo/comparativo. A disponibilidade de acervos em fontes online também foi um fator importante na seleção dos periódicos.

Os jornais foram obtidos no site da Biblioteca Nacional Digital¹⁵ e no site da

¹⁵ <http://bndigital.bn.br>

Hemeroteca Digital Catarinense¹⁶, selecionados de forma a priorizar as datas correspondentes ao século 19 e primeira parte do século 20. Foram selecionadas aproximadamente 59.804 palavras, sendo 18.383 correspondentes à primeira época, 16.033 à segunda época e 25.388 à terceira época.

A opção pelo século 19 como ponto inicial de nosso estudo segue a mesma justificativa de Gravina (2008;2014): a impressão de jornais só foi permitida no Brasil a partir de 1808, quando a corte portuguesa aqui se estabeleceu. Esta data também foi um marco para a criação de instituições de ensino e financeiras no país. Ainda, no campo linguístico, estudos como de Tarallo (1994), apontam que o português brasileiro - uma gramática tipicamente brasileira - teria surgido no final do século 19. Estudos sobre clíticos no corpus Tycho Brahe a respeito do português oitocentista apontam mudanças a partir de autores que nasceram no final do século 18, ou seja, reflexos de seus escritos aparecem no século 19 (PAIXÃO DE SOUSA, 2004, dentre outros).

O recorte temporal desta dissertação é o século 19 até a primeira metade do século 20. Não foram incluídos dados mais recentes – anos 2000, pois o foco desse trabalho está em identificar o período de mudança na gramática brasileira nos jornais de forma diacrônica, ou seja, em um período histórico.

Como foi mencionado anteriormente, o *corpus* desta pesquisa é composto por doze periódicos que circularam na cidade de Desterro/Florianópolis, Santa Catarina, entre o século 19 e primeira metade do século 20, dispostos em três fases: **1ª fase (1832 a 1850):** *O Expositor* (1832, 1833), *O Relator Catharinense* (1845), *O Conciliador Catharinense* (1849, 1850), *O Novo Iris* (1850); **2ª fase (1897 a 1901):** *O Estado* (1897, 1898, 1899, 1900), *A Ideia* (1900), *Mercantil* (1900), *Regeneração* (1900, 1901); **3ª fase (1945 a 1950):** *Diário da Tarde* (1945, 1948), *O Colegial* (1945, 1946, 1947, 1948), *O Mariano* (1945, 1946, 1947, 1948), *A Patrulha* (1950). Entre as 59.804 palavras não constam em nossa análise as seções de anúncios e poesias, cuja linguagem não representa fidedignamente o preenchimento ou não do sujeito e do objeto direto anafórico, por se tratarem de gêneros com uma linguagem distinta. Também buscamos trabalhar com jornais cujos redatores tivessem origem brasileira, porém nem sempre foi possível verificar este fato, pois alguns jornais não apresentavam assinatura de redatores, e muitas vezes quando o faziam não traziam seus nomes completos.

Para análise das sentenças seguimos uma metodologia comparativa considerando os trabalhos de Gravina (2008;2014) e Macedo Costa (2012). A observação da ocorrência do

¹⁶ <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>

sujeito no *corpus* é baseada em Gravina (2008;2014) e a observação da realização do objeto no *corpus* adotado é baseada em Macedo Costa (2012). Como quadro teórico, consideram-se as discussões de autores já mencionados o capítulo 1 dessa dissertação, como Figueiredo Silva (1996; 2001); Barra Ferreira (2000), Modesto (2000) e Rodrigues (2004), que apresentam possibilidades *versus* impossibilidades de ocorrências de sujeitos nulos no PB, estabelecendo os possíveis contextos de realização. Também são consideradas as discussões de Huang (1984), Raposo (1986), Galves (1989;2001), Cyrino (1994) e Barra Ferreira (2000) no que diz respeito às realizações do objeto.

A busca pelos dados no *corpus* demandou múltiplas leituras e releituras dos textos contidos nos jornais, com marcações e contagem manual referente a cada lauda analisada. Isso ocorreu pois ambos os fenômenos focam em sentenças e situações diferentes, as quais serão detalhadas na próxima subseção.

2.4.1 Metodologia de classificação dos dados no corpus

Na análise diacrônica de textos históricos existe a limitação de não se poder contar com testes de intuição dos informantes e a realização de experimentos para obtenção de dados. Sendo assim, na análise de um *corpus* histórico deve-se realizar uma classificação e posteriormente uma quantificação dos dados, para assim, aprofundar o conhecimento sobre cada categoria. Dessa forma, estabelecemos alguns critérios relevantes para a análise do preenchimento do sujeito nulo e do objeto no PB.

2.4.1.1. Análise do preenchimento ou ausência do sujeito

Com relação à presença ou ausência de sujeito, foram classificadas todas as orações com verbos finitos existentes no corpus, e estas, subclassificadas em primeira, segunda ou terceira pessoa do singular ou plural.

Com relação ao preenchimento do sujeito, é importante ressaltar o papel do Sujeito Lexical Anafórico em nossas análises. Conforme mencionado no Capítulo 1 deste trabalho, Gravina (2008;2014) classificou como Lexical Anafórico um sujeito que podia ser substituído ou por um sujeito nulo ou por um pronome lexical realizado em contextos como o

apresentado a seguir¹⁷:

- (50) a. *Este povo [] possui em seu seio huma Associação Patriótica, cujo fim se dedica a promover, por todos os meios legais, o bem ser de seos comprouvianos. Esta Associação, reconhecendo o muito que a civilização deve às letras [], procurou adquirir huma imprensa [...]* (O Expositor, Ano I, Número I, p. 1. Desterro, 8 de dezembro de 1832).

No referido exemplo, “esta associação” faz referência à “Associação Patriótica”. Nos ambientes sintáticos em que essas variantes aparecem, podemos substituir esses sujeitos tanto por um sujeito nulo quanto por um sujeito pronominal realizado (ela). Dessa forma, os contextos que demonstraram as mesmas especificações do exemplo foram classificados como Sujeito Lexical Anafórico neste trabalho. Além de apontar a variação nos dados quantitativos, essa variante nos possibilitou fazer as análises qualitativas de forma criteriosa e confiável.

As orações com verbos no infinitivo, imperativo, gerúndio e particípio foram descartadas em nossas análises do preenchimento do sujeito, bem como os verbos existenciais, como “haver” no sentido de existência e “fazer” no sentido de tempo decorrido. Além dos contextos já citados, também não fazem parte do escopo de nossa análise os verbos que representam fenômenos da natureza, como “chover”, “trovejar”, “nevar”, etc., e verbos inacusativos em contextos clássicos de sujeito nulo expletivo, como “parecer”, “cumprir”, entre outros. Estes não representam situações de alternância de realização pronominal ou nula, sendo assim, essas orações foram descartadas de nossas classificações no que se refere ao preenchimento do sujeito. Se um pronome não tem a possibilidade de ser realizado concomitantemente com uma possibilidade de sujeito nulo, então não é contexto estipulado para variação e por esta razão sentenças desse tipo não serão analisadas.

Verbos que se encontram no tempo imperativo também são contextos categóricos de sujeito nulo em todas as línguas, assim, serão excluídos de nossas análises. Por fim, os verbos acompanhados pelo clítico “se” também serão excluídos, isso porque o sujeito nulo das construções com “se” como índice de indeterminação do sujeito e como indicador de passiva não é um sujeito referencial específico, ou seja, não é um contexto de variação com um sujeito pronominal realizado. Sentenças com esse clítico foram contabilizadas apenas nos casos em que ele possui interpretação de inerente, reflexivo ou recíproco.

Nesse estudo foram considerados os sujeitos pós-verbais e os sujeitos pré-verbais. As

¹⁷ Todos os exemplos retirados do *corpus* foram transcritos conforme o original, sem alterações e/ou correções, seguidos do nome do periódico a que pertencem, tempo de existência do jornal, número da edição, página, local e data em que os periódicos foram publicados.

subclassificações das orações podem ser exemplificadas da seguinte maneira:

-Sujeito nulo – Primeira pessoa do singular:

- (51) a. *–E'um opróbrio para a nobreza do reino! Assim **penso**, assim **digo**; e por isso detesta-me o valido* (O Conciliador Catharinense, Ano I, Número 11, p. 01. Desterro, 13 de junho de 1849).

- Sujeito nulo – Primeira pessoa do plural:

- (52) a. *No Prospecto, que temos com antecedência publicado, a 30 de novembro passado, **fizemos** a exposição de nossos sentimentos e do plano que **pertendemos** adoptar, enquanto nos for incumbida a redação* (O Expositor, Ano I, Número I, p. 01. Desterro, 8 de dezembro de 1832).

-Sujeito nulo – Segunda pessoa do singular:

- (53) a. *Se **sorries**, **es** bela, se **estás** alegre, **es** formosa, enfim, **tens** todos os imans fascinadores* (A Ideia, Anno I, número 26, página 01. Florianópolis, 7 de janeiro de 1900)

-Sujeito nulo – Segunda pessoa do plural:

- (54) a. *Vós outro vendeis o baptismo no dia do nascimento: **vendeis** ao pecador a inútil indulgencia: **vendeis** aos amantes o direito de se casarem: **vendeis** aos morimbundos o direito de agonisar [...]* (Regeneração, Anno I, Número 2, Florianópolis, 20 de dezembro de 1900, página 4)

-Sujeito nulo – Terceira pessoa do singular:

- (55) a. *S. Exc. Apenas recebeo as participações officiaes da Vizita de SS. MM trazidas pelo Vapor Imperador, **communicou** tão agradável notícia a todas as Camaras e Repartições Publicas da Província; e infatigavel e animado de hum zelo pouco comum, **ordenou** a decoração do Palácio e de suas sallas.* (O Relator Catharinense, Ano I, Número I, p. 02. Desterro, 18 de outubro de 1845).

-Sujeito nulo – Terceira pessoa do plural:

- (56) a. *Pelas cinco horas da tarde SS. MM. II. acompanhadas dos Officiaes e Damas da Caza Imperial e dos Excellentissimos Ministro do Imperio, Presidente, Senador e Deputado da Provincia, e de muitas pessoas, gradas de paiz dignarao-se dar hum passeio, seguindo pela ruía do Governador até a do Ouvidor, **atravessarao** esta e **seguirao** pela do Senado acima até a chacara do Cidadao Estanistao Antonio da Conceição* (O Relator Catharinense, Ano I, Número I, p. 04. Desterro, 18 de outubro de 1845).

Os exemplos apresentados acima são os contextos selecionados para a análise sobre a realizações do sujeito nulo e do sujeito preenchido – sujeito realizado pronominalmente e o sujeito lexical anafórico – nos jornais catarinenses, com o objetivo de efetuar o estudo comparativo com as ocorrências encontradas em Gravina (2008;2014). Além de fazer o estudo comparativo, nosso objetivo é o de averiguar como ocorrerá a distribuição do sujeito nulo *versus* sujeito preenchido em cada uma das pessoas do discurso nos jornais catarinenses na diacronia. A principal hipótese é a de que estratégias de preenchimento do sujeito sejam efetuadas no decorrer do tempo, demonstrando uma gramática com um sujeito cada vez mais preenchido, independente da pessoa do discurso.

2.4.1.2 Análise das formas do objeto direto anafórico

Para o estudo do objeto analisamos os dados de acordo com a classificação e a quantificação da realização da posição de objeto direto anafórico, fundamentada nos contextos analisados pelas pesquisas de Duarte (1986), Corrêa (1991), Cyrino (1994) e Figueiredo (2009), metodologia esta que também foi aplicada por Macedo Costa (2012).

Para o levantamento dessas estratégias, assim como Macedo Costa fez, analisamos todos os complementos dos verbos transitivos e bitransitivos, levando em conta todas as formas de realização dos mesmos: gerúndio, particípio, infinitivo, além dos complementos de verbos finitos.

Ressaltamos que só foram considerados em nossa análise os casos em que haveria a existência de um antecedente definido perante à posição de objeto nulo. Esse antecedente aparecerá sublinhado, enquanto as estratégias de preenchimento encontradas aparecem em **negrito**.

Nossa busca no *corpus* foi por:

- Uso de uma categoria vazia:

- (57) a. *Ladrões! Eu quero meu dinheiro! Eu quero ()*! (O Colegial, Ano III, número 10, p. 04. Florianópolis, dezembro de 1947).

- Uso de um sintagma nominal anafórico:

- (58) a. *O Prefeito Arno Mayer não obedecendo a deliberação da câmara e querendo fazer política, aconselhou aos requerentes que cortassem a iluminação publica daquela vila. E no dia 18 passado com surpresa geral da população, a Companhia Hidro*

*Elétrica de Águas Negras cortou **aquele serviço de utilidade pública**.* (Diário da Tarde, Ano XIII, Número 6601, p. 04. Florianópolis, 23 de junho de 1948)

- Uso de um clítico:

- (59) a. [...] *a epígrafe, que temos escolhido, nós **a** recomendamos à meditação dos nossos leitores, e em seu abono oferecemos a própria experiência* (O Expositor, Ano I, Número I, p. 02. Desterro, 8 de dezembro de 1832).

- Uso de um pronome demonstrativo:

- (60) a. [...] *e a criança nascida nos arredores, quando vinha ao baptismo, trazia ares do seu juiz, e raras erão as exceções. E quando as amigas notavão **isso** à juizinha, ella achava tudo muito natural [...]* (Mercantil, Ano I, Número 2, p. 3. Florianópolis, 30 de setembro de 1900).

É válido destacar que em nosso estudo foram desconsideradas as construções com verbos acompanhados do clítico “se”, bem como os complementos dos verbos monoargumentais (inergativos e inacusativos), dos verbos existenciais como “haver” e “existir” e dos verbos copulativos “ser” e “estar”. O clítico “lhe” também não foi contabilizado por se tratar de um clítico dativo, ou seja, é um objeto indireto, o qual está fora do escopo de nosso trabalho.

Quanto aos sintagmas nominais anafóricos (conforme exemplo (58)), foram considerados os casos de retomada anafórica do nome por meio do preenchimento por um sinônimo (conforme exemplo 61) ou por um epíteto para retomar uma palavra já utilizada no texto (conforme exemplo 62), quando esta mantém a mesma referência. Também consideramos os casos de repetição literal (conforme exemplo 63) ou repetição do nome com alteração apenas em seu modificador e/ou determinante (conforme exemplo 64):

- (61) a. *Ademais não raro chegam ao Colégio revistas estudantis do Rio, S. Paulo, Minas, etc. “O Colegial” está fadado a retribuir e estreitar **este louvável intercâmbio literário**.* (O Colegial, Ano 1, número 1, p. 1. Florianópolis, janeiro de 1945)
- (62) a. *À sombra dos eucaliptos do Stand teve lugar o ágape ao qual se associaram inúmeros amigos e admiradores do Coronel Lara Ribas [...]. Em nome do “Couto de Magalhães”, falou o Sr. Dr. Rubens de Arruda Ramos, Diretor do jornal “O Estado” bem como da penitenciária e orador oficial daquele grêmio que saudou **o homenageado** em entusiásticas palavras [...]*. (A Patrulha, Ano I, números 2 e 3, p. 4. Florianópolis, fevereiro e março de 1950)
- (63) a. *Mas o ideal do belo é relativo. Que coisa mais linda do que amar o próximo? Ainda*

mais: A maneira de ver o belo, de sentir e entender o belo é que dá origem às múltiplas interpretações e à audácia de muitos em advogar para si o dom da verdadeira estética. (O Colegial, Ano III, número 10, p. 2. Florianópolis, dezembro de 1947)

- (64) a. *No artigo 72º desse regulamento, estão especificadas as atribuições dos Inspetores de Quarteirão. Para que os interessados possam tê-lo sempre à mão transcrevemos abaixo esse artigo, comprometendo-nos a comentar em outra edição cada um dos seus itens [...].* (A Patrulha, Ano I, números 2 e 3, p. 5. Florianópolis, fevereiro e março de 1950)

A realização da posição de objeto direto anafórico no PB pode ocorrer, conforme exemplificado, através do uso de categorias pronominais, tais como o preenchimento por clíticos ou o preenchimento por pronomes lexicais. Existe ainda a possibilidade de realização desta posição por meio de sintagmas nominais anafóricos, pronomes demonstrativos, além do uso de uma categoria vazia¹⁸.

Essa metodologia será aplicada aos jornais da região sul, mais especificamente de Florianópolis – Santa Catarina, a fim de verificar os dois fenômenos em questão e descobrir se as gramáticas das localidades estudadas se aproximam. Dessa forma, a partir das metodologias descritas nas subseções anteriores, tanto no que se refere à análise do preenchimento/ausência do sujeito, quanto no que diz respeito às análises das estratégias realização do objeto direto anafórico, bem como a discussão sobre os contextos que as licenciam são apresentados no capítulo 3.

¹⁸ O Objeto Direto Catafórico, que representa outro tipo de retomada, não foi contabilizado em nossas análises.

2.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo contamos brevemente a surgimento da imprensa catarinense dentro do contexto brasileiro. Além disso, os periódicos escolhidos para análise dos fenômenos estudados foram apresentados e detalhados. Uma vez que a proposta dessa dissertação é fazer um estudo diacrônico/comparativo baseado em *corpora*, é de grande importância que a escolha e composição do *corpus* tenham sido claramente explicitadas, pois dados relacionados à data de nascimento dos redatores que tinham seus nomes publicados nos remetem ao reflexo de qual gramática encontramos em uso nos jornais.

Outro ponto importante do capítulo foi a apresentação da composição e elaboração do *corpus* histórico, juntamente com a metodologia utilizada para as análises dos dados. Após explanação e caracterização do material, descrevemos a metodologia de seleção e classificação de nossos dados. Identificamos no *corpus* os contextos previamente selecionados para análise e a forma de classificação adotada para facilitar a compreensão de nossos resultados.

A metodologia usada é comparativa e visa analisar o preenchimento ou não-preenchimento do sujeito e das formas de realização do objeto direto anafórico conforme Gravina (2014) e Macedo Costa (2012), respectivamente, identificando se nos jornais de Santa Catarina ocorre o mesmo descrito pelas autoras nos jornais de Minas Gerais e da Bahia, respectivamente.

Capítulo 3

Este capítulo apresenta os resultados da análise de dados desta pesquisa, levando em conta os dois fenômenos estudados (sujeito e objeto) com base na metodologia descrita no capítulo anterior, descrevendo e comparando os resultados com os de outros trabalhos desenvolvidos com *corpora* semelhante.

3. Resultados e discussão do *corpus*

3.1 Análise dos fenômenos no *corpus*

Após criteriosa análise do preenchimento ou não-preenchimento do sujeito e as formas de realização do objeto direto anafórico em nosso *corpus*, dividimos os resultados encontrados em cada uma das fases descritas. Dentre as 59.804 palavras analisadas, as situações encontradas em cada época são as que seguem.

3.1.1 Primeira fase (1832 – 1850)

Os periódicos que compõe o que classificamos como “Primeira Fase” representam os anos de 1832 até 1850, sendo eles: *O Expositor* (1832, 1833), *O Relator Catharinense* (1845), *O Conciliador Catharinense* (1849, 1850) e *O Novo Iris* (1850). As tabelas e gráficos a seguir ilustram as análises das 18.383 palavras verificadas nesta época.

3.1.1.1 Resultados da realização do sujeito na primeira fase:

As ocorrências do preenchimento/não-preenchimento do sujeito nos periódicos da primeira fase são ilustrados na tabela a seguir:

Tabela 1: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na primeira fase (1832 - 1850)

Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na primeira fase (1832 - 1850)		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sujeito Preenchido	80	30%
Sujeito Nulo	183	70%
Total:	263	100%

O Sujeito Nulo representa 70% das palavras analisadas na primeira época, enquanto o Sujeito Preenchido representa 30% das análises. O detalhamento da quantificação de cada tipo de preenchimento de sujeito ou de ocorrência de sujeito nulo de acordo com as pessoas do discurso encontra-se a seguir:

Tabela 2: Preenchimento do Sujeito na primeira fase (1832 - 1850)

Preenchimento do Sujeito na primeira fase (1832 - 1850)		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sujeito Nulo 1ª pessoa singular	14	5.1%
Sujeito Nulo 1ª pessoa plural	75	28.8%
Sujeito Nulo 2ª pessoa singular	1	0.4%
Sujeito Nulo 2ª pessoa plural	0	0.0%
Sujeito Nulo 3ª pessoa singular	47	18.3%
Sujeito Nulo 3ª pessoa plural	46	17.5%
Sujeito Pronominal 1ª pessoa singular	1	0.4%
Sujeito Pronominal 1ª pessoa plural	10	3.9%
Sujeito Pronominal 2ª pessoa singular	0	0.0%
Sujeito Pronominal 2ª pessoa plural	0	0.0%
Sujeito Pronominal 3ª pessoa singular	15	5.8%
Sujeito Pronominal 3ª pessoa plural	4	1.6%
Sujeito Lexical Anafórico	50	18.3%
Total:	263	100%

O maior número de ocorrências na primeira fase foi registrado com o sujeito nulo de 1ª pessoa do plural, sendo 28.8% das ocorrências. Em seguida, o sujeito lexical anafórico e sujeito nulo de 3ª pessoa do singular aparecem com 18.3% de realizações no *corpus*. O sujeito nulo de 3ª pessoa do plural teve 17.5% de ocorrências e o sujeito pronominal (pronomes retos) teve 11.7% no total, com destaque para o sujeito pronominal de terceira pessoa do singular, com 5.8%.

Em sua análise, Gravina (2008) encontrou os seguintes resultados:

Variantes	Quant.	%
Sujeito Nulo (SN)	688	75%
Sujeito Pronominal Realizado (SPR)	137	15%
Sujeito Lexical Anafórico (SLA)	88	10%
Total	913	100%

Figura 24: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Recreador Mineiro (1845 – 1848)
 Fonte: Gravina, 2008, p.94

Nossos resultados corroboram quantitativamente os da autora no que diz respeito à primeira época analisada. Nosso total de sujeito nulo corresponde a 70% das ocorrências, enquanto em Gravina (2008) verificou-se 75% das ocorrências. No entanto, ao observarmos de forma detalhada o sujeito preenchido, vemos que os dados dos jornais catarinenses são diferentes dos dados dos jornais mineiros.

Em nosso estudo, pudemos observar que a preferência da forma de preenchimento do sujeito deu-se de forma antagônica à utilizada pelos autores do jornal mineiro: enquanto nesse último a preferência ocorreu pelo preenchimento do sujeito pronominal realizado (15% dos dados), nos jornais catarinenses a preferência foi pelo preenchimento por um lexical anafórico (18%). O preenchimento pelo sujeito pronominal também foi representativo (11.7%), mas ainda menor que o lexical anafórico nos dados dos jornais de Desterro.

Essa diferença nos resultados do preenchimento do sujeito nos fornece indícios de que diferentemente do que ocorreu nos dados de Gravina (2008), uma gramática com preferência por sujeitos mais preenchidos tenha se refletido desde a primeira fase nos textos jornalísticos catarinenses. Como pode ser visto no capítulo 2 dessa dissertação, os autores identificados nos jornais catarinenses são brasileiros, já no primeiro período de Gravina (2008), representado pelo dados coletados do Recreador Mineiro, apresenta uma mistura de autores portugueses e brasileiros, o que não ocorre em nossos jornais, portanto, essa seria a explicação para termos desde a primeira fase uma preferência pelo uso de sujeitos lexicais anafóricos.

3.1.1.2 Resultados da realização do objeto na primeira fase

Nos jornais da primeira fase, registramos 134 ocorrências do objeto direto anafórico. Os resultados encontrados são os dispostos na tabela a seguir:

Tabela 3: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na primeira fase (1832 – 1850)

Realização dos Objetos Diretos Anafóricos		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sintagmas Nominais	32	23.9%
Clíticos	84	62.7%
Objeto Nulo	14	10.4%
Pronome Demonstrativo	4	3.0%
Pronome Lexical	0	0.0%
Total:	134	100%

Houve, nesta fase, preponderância nas ocorrências do clítico anafórico, representando 62.7% do total das ocorrências. Logo após, os sintagmas nominais anafóricos representam 23.9% das ocorrências e o objeto nulo representa 10.4%. Pronomes demonstrativos anafóricos foram encontrados em 3% das ocorrências e não houve nenhum registro de pronomes lexicais em posição de objeto direto, provavelmente porque o uso de pronomes lexicais nesta posição é estigmatizado, portanto, não é esperado que ocorra no tipo de texto analisado nesse estudo.

Macedo Costa (2012) registrou em suas ocorrências os seguintes dados:

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	48	9,7%
Clíticos acusativos	346	69,7%
Ø (Objeto Nulo)	89	18%
Pronome demonstrativo	13	2,6%
Pronome lexical	0	0%
Total	496	100%

Figura 25: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase
Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 112

Os resultados da autora também apontam para a predominância do uso do clítico, cuja frequência é de 69.7% em relação ao total de dados encontrados nessa fase, porcentagem que muito se aproxima de nossos resultados. A segunda estratégia mais utilizada foi o uso de uma categoria vazia, seguida do uso de sintagmas nominais anafóricos, apresentando, respectivamente, as frequências de 18% e 9.7%. O uso de pronomes demonstrativos corresponde a 2.6% das ocorrências. Há, nos dados da autora, ocorrência superior no percentual de objeto nulo e inferior de sintagmas nominais, se compararmos com nossos resultados. Isso indica que os autores catarinenses nessa época optavam pelo preenchimento

da posição do objeto direto através do uso de um sintagma lexical anafórico, em detrimento de uma categoria vazia.

3.1.2 Segunda fase (1897 – 1901)

Os periódicos que compõe o que classificamos como “Segunda Fase” representam os anos de 1897 a 1901: *O Estado* (1897, 1898, 1899, 1900), *A Ideia* (1900), *Mercantil* (1900) e *Regeneração* (1900, 1901). Essa época conta com 16.033 palavras no *corpus*. O preenchimento do sujeito e do objeto foi observado da seguinte maneira:

3.1.2.1 Resultados da realização do sujeito na segunda fase

Na segunda fase contamos com 16.033 palavras para nossa análise; os dados analisados não apontam uma mudança significativa em comparação ao preenchimento do sujeito com relação à fase anterior:

Tabela 4: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na segunda fase (1897 - 1901)

Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na segunda fase (1832 - 1850)		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sujeito Preenchido	104	31%
Sujeito Nulo	238	69%
Total:	342	100%

Os resultados encontrados para a segunda fase são, basicamente, os mesmos que encontramos na primeira fase do estudo. Mais uma vez, há a preferência pelo uso do sujeito nulo com 69% dos casos encontrados. Já o sujeito preenchido representa 31% do casos analisados. Até mesmo na distribuição das formas do sujeito preenchido, temos valores bem próximos aos encontrados para a primeira fase: o sujeito pronominal representa 13.4% e o sujeito lexical anafórico 17.8% (conforme tabela 5):

Tabela 5: Preenchimento do Sujeito na segunda fase (1897 - 1901)

Preenchimento do Sujeito na segunda fase (1897 - 1901)		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sujeito Nulo 1ª pessoa singular	41	12.1%
Sujeito Nulo 1ª pessoa plural	89	26.1%
Sujeito Nulo 2ª pessoa singular	6	1.6%
Sujeito Nulo 2ª pessoa plural	6	1.6%
Sujeito Nulo 3ª pessoa singular	64	18.5%
Sujeito Nulo 3ª pessoa plural	32	9.1%
Sujeito Pronominal 1ª pessoa singular	11	3.3%
Sujeito Pronominal 1ª pessoa plural	6	1.6%
Sujeito Pronominal 2ª pessoa singular	2	0.6%
Sujeito Pronominal 2ª pessoa plural	2	0.6%
Sujeito Pronominal 3ª pessoa singular	23	6.9%
Sujeito Pronominal 3ª pessoa plural	1	0.3%
Sujeito Lexical Anafórico	62	17.8%
Total:	342	100%

A partir dos resultados das distribuições pelas pessoas do discurso, apresentadas na tabela acima, ressalta-se a preponderância de ocorrências de sujeito nulo de 1ª pessoa do plural, com percentual de 26%. Mais adiante, desdobraremos a respeito das implicações da alta ocorrência do uso do sujeito nulo de primeira pessoa, no momento, apenas estamos chamando atenção para esse fato. Em seguida, a maior ocorrência é da 3ª pessoa do singular, com 18.5%. Logo em seguida vem o sujeito lexical anafórico 17.8%. Dos 13.3% de ocorrências de sujeito pronominal, 6.9% correspondem à terceira pessoa do singular. Novamente, o sujeito nulo de segunda pessoa do discurso teve baixo percentual com apenas 1.6% das ocorrências no singular e no plural, e o sujeito pronominal de mesma pessoa apresentou 0.6% dos encontros.

Os resultados de Gravina (2008) referentes à segunda fase estão ilustrados na figura a seguir:

Variantes	Quant.	%
Sujeito Nulo (SN)	419	71%
Sujeito Pronominal Realizado (SPR)	95	16%
Sujeito Lexical Anafórico (SLA)	79	13%
Total	593	100%

Figura 26: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Jornal Mineiro (1898 – 1900).

Fonte: Gravina, 2008, p.95

Em seu estudo, Gravina (2008) depara-se com a diminuição do sujeito nulo na segunda época analisada em seu *corpus*. Essa diminuição nos dados de Gravina é dada na comparação de seus dados entre a primeira e a segunda fase. Em nossos dados não averiguamos uma diminuição significativa (apesar dela existir), como dito anteriormente, encontramos praticamente os mesmo resultados que encontramos na primeira fase. No entanto, ao comparar os dados quantitativos da segunda fase de Gravina com os nossos, percebemos que são bastante próximos: 71% de sujeito nulo e 29% de sujeito preenchido (69% e 31%, respectivamente, como pode ser visto na tabela 3). A respeito da distribuições dos sujeitos preenchidos, tanto em Gravina (2008), quanto em nossos dados, averiguamos uma tendência de aumento nessa modalidade.

A partir desses resultados, podemos concluir que a gramática dos autores brasileiros do Jornal Mineiro e dos autores brasileiros dos jornais catarinenses é a mesma na segunda metade do século 19, época na qual nossos dados e os dados de Gravina (2008) apresentam maior aproximação percentual de ocorrências de sujeito nulo e sujeito preenchido.

3.1.2.2 Resultados da realização do objeto na segunda fase

Os resultados da análise das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico nos jornais da segunda fase são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 6: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na segunda fase (1945 - 1950)

Realização dos Objetos Diretos Anafóricos		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sintagmas Nominais	23	19.8%
Clíticos	84	72.4%
Objeto Nulo	7	6.0%
Pronome Demonstrativo	2	1.7%
Pronome Lexical	0	0.0%
Total:	116	100

Nas 116 ocorrências de objeto direto anafórico, verificamos que 72.4% acontece em forma de clítico anafórico, ou seja, houve aumento de quase 10% no uso dessa estratégia em comparação com a época 1. Os sintagmas nominais anafóricos aparecem com percentual de 19.8%, representando uma redução de cerca de 4% em comparação com a fase anterior. O objeto nulo aparece com 6% de ocorrências, 4% a menos que na fase anterior; e pronomes demonstrativos anafóricos correspondem a 1.7%, sofrendo uma leve redução quando comparados à primeira fase. Como era esperado, também não houve nesta fase a ocorrência de pronomes lexicais em posição de objeto direto anafórico.

Macedo Costa (2012) encontrou os seguintes resultados em suas análises:

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	36	7,4%
Clíticos acusativos	310	63,5%
Ø (Objeto Nulo)	136	27,9%
Pronome demonstrativo	6	1,2%
Pronome lexical	0	0%
Total	488	100%

Figura 27: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2a fase.
Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 113.

Nos resultados da autora também houve um predomínio do uso de clíticos, apresentando frequência de 63.5% em relação ao total de ocorrências encontradas nessa fase, porém, houve cerca de 6% de redução de ocorrências dessa categoria em comparação com a primeira época. O uso de uma categoria vazia apresenta a frequência de 27.9%, maior do que aquela encontrada na primeira fase (18%). Já o índice encontrado para o uso de sintagmas nominais anafóricos é de 7.4%, cerca de 2% a menos que na época 1. O uso de pronomes

demonstrativos na posição de objeto corresponde ao índice de 1.2% das ocorrências, demonstrando uma queda de cerca de 1%. Também não houve, no corpus baiano, ocorrência de pronomes lexicais em posição de objeto.

Novamente, em ambos os estudos, o clítico representou a categoria mais utilizada pelos redatores. Também persiste a inversão na preferência pela categoria vazia ou pelos sintagmas nominais anafóricos; enquanto no corpus baiano as ocorrências da categoria vazia superam as de sintagmas nominais, no corpus catarinense percebemos que acontece o oposto.

3.1.3 Terceira fase (1945 – 1950)

O período que classificamos como “Terceira Fase” é representado pelos anos de 1945 a 1950, com os seguintes jornais: *Diário da Tarde* (1945, 1948), *O Colegial* (1945, 1946, 1947, 1948), *O Mariano* (1945, 1946, 1947, 1948), e *A Patrulha* (1950). Esse período conta com 25.388 palavras analisadas.

3.1.3.1 Resultado da realização do sujeito na terceira fase

Na terceira fase já é possível observar a redução das ocorrências de sujeito nulo, 65.9%, e o aumento do sujeito preenchido, que apresenta percentual de 34.1%, conforme tabela a seguir:

Tabela 7: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na terceira fase (1945 - 1950)

Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na terceira fase (1945 - 1950)		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sujeito Preenchido	220	34.1%
Sujeito Nulo	422	65.9%
Total:	642	100%

Podemos ver maior detalhamento de cada ocorrência na tabela 8:

Tabela 8: Preenchimento do Sujeito na terceira fase (1945 - 1950)

Preenchimento do Sujeito na terceira fase (1945 - 1950)		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sujeito Nulo 1ª pessoa singular	79	12.4%
Sujeito Nulo 1ª pessoa plural	95	14.6%
Sujeito Nulo 2ª pessoa singular	6	0.9%
Sujeito Nulo 2ª pessoa plural	2	0.3%
Sujeito Nulo 3ª pessoa singular	176	27.7%
Sujeito Nulo 3ª pessoa plural	64	9.9%
Sujeito Pronominal 1ª pessoa singular	16	2.5%
Sujeito Pronominal 1ª pessoa plural	2	0.3%
Sujeito Pronominal 2ª pessoa singular	2	0.3%
Sujeito Pronominal 2ª pessoa plural	1	0.2%
Sujeito Pronominal 3ª pessoa singular	36	5.7%
Sujeito Pronominal 3ª pessoa plural	8	1.3%
Sujeito Lexical Anafórico	153	23.9%
Total:	642	100%

Nesta fase observamos uma preponderância nos dados do Sujeito Lexical Anafórico, que representa maior percentual quando comparado às duas fases anteriores, representando 23.9% das ocorrências. Chamamos a atenção do leitor para as ocorrências em números reais dessa categoria: na primeira fase foram 50 ocorrências e na segunda encontramos 62 ocorrências de sujeito lexical anafórico, já na terceira fase foram 153 ocorrências, muito mais que a soma dos resultados encontrado nessa categorias nas fases 1 e 2 desse estudo. O sujeito pronominal apresentou percentual de 10.3%, do qual 5.7% corresponde ao sujeito pronominal de terceira pessoa do singular. O sujeito nulo de 3ª pessoa do singular, com 27.4% das ocorrências superou pela primeira vez o percentual do sujeito nulo de 1ª pessoa do plural, que vinha sendo sempre superior que as demais categorias nas fases anteriores e nesta fase apresentou 14.5%. O sujeito nulo de 1ª pessoa do singular também sofreu um leve aumento em comparação à segunda época, com 12.3% e o sujeito nulo de 3ª pessoa do plural apresentou percentual de 9.8%. De forma interessante, a segunda pessoa do singular e plural mantiveram pouquíssimas ocorrências também nesta fase, com percentual de 0.9% e 0.3%, respectivamente.

Ao analisar esta mesma época em seu corpus, Gravina (2008) apresenta os seguintes

resultados:

Variantes	Quant.	%
Sujeito Nulo (SN)	312	56%
Sujeito Pronominal Realizado (SPR)	53	9%
Sujeito Lexical Anafórico (SLA)	192	35%
Total	557	100%

Figura 28: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Tribuna de Ouro Preto (1945 – 1948)

Fonte: Gravina, 2008, p.95.

Nos dados da autora há significativa redução dos sujeito nulo em comparação com as fases anteriores, e também certa redução do sujeito pronominal. Isso porque o sujeito Lexical Anafórico passa a vigorar com maior frequência, mesma situação verificada em nossos dados. Portanto, apesar de apresentarmos uma porcentagem um pouco mais alta que apresentada por Gravina (2008), qualitativamente nossos dados apresentam a mesma realidade linguística ocorrida com os jornais mineiros. A busca por uma gramática com a posição sintática do sujeito mais preenchida é evidenciada. Na seção 3.2.1 deste trabalho, apresentaremos melhor detalhamento dos resultados encontrados.

3.1.3.2 Resultados da realização do objeto na terceira fase

A análise de dados na terceira fase com relação às estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico apresentaram-se conforme tabela a seguir:

Tabela 9: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na terceira fase (1945 – 1950)

Realização dos Objetos Diretos Anafóricos		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sintagmas Nominais	49	23.4%
Clíticos	122	58.4%
Objeto Nulo	36	17.2%
Pronome Demonstrativo	2	1.0%
Pronome Lexical	0	0.0%
Total:	209	100

A tabela mostra que houve em nossos dados um total de 209 ocorrências de objeto direto anafórico nessa fase. Em termos percentuais, 58.4% desse total corresponde ao clítico anafórico, isso representa 14% a menos de ocorrências dessa categoria em comparação com a fase anterior. 23.4% do percentual da terceira fase corresponde aos sintagmas nominais anafóricos e 17.2% representam a categoria vazia ou objeto nulo anafórico, número superior ao encontrado nas fases anteriores. Os pronomes demonstrativos aparecem com 1% de ocorrências. Nesta fase também não houve ocorrências de pronomes lexicais na posição de objeto direto anafórico.

Macedo Costa (2012) encontra em seu estudo os seguintes resultados:

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	44	9,2%
Clíticos acusativos	270	56,7%
Ø (Objeto Nulo)	157	33%
Pronome demonstrativo	5	1,1%
Pronome lexical	0	0%
Total	476	100%

Figura 29: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase.

Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 115.

O percentual de clíticos anafóricos é muito semelhante nos dois estudos. Enquanto Macedo Costa encontra 56.7% em seu trabalho, nossos dados apontam 58.4%. O percentual de pronomes lexicais é nulo em ambos os trabalhos, e o percentual de pronomes demonstrativos em Macedo Costa é de 1.1% enquanto em nosso estudo corresponde a 1%. Quanto aos sintagmas nominais, encontramos 23.4% enquanto Macedo Costa apresenta em

seus resultados o percentual de 9.2%. A categoria vazia em posição de objeto direto anafórico representa 33% dos dados da autora, enquanto em nosso estudo representa 17.4%. Notamos que nessa fase, que representa a primeira metade do século 20, a preferência pelo uso do clítico diminui em ambos os estudos, e há aumento no uso do objeto nulo. Isso mostra que as gramáticas tanto do dialeto baiano quanto do dialeto catarinense caminham para uma aproximação no que concerne o uso de clíticos e do objeto nulo. É interessante notar que em nosso estudo e no de Macedo Costa, mesmo com os sintagmas nominais anafóricos mantendo um percentual constante ao longo das três épocas analisadas, a categoria vazia apresenta um aumento, deixando claro que são os clíticos que sofrem redução.

3.2 Comparando Resultados

Para fins de comparação, os gráficos a seguir ilustram os resultados encontrados em Gravina (2008), em Macedo Costa (2012) e em nosso trabalho com relação aos dois fenômenos estudados, dispostos nas três fases dessa pesquisa para possibilitar melhor comparação.

O primeiro apresenta a comparação entre ocorrências de Sujeito Nulo e de Sujeito Preenchido na diacronia no estudo de Gravina (2008); o segundo exibe nossos resultados que tratam dos mesmos fenômenos, conforme pode ser verificado na sequência:

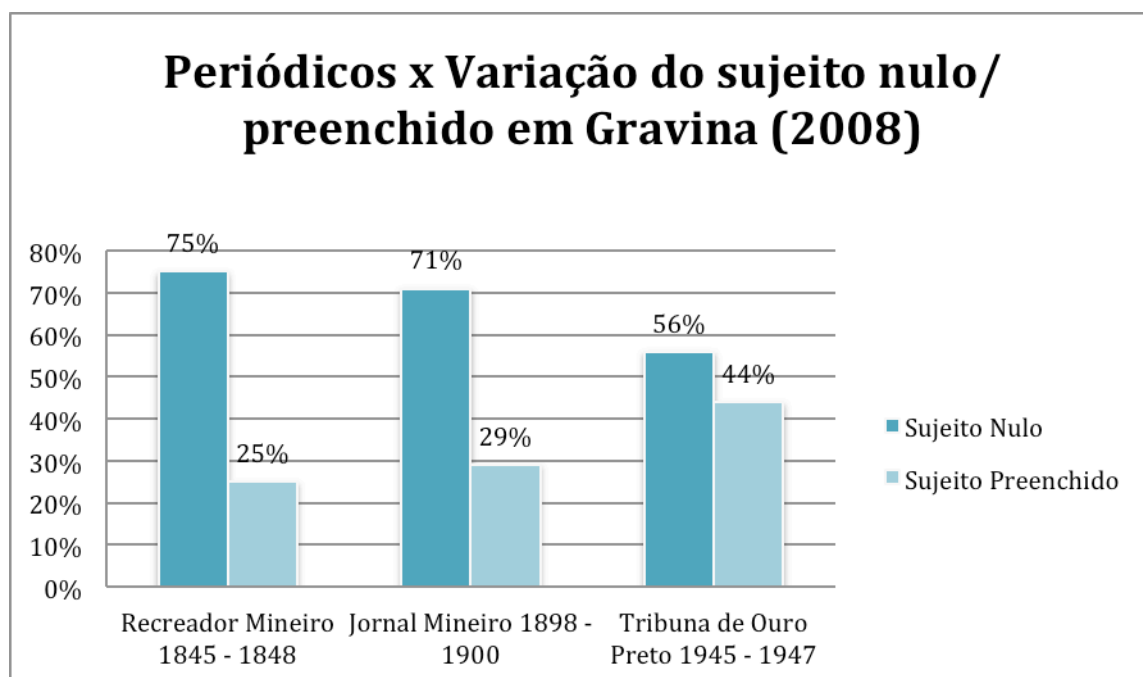


Gráfico 1: Periódicos x Variação do sujeito nulo/preenchido em Gravina (2008)

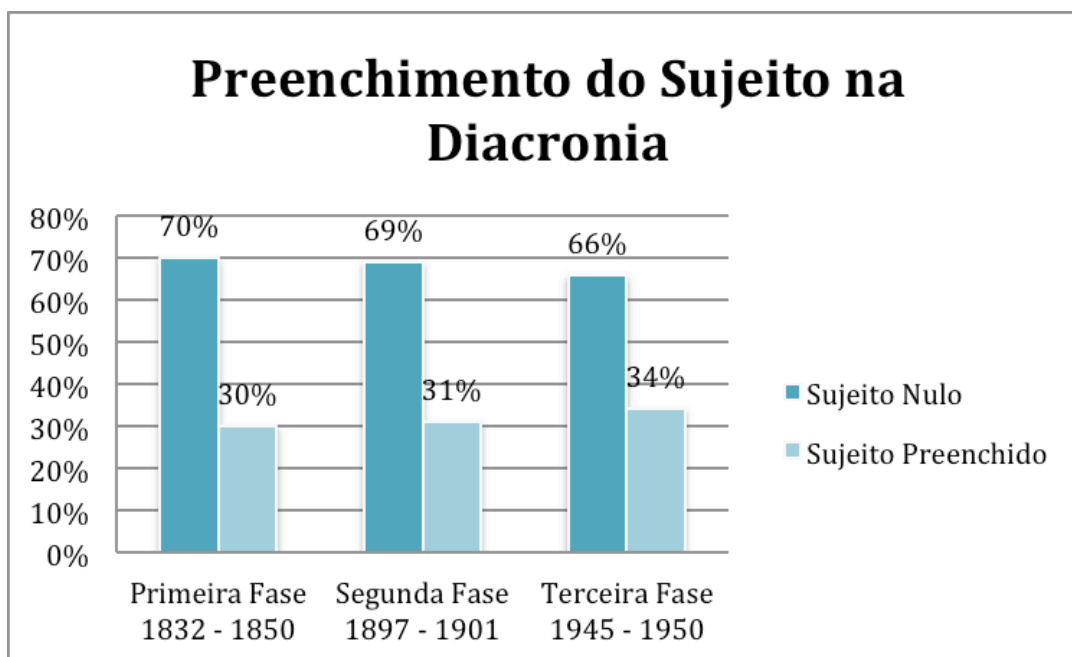


Gráfico 2: Preenchimento do Sujeito na Diacronia

Em nossos dados não há indícios de alteração da primeira para a segunda fase, logo, todo o século 19 apresenta a mesma gramática, diferentemente do que acontece com os dados de Gravina (2008) que apresenta uma competição de gramáticas¹⁹ no século 19. Em nossos dados, as ocorrências do sujeito nulo ficam entre 70% e 69% na primeira e segunda fase, enquanto o sujeito preenchido (pronominal e lexical anafórico) ficam entre 30% e 31%. Gravina (2008) depara-se com um percentual menor de sujeito nulo na segunda fase, em comparação com a primeira, logo, em seus dados, a autora verificar que há a diminuição do sujeito nulo e o aumento do sujeito preenchido, em nossos dados, vemos uma continuação de uma mesma gramática no século 19. Acreditamos que a intuição do português brasileiro já estava presente em nosso *corpus* desde a primeira fase (início do século 19), fase em que havia mais brasileiros escrevendo em nossos jornais, conforme relatamos no capítulo 2 dessa dissertação. Nos jornais de Gravina (2008), há uma mescla de autores, tanto brasileiros quanto portugueses ou mesmo brasileiros que estudaram em Portugal, portanto essa mescla de autores portugueses e brasileiros de uma fase para a outra, faz com a autora constate uma competição de gramáticas. Isso pode explicar a diferença entre sua primeira e segunda fase, que não ocorre nas nossas. Mesmo com essa diferença, é possível ver homogeneidade em

¹⁹ Kroch (1994): no processo de competição de gramáticas, a forma antiga gradualmente cede lugar à forma nova. Quando há nos textos a variação de duas formas que correspondem a diferentes fixações de um mesmo parâmetro, temos duas gramáticas diferentes se manifestando.

nossos dados e nos dados de Gravina (2008) no que se refere aos percentuais da segunda fase; as ocorrências de sujeito nulo e sujeito preenchido nesta fase apresentam menos de 1% de variação quando comparamos os dois estudos.

A nossa hipótese é que por contemplar mais autores brasileiros nos jornais catarinenses, desde a primeira fase já é possível perceber uma gramática com sujeito mais preenchido. Logo, por esse motivo nossos dados apresentariam um século 19 com resultados mais homogêneos. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que mesmo tendo uma gramática com sujeitos mais preenchidos, ainda há preponderância do sujeito nulo no século 19 nos jornais catarinenses, logo, conseguimos verificar a presença da gramática portuguesa nos dados. Diferentemente, de Gravina (2008), não evidenciamos uma competição de gramáticas no século 19, mas a presença de uma gramática com sujeito mais preenchido, no entanto, com pistas de estarmos diante de uma gramática com resquícios do português europeu²⁰.

Em comparação com a terceira fase já é possível verificar em nossos dados a diminuição do uso do sujeito nulo e aumento do sujeito preenchido, devido ao grande número de ocorrências principalmente do sujeito lexical anafórico. Essa fase já reflete uma gramática mais característica do português brasileiro, considerando o fato que dois dos quatro jornais analisados nesta época são publicações de escolas respeitáveis da cidade de Florianópolis, que contavam com artigos escritos por alunos e colaboradores, conforme descrito no capítulo 2 dessa dissertação.

Com relação às estratégias usadas na realização do objeto direto anafórico nas três fases estudadas em nosso *corpus*, representamos nos gráficos a seguir os resultados encontrados no estudo de Macedo Costa (2012) e logo após, em nosso estudo:

²⁰ Para confirmar essa hipótese, em trabalhos futuros, pretende-se realizar um estudo com textos catarinenses de períodos anteriores, tal como início do século 19 ou final do século 18 para evidenciar a competição de gramáticas nesses dados.

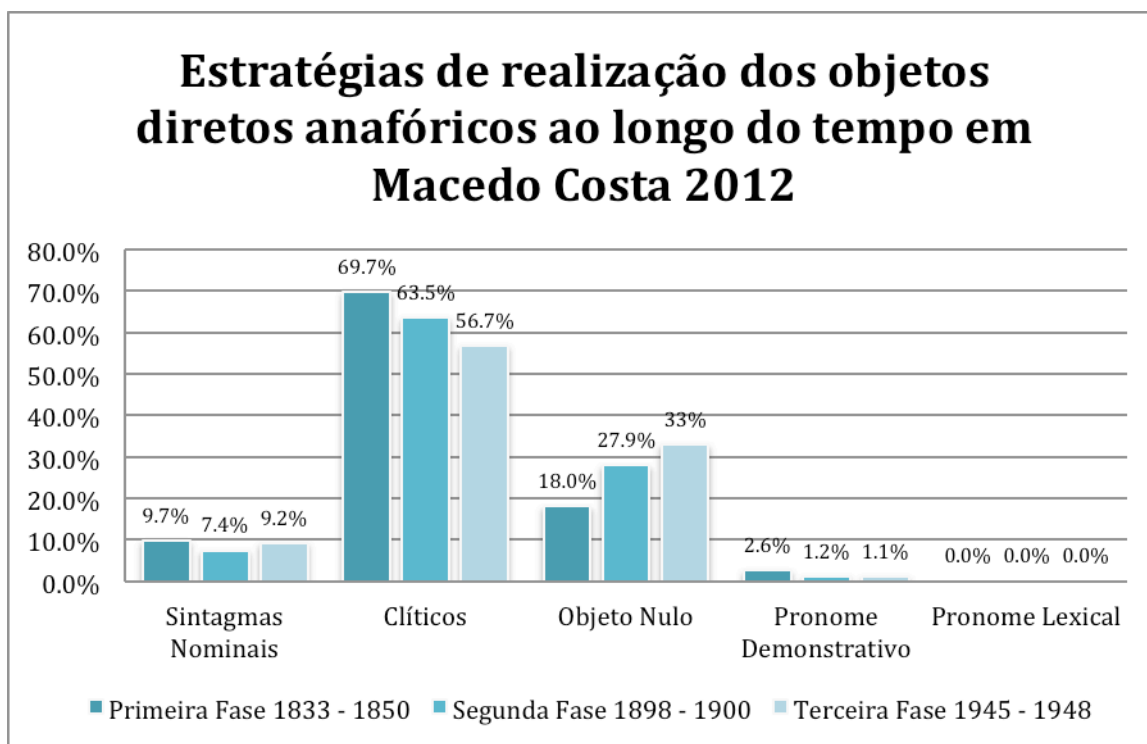


Gráfico 3: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos ao longo do tempo em Macedo Costa 2012

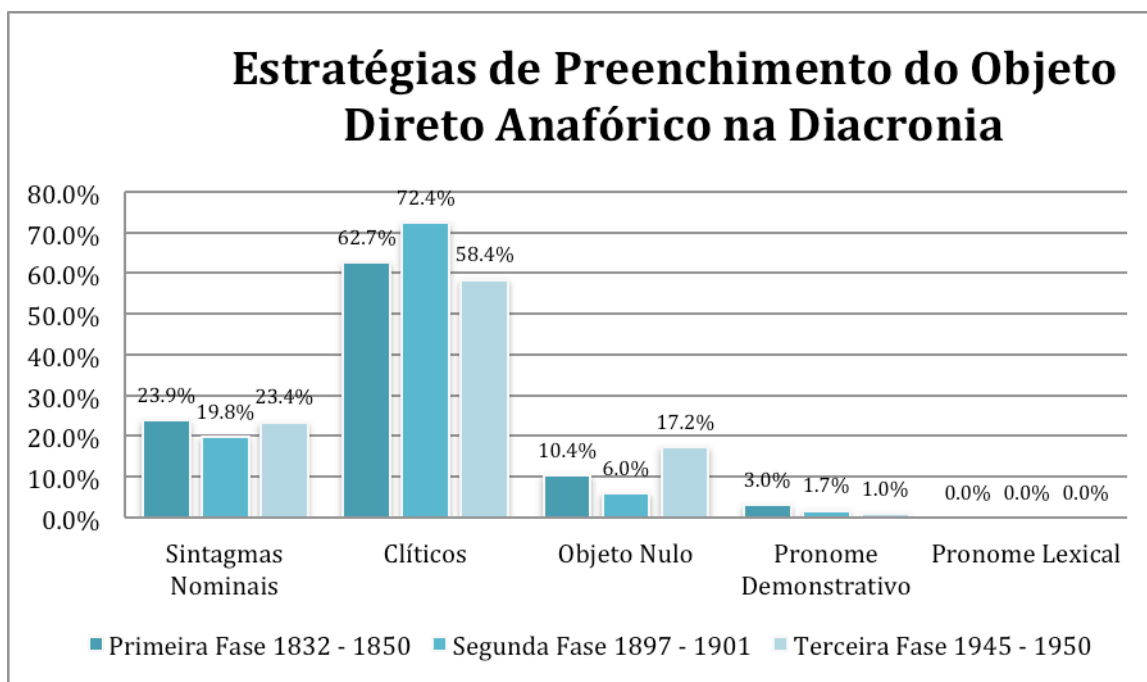


Gráfico 4: Estratégias de Preenchimento do Objeto Direto Anafórico na Diacronia

Em nossos dados, conforme gráfico 4, as estratégias de preenchimento da posição de objeto direto anafórico na diacronia demonstram que o Sintagma Nominal Anafórico manteve-se constante nas três fases, mantendo um total de cerca de 23% de todas as ocorrências. O mesmo acontece com os pronomes demonstrativos, que diminuíram de 3% para 1% comparando as três fases. O pronome Lexical Anafórico não apresentou nenhuma

ocorrência em nosso *corpus*. Logo, as três épocas analisadas aparentam ter a mesma gramática no que concerne o uso dessas três categorias – sintagmas nominais anafóricos, pronomes demonstrativos e pronomes lexicais – como estratégia de preenchimento da posição de objeto direto.

Esses resultados corroboram os de Macedo Costa (2012) com relação à constância das ocorrências; apesar de as porcentagens do sintagma nominal anafórico nos dados da autora terem variado entre 7% e 9%, e em nossos resultados essa categoria ter apresentado variações entre 19.8% e 23.9%, foi verificado que também não houve variação significativa entre as três fases estudadas. Os pronomes demonstrativos, no estudo da autora, variaram entre 1% e 2.6%, o que também não representa uma mudança significativa. Os pronomes lexicais nos estudos de Macedo Costa também apresentaram 0% de ocorrências.

Com relação às demais categorias, em nossa pesquisa o Clítico Anafórico apresentou aumento de 62.7% para 72.4% entre a primeira e segunda fase, e uma queda de 72.4% para 58.4% da segunda para a terceira fase, ou seja, cerca de 14% de redução. Portanto, nota-se que houve preferência pelo uso de clíticos anafóricos na posição de objeto direto na segunda época de nosso estudo, preferência que diminuiu bastante na terceira fase. Já no estudo de Macedo Costa (2012), a preferência pelo uso do clítico anafórico aconteceu na primeira fase, em que a autora registrou 69.4% de ocorrências desse fenômeno, reduzindo para 63.5% na segunda fase e 53.7% na terceira. Tanto no estudo de Macedo Costa (2012) quanto em nosso estudo, o clítico anafórico ficou inferior a 60% na terceira fase.

A única categoria que sofreu aumento nas três fases foi a do Objeto Nulo Anafórico, passando de 6% na segunda fase para 17% na terceira, representando um aumento de 11%. Esse resultado também corrobora o de Macedo Costa (2012); a autora encontrou aumento de 18% para 33% nas ocorrências de categoria vazia na posição de objeto direto anafórico, ou seja, houve aumento de 15% em seus dados, percentual muito próximo ao nosso. Dessa forma, podemos concluir que nas três épocas estudadas já estava presente a tendência de aumento do uso de categorias vazias na posição de objeto direto anafórico.

Ao observarmos os resultados das comparações entre sujeito e objeto nos jornais catarinenses em relação aos jornais mineiros e baianos, podemos dizer que descritivamente todos apresentam indícios da mudança linguística ocorrida na gramática do português brasileiro.

3.2.1 Análises

Após computarmos e analisarmos os dados de nosso *corpus* e posteriormente compará-los com os dados inicialmente encontrados em Gravina (2008) e Macedo Costa (2012), passamos para as análises pormenorizadas de fatores que compõe os fenômenos estudados e nos apresentam resultados ligeiramente diferentes dos que encontramos anteriormente. As próximas subseções são dedicadas à explicação dessa análise mais detalhada que fizemos de ambos os fenômenos.

3.2.1.1 A preponderância do uso de primeira pessoa do plural nos dados do sujeito

Em seu estudo, Gravina (2008) destaca a preponderância das ocorrências de sujeito nulo de primeira pessoa em seu corpus. De acordo com a autora, isso influencia diretamente os resultados, interferindo na visualização da variação. Alguns exemplos dessa situação podem ser vistos na sequência:

- (65) [...] Em o artigo de “Tribuna”a que nos **reportamos**, **chegamos** à conclusão isofismavel: seria, sob, todos os pontos de vista, infeliz a idéia de se transferir, daqui (onde estava muito bem localizada) para Itabirito a Residência em assunto, ao **terminarmos** o artigo que agóra **recordamos**, **fazíamos** um apêlo ao Exmoo Sr. Cel. Alencastro Guimarães , Diretor da E.F.C.B, para que não se efetivasse a descabida transferência já, então, quasi levada a efeito. (Tribuna de Ouro Preto Sob os Auspícios da Sociedade de Ouro Preto Ano 1 - NUM. 11 Ouro Preto, 21 de outubro de 1945 Redação – Rua Tiradentes, 19 Diretor - Luis Ferreira da Silva Geremte – Benedito dos Santos Saraiva p.01-04)

(GRAVINA, 2008, p. 86)

- (66) [...] rogamos a esses Snrs. queirão ter alguma indulgencia por não **estarmos** perfeitamente ao facto das pessoas e localidades. Contudo, **temos** tomado algumas medidas para que d’ora em diante sejam as remessas mais regulares. (O Conciliador Catharinense, Anno I, nº 11, p.4. Desterro, 13 de junho de 1849)
- (67) **Conhecemos** os que nos combatem, mas também **presamos** os discípulos. A estes nos **aliaremos** em combate sem trégoas [...]. (A Ideia, Anno 1, nº 11, Florianópolis, 11 de dezembro de 1900).
- (68) **Podemos**, com desvanecimento, proclamar que todos, democraticamente, compreenderam os nossos propósitos de **contribuirmos** com pequena parcela de esforços para **pugnarmos** pelos interesses da classe. **Incentivarmos** a união mais fraterna entre os seus elementos, **cooperarmos** pela ilustração e desenvolvimento cultural, **interessarmo-nos** pelo conagraçamento das Policia Militares [...]. (A Patrulha,

Ano I, nº 2 e 3, p.1, Florianópolis, fevereiro e março de 1950)

Em nosso corpus também houve índices elevados de uso de primeira pessoa do plural, conforme exemplos (66) – (68). Segundo Gravina (2008), isso é uma questão de estilo textual, visto que “os redatores usam a primeira pessoa do plural de maneira impessoal, como um recurso de elocução, no intuito de passar uma imagem de proximidade com os leitores, inserindo-os no contexto abordado em questão” (GRAVINA, 2008, p. 86). A autora também afirma que essa é uma maneira encontrada pelos redatores de se isentarem da responsabilidade individual pelo texto, já que esse uso infere que eles falavam em nome da equipe jornalística da qual faziam parte. Essa ideia é baseada em Cavalcante (1999) que realiza um trabalho diacrônico com textos de jornais cariocas que circularam nos séculos 19 e 20 e afirma que o uso do pronome “nós” ou do verbo na primeira pessoa do plural nulo representaria essa estratégia de indeterminação do sujeito.

Apresentamos a seguir os resultados da autora retirando a primeira pessoa do plural, seguidos de nossos resultados:

Variantes	Quant.	%
Sujeito Nulo (SN)	382	69%
Sujeito Pronominal Realizado (SPR)	81	16%
Sujeito Lexical Anafórico (SLA)	88	15%
Total	551	100%

Figura 30: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Recreador Mineiro (sem a primeira pessoa)

Fonte: Gravina, 2008, p. 99

Variantes	Quant.	%
Sujeito Nulo (SN)	115	43%
Sujeito Pronominal Realizado (SPR)	72	27%
Sujeito Lexical Anafórico (SLA)	79	30%
Total	266	100%

Figura 31: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Jornal Mineiro (sem a primeira pessoa)

Fonte: Gravina, 2008, p. 99

Variantes	Quant.	%
Sujeito Nulo (SN)	75	24%
Sujeito Pronominal Realizado (SPR)	44	14%
Sujeito Lexical Anafórico (SLA)	192	62%
Total	311	100%

Figura 32: Distribuição dos sujeitos nulos/pronominais e sujeitos lexicais anafóricos no Tribuna de Ouro Preto (sem a primeira pessoa)

Fonte: Gravina, 2008, p. 99

Ao retirar a primeira pessoa Gravina encontra variação em seus resultados. O Sujeito nulo cai de 69% para 24% e o preenchimento do sujeito anafórico apresenta um acréscimo bastante considerável de 15% para 62%. Há praticamente uma inversão nos resultados dos dados, no que se refere a essas duas variáveis: o que se pode notar, comparando os resultados da primeira metade do século 19 com os da primeira metade do século 20.

Já que esse trabalho tem como objetivo um estudo descritivo/comparativo, realizaremos a metodologia seguida e justificada por Gravina (2008) em nossos jornais, uma vez que ocorrem fenômenos parecidos. Diferentemente de Gravina, em nossas análises nos deparamos com gêneros mais narrativos em alguns jornais, o que explica a alta porcentagem de sujeito nulo de primeira pessoa do singular encontrada. Dessa forma, optamos por excluir de nossa análise não apenas a primeira pessoa do plural, mas também a do singular, tanto de sujeito nulo quanto de pronominal.

Com a retirada da primeira pessoa do plural e do singular, tanto do sujeito nulo quanto do sujeito pronominal, encontramos em nosso *corpus* os seguintes dados:

Tabela 10: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na primeira fase sem a primeira pessoa

Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na primeira fase sem a primeira pessoa (1832 - 1850)		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sujeito Preenchido	66	41.5%
Sujeito Nulo	93	58.5%
Total:	159	100%

Tabela 11: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na segunda fase sem a primeira pessoa

Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na segunda fase sem a primeira pessoa (1897 - 1901)		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sujeito Preenchido	88	45.4%
Sujeito Nulo	106	54.6%
Total:	194	100%

Tabela 12: Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na terceira fase sem a primeira pessoa

Sujeito Nulo vs. Sujeito Preenchido na terceira fase sem a primeira pessoa (1945 - 1950)		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sujeito Preenchido	199	44.6%
Sujeito Nulo	247	55.4%
Total:	446	100%

Analisando as Tabelas 10, 11 e 12 percebemos que com a exclusão dos dados de primeira pessoa do singular e do plural, o percentual de sujeito nulo cai em comparação com nossos resultados anteriores, passando de 70% para valores próximos a 50%, porém mantendo-se constante ao longo do tempo analisado, não passando de 58% e nem diminuindo de 54%. Já o percentual de sujeito preenchido aumenta de 30% para 45%, também mantendo-se constante nos 3 tempos, variando entre 41% e 45%.

Demonstramos os resultados de Gravina (2008), bem como nossos próprios resultados sem a primeira pessoa, nos gráficos a seguir:

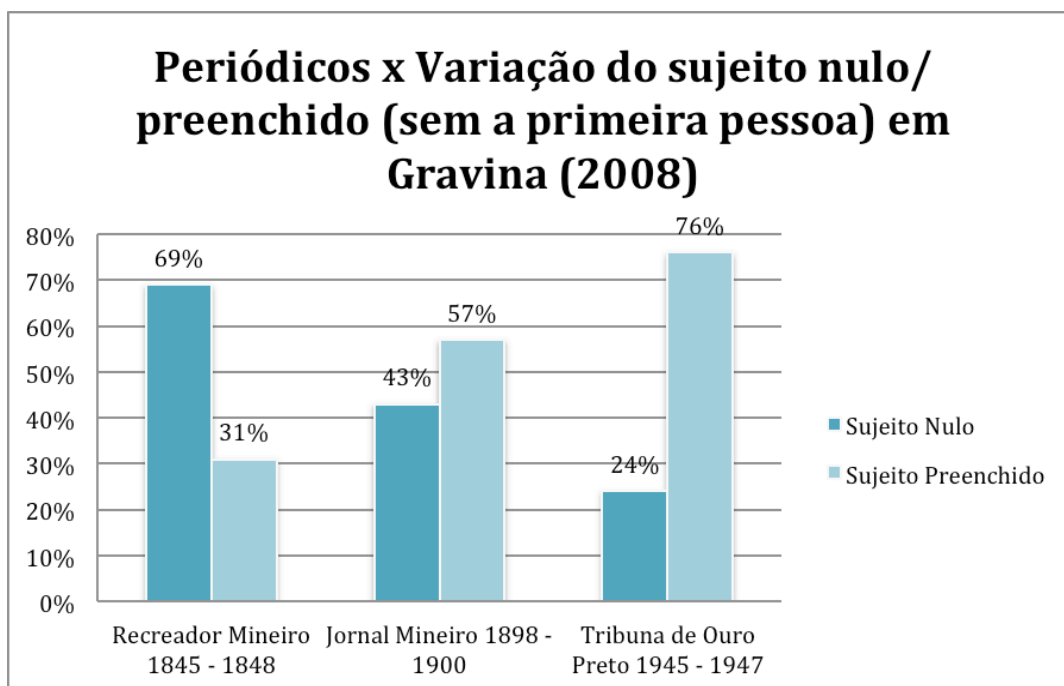


Gráfico 5: Periódicos x Variação do sujeito nulo/preenchido (sem a primeira pessoa) em Gravina (2008)

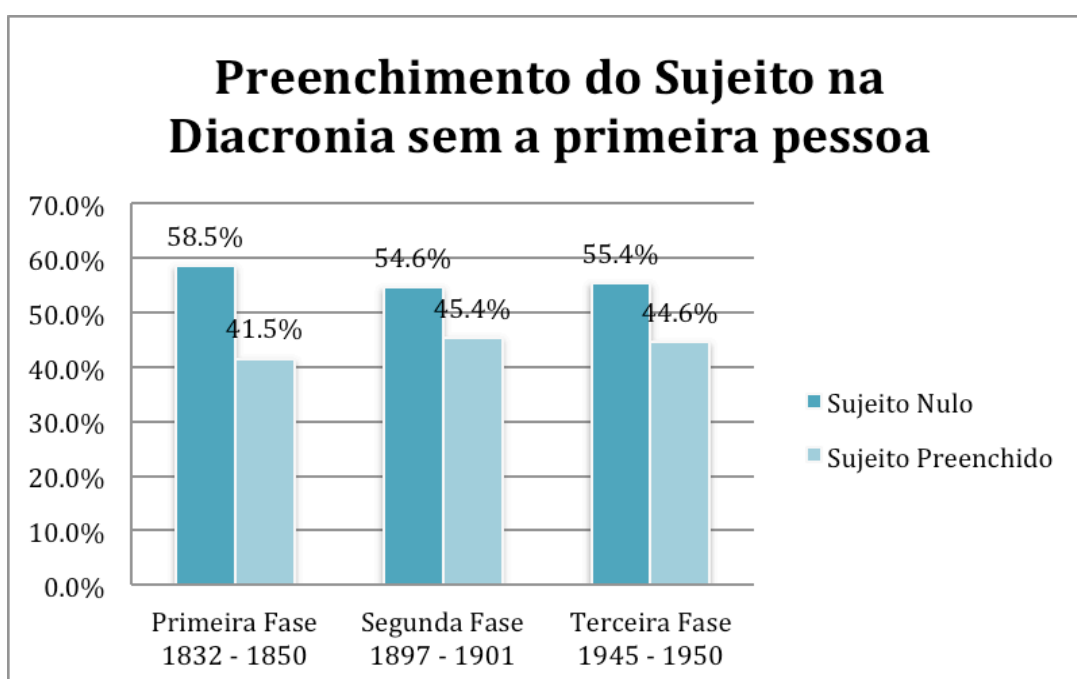


Gráfico 6: Preenchimento do Sujeito na Diacronia sem a primeira pessoa

Esses dados demonstram que, mais uma vez, o estudo de um corpus formal, como jornais, mostra indícios de um sujeito mais preenchido no PB. As principais ocorrências de sujeito nulo estão em textos narrativos, onde o sujeito nulo de primeira pessoa do singular aparece bastante. Não houve em nossos dados a inversão de sujeito nulo e sujeito preenchido apontada em Gravina (2008) (conforme gráfico 4), porém há claros indícios de que o sujeito

passa a ser mais preenchido no decorrer do tempo.

Entendemos que o aumento significativo do preenchimento do sujeito, principalmente na terceira fase com o sujeito lexical anafórico, faz com que o PB não se enquadre nos critérios da teoria gerativa para caracterizá-la como uma língua “pro-drop”, nos termos de Chomsky (1981), uma vez que o percentual de sujeito nulo diminui na diacronia. Tal como Gravina (2000), adotamos a ideia de que o PB atual se configura como uma língua de sujeito nulo, mas de natureza restrita, que apresenta contextos específicos para conter sujeitos não preenchidos. Logo, chamamos o PB de língua de sujeito nulo parcial (FIGUEIREDO SILVA, 1996;2001; BARRA FERREIRA, 2000; RODRIGUES, 2004).

3.2.1.1 O predomínio do clítico anafórico nos dados do objeto

Na seção 1.2.2 desse trabalho, resenhamos o trabalho de Macedo Costa (2012) e repetiremos aqui os dados resultantes dessa análise pormenorizada que a autora aplicou em sua pesquisa. Nessas análises, a autora considerou inicialmente em seus dados ocorrências do clítico neutro “o”, bem como construções de objetos nulos sentenciais e usos do pronome demonstrativo sentencial, cujo antecedente também corresponde a uma sentença, conforme exemplos de seu próprio *corpus*:

- Clítico neutro “o”

- (69) a. *Que a accusação a mim feita foi falsa, confessa-o implicitamente não discutindo- a e limitando a sua resposta de enraivado a notar a acrimônia de minhas phrases, elle, que dois dias antes não se pejou de ferir em sua delicadeza, em sua correcção profissional, um homem que só tem como objectivo cumprir os seus deveres* (Correio de Notícias – 1898-1900).

(MACEDO COSTA, 2012, p. 118)

- Objeto nulo sentencial

- (70) a. *O Presidente da Provincia, até então inepto para administral-a, fuge voluntariamente para o mar, abandonando sua authoridade na Capital, para sustental a no mar, e depois no Reconcavo. E como a Capital póde reconhecer mais por legal a esse Presidente, que tanto pela humanidade della, como por sua volluntaria fuga, fica demittido de tal authoridade? Em imperfeita paridade dever-se-ia ainda hoje considerar ao Sr. Conselheiro Luiz Paulo de Araujo Bastos, como legitimo Presidente da Provincia da Bahia; então deveria o Sr. Barreto Pedroso, entregar lhe là no Reconcavo o Presidente. Ah! São os factos na Bahia, o que constitue legitimidade! Ja*

entendemos () (Novo Diário da Bahia – 1837 – 1838).

(MACEDO COSTA, 2012, p. 118-119)

- Pronome Demonstrativo Sentencial

- (71) a. *Emfim quero suppor que em nenhum desses casos, que apresento, houvesse verdadeiramente phytica, que mesmo no caso que me sérvio de experiencia não a houvesse, posto que estou convencido da existencia della, principando, - quero suppor, disse, e conceder até isso.* (O Athêneo – 1849).

(MACEDO COSTA, 2012, p. 119)

Todas as ocorrências exemplificadas foram computadas e apresentadas nos resultados gerais de Macedo Costa (2012), contudo, a autora considera que essas categorias exibem comportamento diferente das demais (objeto nulo, pronome demonstrativo, clíticos anafóricos e sintagmas nominais) que são precedidas por um DP, e apresentou novos resultados a partir da retirada destas, conforme figuras a seguir:

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	48	11,7%
Clíticos acusativos	315	76,8%
Ø (Objeto Nulo)	44	10,7%
Pronome demonstrativo	03	0,8%
Pronome lexical	0	0%
Total	410	100%

Figura 33: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos sentenciais)

Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 121

Na primeira fase, entre as 410 ocorrências de objetos diretos anafóricos, cujos antecedentes correspondem a um DP, 76.8% delas são casos de uso de um clítico acusativo de terceira pessoa. No que concerne às outras estratégias, há 11.7% de casos de uso de um sintagma nominal, 10.7% de uso de uma categoria vazia e 0.8% ocorrências de pronomes demonstrativos. Esses resultados mostram que o uso do clítico ainda é bastante superior às outras estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico na gramática da metade do século 19, atingindo essa marca de 76.8% das ocorrências. Segundo a autora, é possível que isso aconteça pelo tipo de *corpus* analisado, pelo fato de que esse *corpus* é composto de

textos formais, o que explicaria a preferência pelo uso do clítico.

No entanto, apesar do tipo de texto em análise favorecer o uso de clíticos, a autora exibe um gráfico no qual leva em consideração somente os casos envolvendo o uso do clítico neutro “o”, o objeto nulo sentencial e o uso de um pronome demonstrativo sentencial, e nota que no mesmo período em que há o reflexo de uma gramática mais conservadora nos dados, as ocorrências de objetos nulos sentenciais são superiores às ocorrências de clíticos neutros. Reproduzimos o gráfico da autora na figura abaixo:

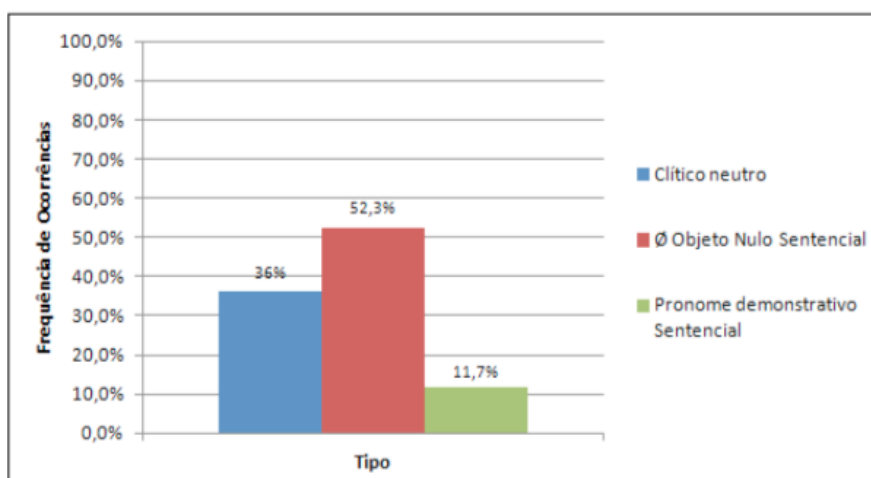


Figura 34: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (clítico neutro, objetos nulos sentenciais e pronomes demonstrativos sentenciais)
 Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 122

A figura 34 ilustra que as ocorrências de clíticos neutros já em meados do século 19 são inferiores às ocorrências de objetos nulos sentenciais. Mesmo somando o uso de pronomes demonstrativos sentenciais ao uso do clítico neutro, ainda assim acontece a predominância do objeto nulo sentencial com uma frequência de 52,3% contra 47,7% das ocorrências de clíticos neutros (36%) e dos pronomes demonstrativos sentenciais (11,7%). Segundo Macedo Costa (2012, p. 122), “ao analisarmos as ocorrências mais de perto, podemos encontrar resultados semelhantes àqueles encontrados por pesquisas baseadas em textos escritos numa modalidade menos formal da língua”.

Na segunda fase, os resultados da autora são os que seguem:

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	36	10,4%
Clíticos acusativos	254	73,2%
Ø (Objeto Nulo)	55	15,8%
Pronome demonstrativo	02	0,6%
Pronome lexical	0	0%
Total	347	100%

Figura 35: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos sentenciais)

Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 123

Excluindo os clíticos neutros, os objetos nulos sentenciais e os pronomes demonstrativos sentenciais dos dados da segunda fase, há novamente o predomínio do uso de clíticos com 73.2% de frequência em relação ao total de dados, porém já verifica-se redução em comparação aos dados da primeira fase (76.8%). Também houve redução no uso do pronome demonstrativo, passando de 0.8% na primeira fase para o índice de 0.6% na segunda, e o uso de um sintagma nominal, passando de uma frequência de 11.7% na primeira para a de 10.4% na segunda fase.

Usando apenas os dados excluídos da figura 35, o gráfico da autora reproduz-se na figura 36:

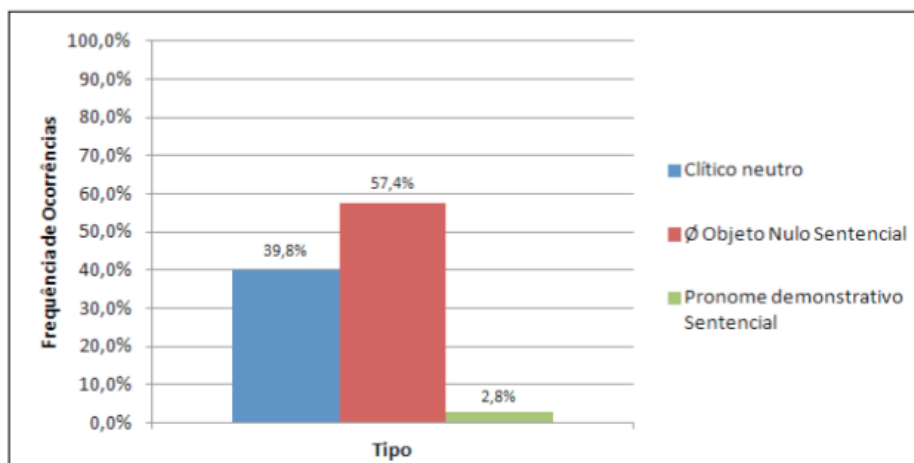


Figura 36: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (clítico neutro, objetos nulos sentenciais e pronomes demonstrativos sentenciais)

Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 124

O uso do clítico neutro nos dados da segunda época mantém quase o mesmo percentual de ocorrências quando comparado com a primeira fase. Por outro lado, o uso de um pronome demonstrativo sentencial apresenta uma queda em relação ao período anterior,

de 11.7% para 2.8%. Já as ocorrências de objetos nulos sentenciais aumentam de 52.3% para 57.4%.

Na terceira e última fase analisada pela autora sem as categorias previamente definidas, os resultados são os que seguem:

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	44	11,7%
Clíticos acusativos	241	63,9%
Ø (Objeto Nulo)	92	24,4%
Pronome demonstrativo	0	0%
Pronome lexical	0	0%
Total	377	100%

Figura 37: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos sentenciais)

Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 125

24.4% das ocorrências correspondem ao uso de uma categoria vazia, índice superior aos encontrados no primeiro e no segundo período analisados: 10.7% e 15.8%, respectivamente. Quanto ao uso de sintagmas nominais anafóricos na posição de objeto, verifica-se que a frequência de uso dessa variante mantém o mesmo nível, apresentando os totais de 11.7% na primeira fase, 10.4% na segunda e 11.7% na terceira. Os pronomes demonstrativos quando possuem um DP como antecedente desaparecem ao longo das fases analisadas, não sendo registradas ocorrências dessa variante com este tipo de antecedente nos dados do século 20. Os clíticos acusativos continuam sendo a estratégia preferida pelo falante/escritor para a realização do objeto direto anafórico, apresentando uma frequência de 63.9% nos dados desse período. Mesmo essa sendo a estratégia mais utilizada ainda nessa fase, os índices de uso dos clíticos ao longo dos períodos analisados apresentam certa redução, passando de 76.8% na primeira fase para 63.9% na terceira.

Quando a autora analisa os casos de uso do clítico neutro “o”, de um objeto nulo sentencial e de um pronome demonstrativo sentencial, essa redução dos clíticos também acontece, conforme figura a seguir:

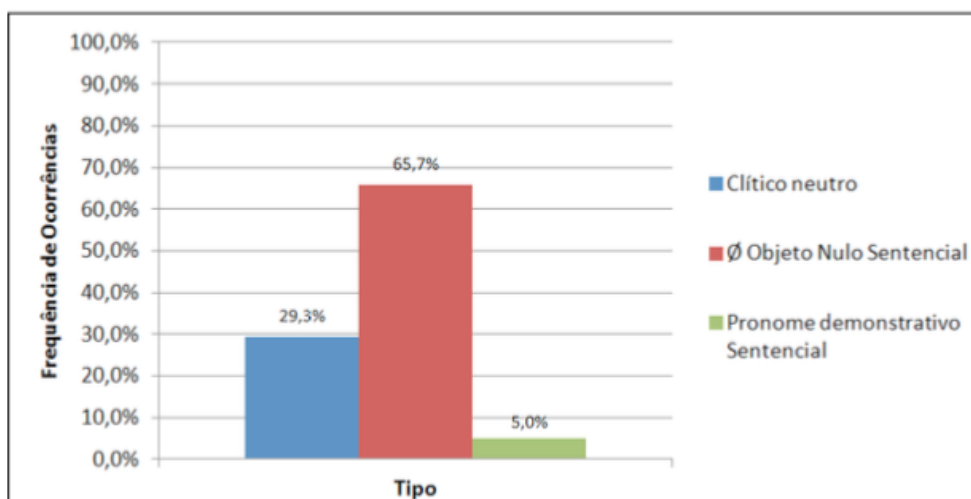


Figura 38: Figura 39: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (clítico neutro, objetos nulos sentenciais e pronomes demonstrativos sentenciais)

Fonte: Macedo Costa, 2012, p. 127.

Nessa fase ocorre a preponderância do uso de um objeto nulo sentencial. Porém, mesmo com a diminuição do clítico nos dados da terceira época, ainda há ocorrências deste. Segundo Macedo Costa (2012), isso evidencia a manutenção do seu uso na modalidade formal da língua. Este fato é interessante, uma vez que estudos baseados em textos que representam uma modalidade menos formal da língua, como as peças de teatro, evidenciam que ocorrências de clíticos neutros com antecedentes sentenciais não são encontradas em dados desse século.

Considerando o fato que as categorias selecionadas por Macedo Costa (2012) apresentam comportamento diferente das demais, refizemos as análises de nossos dados nas três épocas retirando o clítico neutro “o” e os pronomes demonstrativos sentenciais, ou seja, aqueles cujo antecedente anafórico era uma sentença e não um DP. Dessa forma, apresentamos a seguir os resultados sem a inclusão do clítico neutro “o” e dos pronomes demonstrativos sentenciais²¹:

²¹ Não houve em nossos dados a ocorrência de objetos nulos sentenciais.

Tabela 13: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na 1ª fase sem o clítico neutro "o" e pronomes demonstrativos sentenciais

Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na primeira fase sem o clítico neutro "o" e pronomes demonstrativos sentenciais		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sintagmas Nominais	32	26%
Clíticos	74	60.2%
Objeto Nulo	14	11.4%
Pronome Demonstrativo	3	2.4%
Pronome Lexical	0	0%
Total:	123	100%

Tabela 14: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na 2ª fase sem o clítico neutro "o" e pronomes demonstrativos sentenciais

Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na segunda fase sem o clítico neutro "o" e pronomes demonstrativos sentenciais		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sintagmas Nominais	23	22.5%
Clíticos	72	70.6%
Objeto Nulo	7	6.9%
Pronome Demonstrativo	0	0%
Pronome Lexical	0	0%
Total:	102	100%

Tabela 15: Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na 3ª fase sem o clítico neutro "o" e pronomes demonstrativos sentenciais

Realização dos Objetos Diretos Anafóricos na terceira fase sem o clítico neutro "o" e pronomes demonstrativos sentenciais		
Tipo	Número de Ocorrências	%
Sintagmas Nominais	49	27.2%
Clíticos	94	52.2%
Objeto Nulo	36	20%
Pronome Demonstrativo	1	0.6%
Pronome Lexical	0	0%
Total:	180	100%

A exclusão do clítico neutro “o” e dos pronomes demonstrativos sentenciais de nossos dados não ocasionou mudanças muito relevantes no percentual de clíticos anafóricos. Na primeira fase, anteriormente tínhamos 62.7% de realizações nessa categoria, percentual que diminuiu para 60.2%, conforme tabela 13. Na segunda fase os resultados anteriores demonstravam 72.4% de ocorrências desse fenômeno e agora exibem 70.6% (conforme tabela 14). Na terceira fase o percentual anterior era de 58.4% e após a retirada das categorias mencionadas ficou em 52.2% (tabela 15).

Os pronomes demonstrativos já apresentavam percentuais baixos, a saber 3% na primeira fase, 1.7% na segunda e 1% na terceira. Quando consideramos apenas pronomes demonstrativos em posição de objeto direto anafórico cujo antecedente é um DP, esses números reduzem para 2.4%, 0% e 0.6%, respectivamente.

Notamos, contudo, aumento nas outras categorias analisadas: objeto nulo e sintagmas nominais. Antes, os sintagmas nominais anafóricos apresentaram percentuais de 23.9%, 19.8% e 23.4% (na primeira, segunda e terceira fase), que passaram para 26%, 22.5% e 27.2%, respectivamente. Já a categoria vazia, ou objeto nulo, apresentou anteriormente os seguintes percentuais no decorrer das épocas: 10.4%, 6% e 17.2%, percentuais estes que passaram para 11.4%, 6.9% e 20% (conforme tabelas 13, 14 e 15).

Ilustramos essas estratégias de realização do objeto direto anafórico sem o clítico “o” e sem pronomes demonstrativos sentenciais encontradas nos dados de Macedo Costa (2012) e em nossos dados nos gráficos dispostos a seguir:

**Estratégias de realização dos objetos diretos
anafóricos na diacronia sem o clítico neutro, os
objetos nulos sentenciais e os pronomes
demonstrativos sentenciais em Macedo Costa 2012**

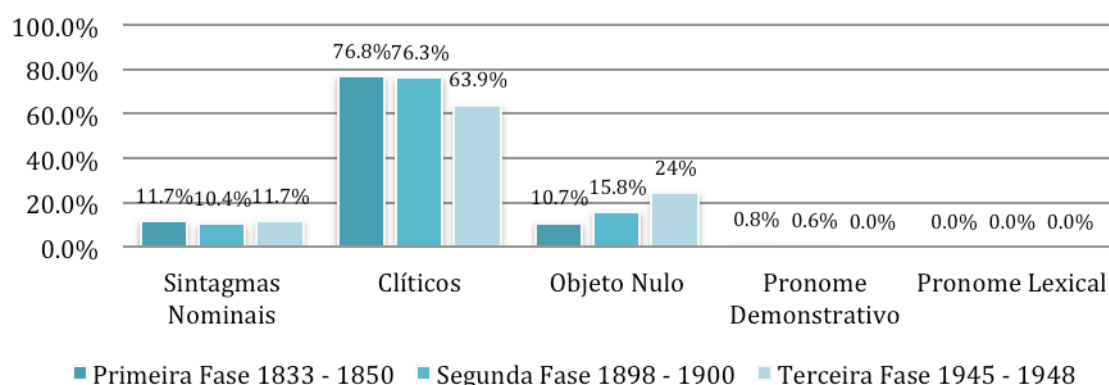


Gráfico 7: Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na diacronia sem o clítico neutro, os objetos nulos sentenciais os pronomes demonstrativos sentenciais em Macedo Costa 2012.

**Estratégias de Preenchimento do Objeto Direto
Anafórico na Diacronia sem o clítico neutro "o" e
sem pronomes demonstrativos sentenciais**

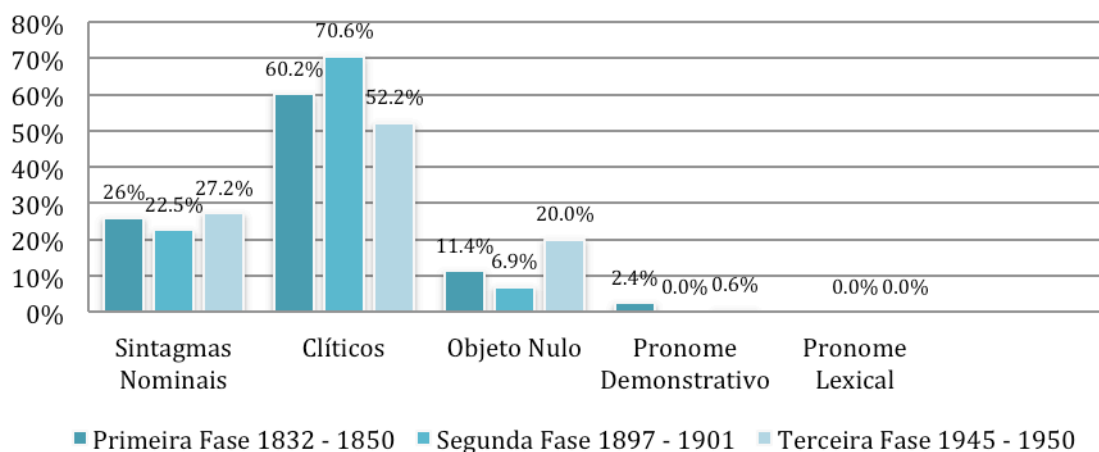


Gráfico 8: Estratégias de Realização do Objeto Direto Anafórico na Diacronia sem o clítico neutro "o" e sem pronomes demonstrativos sentenciais.

Os gráficos 7 e 8 ilustram os resultados quantitativos da análise desenvolvida nesta pesquisa e na pesquisa de Macedo Costa (2012). Nas três épocas analisadas, percebe-se que o uso de clíticos acusativos de terceira pessoa representou a estratégia mais utilizada na posição de objeto direto anafórico, enquanto os pronomes demonstrativos são a estratégia menos

utilizada, em ambos os estudos. Nossas pesquisas diferem nos percentuais das ocorrências de sintagmas nominais lexicais e do objeto nulo. Nos dados de Macedo Costa, o objeto nulo está em segundo lugar com o maior índice de ocorrências, seguido pelos sintagmas nominais, já em nosso estudo os sintagmas nominais aparecem com 7% a mais de ocorrências que a categoria vazia. Um fato a se destacar em relação aos resultados obtidos em ambos os trabalhos é que, apesar dos dados mostrarem que todas essas estratégias ocorrem sempre na mesma ordem de preferência nas três épocas, quando são analisados os percentuais das ocorrências, percebemos que o número de casos de clíticos de terceira pessoa decresce, enquanto o índice de objetos nulos aumenta ao longo do tempo, enquanto as demais categorias mantêm-se constantes.

Portanto, os resultados encontrados por essa pesquisa e também no estudo de Macedo Costa (2012) podem não apresentar uma inversão de percentuais com relação aos objetos preenchidos e nulos ao longo do tempo, tal como se constata em análises de textos que representam a língua falada, mas representam sinais de que, mesmo em textos escritos numa modalidade mais formal, o PB encaminha-se para a mudança: o objeto direto tende a ser cada vez mais apagado.

Essa assimetria entre as posições de sujeito e objeto no PB foi revelada por Tarallo (1993). O autor observou que enquanto o sujeito pronominal vem sendo cada vez mais preenchido, o objeto direto anafórico tende a ser apagado. Em seus estudos, o autor aponta que

quando as percentagens para objetos diretos e sintagmas preposicionais diminuem, aumenta a proporção de retenção pronominal nos sujeitos, sugerindo assim que a perda da referência pronominal faz com que o sistema se re-arranje, marcando outros argumentos sentenciais mais freqüentemente (TARALLO, 1993, p.83).

Partindo dessa premissa, é possível afirmar que o aumento das ocorrências de objetos nulos no PB, atestado por Cyrino (1994), Macedo Costa (2012) e também verificado em nosso estudo, se deve ao fato da língua apresentar cada vez mais sujeitos preenchidos, conforme Duarte (1993;1995), Figueiredo Silva (1996), Barra Ferreira (2000), Rodrigues (2004) e Gravina (2008;2014), o que também se confirmou em nossos dados.

3.3 Síntese do Capítulo

Nesse capítulo apresentamos os resultados obtidos nesta pesquisa através da análise de textos formais publicados durante o século 19 e primeira metade do século 20, em comparação com os estudos de Gravina (2008) e Macedo Costa (2012), que também pesquisaram os fenômenos aqui analisados em *corpora* formais. Averiguamos que no *corpus* catarinense o século 19 não apresenta variações significativas entre o preenchimento ou não-preenchimento do sujeito, apresentando certos índices de preenchimento desde a primeira época analisada. No entanto, a partir do século 20 ocorre um grande aumento no preenchimento do sujeito, principalmente através do uso do sujeito lexical anafórico.

Sobre as estratégias de realização do objeto direto anafórico nas três épocas estudadas, constatamos que o uso de pronomes demonstrativos é muito baixo se comparado às demais possibilidades de realização dessa posição. Quanto às outras estratégias, o uso de sintagmas nominais anafóricos apresenta uma relativa estabilidade, enquanto os índices de uso de clíticos diminuem. Contudo, constatamos nessa posição um aumento dos índices de objeto nulo.

Por fim, após a apresentação e discussão dos resultados obtidos, constatamos que nossos dados corroboram os resultados dos estudos de Gravina (2008) e Macedo Costa (2012), que serviram de base para nossa comparação, atestando os indícios de mudança também averiguado pelas autoras no dialeto mineiro e baiano, e também concordando com o que Tarallo (1993) já apontava com relação à assimetria nas posições de sujeito e objeto direto no PB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi desenvolvido um estudo diacrônico acerca do preenchimento/não-preenchimento do sujeito; e das variadas realizações do objeto direto anafórico no Português Brasileiro, mais especificamente, no dialeto catarinense, com base em um *corpus* de jornais que circularam na cidade de Florianópolis (SC) durante o século 19 e primeira metade do século 20.

O objetivo central dessa pesquisa foi verificar se textos escritos numa modalidade mais formal da língua apontariam indícios da mudança atestada em vários estudos com relação aos dois fenômenos anteriormente mencionado: o preenchimento/não-preenchimento do sujeito; e as diferentes formas de realização do objeto direto. Com relação ao sujeito, estudos anteriores apontam a diminuição do sujeito nulo e aumento do sujeito preenchido no PB, conforme Duarte (1993;1995), Figueiredo Silva (1996), Barra Ferreira (2000), Rodrigues (2004) e Gravina (2008;2014). Com relação ao objeto direto, estudos apontam a diminuição do uso de clíticos nessa posição e o aumento da preferência pelo uso de uma categoria vazia, conforme Duarte (1986), Corrêa (1991), Cyrino (1994), Figueiredo (2009) e Macedo Costa (2012).

Para a composição do corpus, nos baseamos na metodologia desenvolvida em Gravina (2008) e Macedo Costa (2012), posto que essas autoras realizaram estudos sobre o preenchimento do sujeito e as diferentes possibilidades de realização do objeto no PB também com base em textos formais. Para a análise dos dados, adaptamos a metodologia usada pelas autoras e aplicamos a nossas análises.

Os resultados encontrados neste trabalho nos levaram à conclusão de que textos formais também evidenciam a mudança envolvendo o preenchimento do sujeito e as formas de realização do objeto direto anafórico, uma vez que constatamos nos dados a diminuição do sujeito nulo e o aumento do sujeito preenchido ao longo do tempo, bem como o aumento do objeto nulo e a diminuição do uso de clíticos na posição de objeto direto. Essa mudança já havia sido atestada em outros estudos de *corpora* formais do dialeto mineiro e do dialeto baiano, por Gravina (2008) e Macedo Costa (2012).

Assim, essa pesquisa confirma a ideia de que os textos formais podem ser empregados como *corpora* para os estudos históricos da língua, pois os indícios da mudança gramatical se refletem em todos os aspectos da língua.

Para trabalhos futuros, pretendemos verificar os contextos em que ocorrem o sujeito

nulo e preenchido e o objeto nulo e preenchido; analisar se esses contextos são sentenças matrizes, encaixadas, interrogativas, completivas ou relativas, para verificar se há algum tipo de sentença em que ocorre a preferência pelo preenchimento ou não-preenchimento de cada um dos fenômenos.

Outra possibilidade de pesquisa futura consiste em analisar os traços semânticos dos antecedentes do objeto direto anafórico, para verificar se o antecedente que é retomado na posição de objeto direto possui algum traço específico, como [\pm humano], [\pm animado], entre outros. Ainda sobre o antecedente, pode-se analisar sua função sintática na sentença.

Também é possível realizar um estudo com textos catarinenses em períodos anteriores e posteriores, tais como final do século 18 e final do século 20 para verificar o comportamento dos fenômenos em períodos mais estendidos.

Por fim, como não poderia deixar de ser, a pesquisa com *corpora* formal em outros estados e regiões do país, considerando os mesmos períodos históricos analisados nessa dissertação, se mostra necessária para ampliar as possibilidades de diálogo entre os trabalhos já realizados.

REFERÊNCIAS

- BALTHAZAR, Camila S.; SCHERER, Marta E.G. Muitas ilhas, um só jornal - Concentração e regionalização da mídia impressa catarinense. XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Novo Hamburgo – RS. 2010.
- BARRA FERREIRA, Marcelo. Argumentos nulos em português brasileiro. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2000.
- CAVALCANTE, Silvia R. A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca do século XIX e XX. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro – UFRJ, faculdade de Letras, 117p. 1999.
- CYRINO, Sonia. M. L. O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico. Londrina: Ed. UEL, 1997. Disponível para acesso em:
<http://www.unicamp.br/iel/site/docentes/cyrino/Publications.htm>
- _____. O objeto indireto nulo no português brasileiro. *Signum – estudos da linguagem* 1: 35-54, 1998 Disponível para acesso em:
<http://www.unicamp.br/iel/site/docentes/cyrino/Cyrino%20-%20signum98.pdf>
- _____. O objeto nulo no português brasileiro. In: Eberhard Gärtner, Christine Hundte Axel Schönberger (orgs) *Estudos de gramática portuguesa vol III Frankfurt am Main*, TFM, p. 61-73, 2000.
- _____. Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo. In: M.H. MOURA NEVES (org.) *Gramática do Português Falado*, vol. VII, Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, p.595-625, 2000b.
- _____. & DUARTE, M.E.L. & KATO, M. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A. e Esmeralda Vailati Negrão (orgs) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Frankfurt & Madrid, Vervuert-Iberoamericana, p. 55-73, 2000.

_____; & REICH, U. Uma visão integrada do objeto nulo no português brasileiro. In: Romanistisches Jahrbuch 52: 360-361, 2002. Disponível para acesso em: <http://www.unicamp.br/iel/site/docentes/cyrino/Cyrino&Reich.pdf>

_____; & MATOS, M.G. VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese – a comparative analysis. Journal of Portuguese Linguistics 1(2): 177-196, 2002. Disponível para acesso em: <http://www.unicamp.br/iel/site/docentes/cyrino/Cyrino%20&%20Matos%20VPel%20in%20JPL%20com%20citacao.pdf>

CHOMSKY, Noam. Lectures on government and binding. Dordrecht, The Netherlands: Foris Publications. 1981

_____. Knowledge of Language. New York, Praeger. 1986

DALLABRIDA, Norberto. A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede - História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26 p. 141-163, Set/Dez 2008.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Variação e Sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986, 73p.

_____. Do pronome nulo ao pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: M.Kato & Roberts (Eds.) Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas/SP, editora da Unicamp, p.107-128, 1993.

_____. A Perda do Princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, 141p. 1995.

FARRELL, Patrick. Empty Objects in Brazilian Portuguese, ms., UCSD, EUA, 1987.

FERNANDES, Mario Luiz. República de penas e espadas: o discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889). 265 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social).

PUCRS. Porto Alegre, 09 de abril de 2007.

FERNANDES, Mario Luiz. Primeiros Passos da Imprensa Catarinense. Disponível em: <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/marioluizfernandes.doc>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas. Campinas – SP Editora da UNICAMP. 1996, 201p.

_____. Main and embedded null subjects in Brazilian Portuguese. In: NEGRÃO, E. & KATO, M. Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter. Editora: Vervuet-Iberoamericana. p.127-145, 2000.

FIGUEIREDO, M. C. V. O objeto nulo no português rural baiano. Teoria temática e elipse de DP. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal da Bahia. 2009.

GALVES, Charlotte. Pronomes e Categorias Vazias em Português do Brasil. Cadernos de Estudos Linguísticos. n° 7, pp. 107-136, 1984.

_____. A sintaxe do Português Brasileiro. In: Ensaaios sobre as gramáticas do Português. Campinas: UNICAMP, p. 43-72, 2001.

_____. Objeto nulo e predicação: hipóteses para uma caracterização da sintaxe do português brasileiro. DELTA. Vol. 4, n° 2, pp. 273-290. 1988.

_____. O objeto nulo e a estrutura da sentença em Português Brasileiro. In: Ensaaios sobre as gramáticas do Português. Campinas: UNICAMP, p. 73-96, 2001.

_____. A sintaxe pronominal do Português Brasileiro e a tipologia dos pronomes. In: Ensaaios sobre as gramáticas do Português. Campinas: UNICAMP, 2001. pp. 153- 180, 1997.

_____. Ensaaios sobre as gramáticas do português. Campinas: UNICAMP, 2001.

GRAVINA, Aline P. A natureza do sujeito nulo na diacronia do PB: estudo de um corpus mineiro (1854-1950). Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 11 de dezembro de 2008.

_____. Sujeito nulo e ordem VS no português brasileiro: um estudo diacrônico-comparativo baseado em corpus. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 11 de fevereiro de 2014.

HOLMBERG, Anders. Null subject parameters. In. BIBERAUER, T., HOLMBERG, A., ROBERTS, I. & SHEEHAN, M.(orgs.) Parametric variation: null subjects in minimalist theory. Cambridge: CUP, p. 88-124. 2010

HUANG, James “On the distribution and reference of the empty categories”. *Linguistic Inquiry* 15, pp. 331-574. 1984.

KATO, Mary A. "The Distribution of Pronouns and Null Elements in Object Position in Brazilian Portuguese", in W. Ashby, M.M.G. Perissinotto & E. Raposo (orgs.) *Linguistic Perspectives on the Romance Languages*, Amsterdam, John Benjamins. 1991 (publicado em 1993).

KROCH, Anthony. “Morphosyntactic variation”. In: *Proceedings of Annual Meeting of the Chicago Linguistics Society*. V2, p.180-201. 1994.

MACEDO COSTA, Tatiane. Um estudo diacrônico das variadas realizações do Objeto Direto Anafórico na imprensa baiana dos séculos XIX e XX. Campinas, SP : [s.n.], Dissertação 225f. (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 2012.

MAGALHÃES, Telma Moreira Vianna. O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do português europeu e do português brasileiro. - Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

MARINS, Juliana E. O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO: Uma análise contrastiva entre o português e o italiano. 111f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa). UFRJ. Rio de Janeiro, fevereiro de 2009.

MATOS, Felipe. Uma revolução despercebida: a emergência do leitor em desterro (Florianópolis, séc. XIX). In: Anais do 15º Congresso de leitura no Brasil. 2005. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/

_____. Sob os auspícios da Livraria Rosa: Redutos literários e circulação de cultura letrada em Florianópolis. 162f. Dissertação (Mestrado em História Cultural). UFSC. Florianópolis, 15 de fevereiro de 2008.

MCCLOSKEY, James & HALE, Kenneth. On the syntax of person-number inflection in Modern Irish Natural Language and linguistic Theory, 1, 1984.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. Novo Manual de Sintaxe – São Paulo: Contexto, 2013.

_____; QUAREZEMIN, Sandra. Sintaxe do português. – 2.ed. - Florianópolis : LLV/CCE/UFSC, 126p.: 28cm. 2012.

MODESTO, Marcello. Null subjects without ‘rich’ agreement. In: NEGRÃO, E. & KATO, M. (Eds.) Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter. Editora: Vervuet-Iberoamericana. p.147-175, 2000.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Língua barroca: sintaxe e história do português nos 1600. Tese de doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Nas Tramas entre o Público e o Privado - A imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis : UFSC, 1995.

RAPOSO, Eduardo. On the Null Object in European Portuguese. In: Jaeggli, Osvald and Carmen Silva-Corvalán (eds.) Studies in Romance Linguistics. Dordrecht: Foris Publications, pp. 373-390. 1986.

RODRIGUES, Cilene. Brazilian Portuguese and finish referential null subjects. Revista da ABRALIN, vol. III, nº 1, p. 73-118, 2004.

SILVA JUNIOR, Adhemar L. Reflexões metodológicas sobre uma pesquisa apenas ensaiada: A “classe caixeiral” no Desterro. Anais do XI Encontro Estadual de História: História, Memória, Patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande, RS, Brasil.

SIMÕES, Luciene J. Sujeito nulo na aquisição do português do Brasil: Resultados quantitativos de um estudo de caso. Letras de Hoje – Porto Alegre. v. 32, nº4, p. 107-123, dezembro, 1997.

SODRÉ, Nelson W. História da imprensa no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TARALLO, F. L. Diagnosticando uma gramática brasileira, In: M. Kato & I. Roberts (eds), Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas/SP, Editora da Unicamp, pp. 69-105. 1993.

TARALDSEN, Knut T. On the NIC, vacuous application and the that-trace filter, mimeographed, MIT; Indiana Linguistics Club, 1980.

VALVERDE-HÜBNER, Mirna Sodré. Em busca de uma caracterização para o objeto nulo no Português brasileiro. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

WHEELER, Dana. Object Deletion in Portuguese. LSRL, IX, 1981.